

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (PPGCS)**

MARIA MARIANA CARDOSO TEIXEIRA

**EMPREENDEDORISMO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: A NARRATIVA
DO EMPODERAMENTO FEMININO E A OCULTAÇÃO DAS RELAÇÕES
SOCIAIS DE SEXO**

**UBERLÂNDIA - MG
2025**

MARIA MARIANA CARDOSO TEIXEIRA

**EMPREENDEDORISMO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: A NARRATIVA
DO EMPODERAMENTO FEMININO E A OCULTAÇÃO DAS RELAÇÕES
SOCIAIS DE SEXO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rafaela Cyrino -
Universidade Federal de São João del-Rei
(UFSJ)

Membros da banca:

Prof.^o Dr. ^o Marcio Ferreira de Souza –
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Prof.^a Dr.^a Juliana Anacleto dos Santos -
Universidade Federal de São João del-Rei
(UFSJ)

**UBERLÂNDIA
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

T266e
2025 Teixeira, Maria Mariana Cardoso, 1998-
Empreendedorismo e divisão sexual do trabalho [recurso eletrônico] :
a narrativa do empoderamento feminino e a ocultação das relações sociais
de sexo / Maria Mariana Cardoso Teixeira. - 2025.

Orientadora: Rafaela Cyrino.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5120>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Ciências Sociais. I. Cyrino, Rafaela, 1968-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 30

André Carlos Francisco
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco H, Sala 37 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG,
CEP 38400-902

Telefone: (34) 3230-9435 - www.ppgcs.incis.ufu.br - ppgcs@incis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Ciências Sociais				
Defesa de:	Dissertação de mestrado				
Data:	28/03/2025	Hora de início:	09:04	Hora de encerramento:	11:03
Matrícula do Discente:	12312CSC004				
Nome do Discente:	Maria Mariana Cardoso Teixeira				
Título do Trabalho:	EMPREENDEDORISMO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: A NARRATIVA DO EMPODERAMENTO FEMININO E A OCULTAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO				
Área de concentração:	Sociologia e Antropologia				
Linha de pesquisa:	Política, Cultura, Trabalho e Movimentos Sociais				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Desigualdade de gênero no trabalho				

Reuniu-se por videoconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, assim composta: Prof.^a Dr.^a Rafaela Cyrino Peralva Dias - Orientadora e Presidente da banca (PPGCS/INCIS/UFU), Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza - Examinador (PPGCS/INCIS/UFU) e Prof.^a Dr.^a Juliana Anacleto dos Santos - Examinadora (UFSJ).

Iniciando os trabalhos, a presidente da mesa, Prof.^a Dr.^a Rafaela Cyrino Peralva Dias, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença dos membros da banca, e concedeu à discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir, a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza e Prof.^a Dr.^a Juliana Anacleto dos Santos que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca Examinadora, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

APROVADA.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Rafaela Cyrino Peralva Dias - Orientadora e Presidente da banca

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Rafaela Cyrino Peralva Dias, Usuário Externo**, em 28/03/2025, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Ferreira de Souza, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/03/2025, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Anacleto dos Santos, Usuário Externo**, em 28/03/2025, às 18:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6209708** e o código CRC **1B4D89FD**.

AGRADECIMENTOS

Nunca caminhei só, me sinto honrada em concluir mais uma etapa de minha formação cercada pelo meus. Agradeço à CAPES pelo apoio fundamental à minha formação acadêmica, cuja bolsa foi essencial para a continuidade e qualidade da minha pesquisa. Agradeço a meus pais e meus irmãos por acreditarem sempre no meu potencial. O apoio que recebo de minha família faz com que viver se torne algo mais leve. Gostaria de agradecer também ao meu companheiro Rodrigo por todo o cuidado e amor. Agradeço também a todas as minhas amigas que fazem parte da minha construção enquanto indivíduo e Cientista Social, em especial Nathiele Macedo, que me inspira e me acompanha nesta caminhada.

De todos que estiveram comigo, gostaria de destacar minha orientadora Rafaela Cyrino. Se hoje me sinto uma pesquisadora de fato, é porque Rafaela esteve ao meu lado durante todo o processo de elaboração desta dissertação. Minha capacidade em interpretar a realidade social teve um salto de qualidade graças a sua orientação. A vejo como minha maior inspiração no meio acadêmico, e espero me tornar, assim como ela, uma professora e pesquisadora de alto nível.

Estudar empreendedorismo e gênero me proporcionou compreender de maneira mais clara a minha realidade social. Venho de uma família de empreendedores, e hoje compreendo de que forma o trabalho impactou em minha construção como indivíduo. A Ciências Sociais é a minha grande paixão, pois é sempre um prazer analisar um recorte da realidade e entender de que forma as relações sociais constroem quem somos.

No mais, tenho orgulho da mulher que me tornei, fico imensamente feliz por, apesar das adversidades, sempre seguir em frente. Obrigada!

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender de que maneira a divisão sexual do trabalho impacta na atividade empreendedora das mulheres. Partindo do conceito de acumulação flexível, analisamos como o processo de flexibilização do trabalho resultou em um incentivo à ação empreendedora. No caso das mulheres, esse incentivo deu origem a uma rede de fomento, cuja narrativa reforça a divisão sexual do trabalho, colocando-a, em certos casos, como um diferencial a ser explorado pelas mulheres empreendedoras. A análise foi desenvolvida a partir do conceito ampliado de trabalho, considerando não apenas o assalariado, mas também o trabalho doméstico não pago. Os dados apresentados foram obtidos a partir de entrevistas e análise de conteúdo. A construção histórica das relações sociais de sexo foi fator central para, com base nos dados levantados a partir das entrevistas, apontar de que forma a divisão sexual do trabalho impacta de maneira desfavorável as mulheres empreendedoras, embora o impacto dependa de fatores como o estado civil, condição de classe, e a existência e idade dos filhos. Observamos que a narrativa do empoderamento feminino, quando presente, oculta as relações sociais de sexo.

Palavras-chave: divisão sexual do trabalho; empreendedorismo; trabalho doméstico; relações sociais de sexo; empoderamento feminino.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand how the sexual division of labor impacts women's entrepreneurial activity. Starting from the concept of flexible accumulation, we analyze how the process of making work more flexible resulted in an incentive for entrepreneurial action. In the case of women, this incentive gave rise to a development network, whose narrative reinforces the sexual division of labor, placing it, in certain cases, as a differentiator to be explored by women entrepreneurs. The analysis was developed based on the expanded concept of work, considering not only salaried work, but also unpaid domestic work. The data presented was obtained from interviews and content analysis. The historical construction of social relations of sex was a central factor, based on the data collected from the interviews, to point out how the sexual division of labor has an unfavorable impact on women entrepreneurs, although the impact depends on factors such as marital status, class status, and the existence and age of children. We observed that the narrative of female empowerment, when present, hides social relations of sex.

Keywords: sexual division of labor; entrepreneurship; domestic work; social sex relations; female empowerment.

Sumário

Introdução	7
Metodologia.....	10
Capítulo 1- Neoliberalismo, empreendedorismo e divisão sexual do trabalho.....	12
Empreendedorismo e divisão sexual do trabalho	22
Empreendedorismo feminino e o princípio da separação.....	33
Empreendedorismo feminino e o princípio da hierarquização	38
Capítulo 2 - Relações sociais de sexo e empreendedorismo feminino.....	44
O viés patriarcal e neoliberal das narrativas de fomento ao empreendedorismo feminino.....	57
Capítulo 3 – Empreendedorismo e divisão sexual do trabalho: a naturalização das relações sociais de sexo	75
A relação estabelecida entre as empreendedoras e o trabalho doméstico não pago	80
A relação estabelecida entre os empreendedores e o trabalho doméstico não pago.....	91
O ocultamento das relações de sexagem e a narrativa do empoderamento feminino..	96
Considerações finais	104
Referências Bibliográficas	107
Anexos.....	111
Anexo I - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	111
Anexo II - Roteiro de entrevista	112

Introdução

Esta dissertação tem como objetivo compreender de que maneira a divisão sexual do trabalho impacta na atividade empreendedora das mulheres. Para discorrer acerca da temática, a pesquisa foi estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Neoliberalismo, empreendedorismo e divisão sexual do trabalho” foi realizado um levantamento teórico com foco em contextualizar e compreender quais foram as mudanças sociais que impactaram na reestruturação produtiva do capital. Partimos do conceito de “acumulação flexível” apresentado por David Harvey (1992), e das análises de Ricardo Antunes (2002), para discorrer sobre o processo de flexibilização do trabalho.

A reestruturação produtiva do capital resultou em um processo de precarização do trabalho, onde observamos um movimento de tentativa de captura da inteligência instrumental dos trabalhadores, Giovanni Alves (2008) será utilizado para descrever como foi disseminado um modelo de subjetivação estranhada, onde a captura da subjetividade do trabalhador passou a ocorrer no campo da reprodução social. Dardot e Laval (2016) foram inseridos na análise com o objetivo de apresentar o debate sobre a relação do Estado com o sistema econômico capitalista. A partir da análise dos autores, apresentamos o conceito de neoliberalismo e de sujeito neoliberal. O “sujeito neoliberal” (Dardot; Laval, 2016) é um conceito utilizado para descrever as características requeridas pelos trabalhadores frente à acumulação flexível. No neoliberalismo espera-se que o sujeito reproduza relações de competição no ambiente de trabalho e se adapte a condições de trabalho cada vez mais duras e complexas.

Com a ascensão do neoliberalismo e a busca por trabalhadores que se responsabilizem por suas expectativas e seus comportamentos dentro do ambiente laboral, incorporamos na análise o conceito de ideologia do empreendedorismo. Esse conceito nos mostra como a ideologia oculta as questões organizacionais da estrutura social, e passa a atribuir ao indivíduo toda a responsabilidade por seu sucesso e seu fracasso. A ideologia do empreendedorismo e o desemprego estrutural foram utilizados como uma forma de justificar o processo de desmonte dos direitos trabalhistas no Brasil. Dessa forma, houve, em nosso país, uma reformulação na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que passou a favorecer os empregadores.

A reforma trabalhista foi sancionada em 2017 no governo de Michel Temer. Ela foi responsável por promover os meios para que as empresas conseguissem reduzir os custos com

sua mão de obra, seja na contratação ou até mesmo nas rescisões. Diante desse cenário de acumulação flexível e precarização do trabalho, onde a classe trabalhadora perde seus direitos há, por parte dos organismos estatais, entidades da sociedade civil e organizações multilaterais, um incentivo à ação empreendedora. O pleno emprego se tornou uma meta inalcançável, dessa forma, o indivíduo passou a ser responsabilizado por sua realidade social. Finalizamos o primeiro capítulo apresentando o conceito de divisão sexual do trabalho e relacionando-o com o de empreendedorismo.

Divisão sexual do trabalho é um conceito elaborado por Kergoat (2002). A autora aponta que a divisão sexual do trabalho possui dois princípios: separação e hierarquização. O princípio da separação é o que determina quais trabalhos são relacionados a cada grupo social, já o da hierarquização é o que determina quais postos de trabalho possuem um maior valor social. A partir de dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE 2022, discutimos sobre como aspectos da divisão sexual do trabalho se mostram presentes no empreendedorismo. A pesquisa “Empreendedorismo Feminino no Brasil em 2022” desenvolvida pelo Sebrae também compôs a análise.

No segundo capítulo “Relações sociais de sexo e empreendedorismo feminino” foi realizado um levantamento bibliográfico. O foco foi em compreender como são construídas as relações sociais entre os sexos. Para isso, utilizamos dois aportes teóricos, um relacionado ao feminismo materialista francófono, apresentado a partir da análise de Colette Guillaumin (2014) e outro ao feminismo marxista, apresentado por Lise Vogel (2022) e Tithi Bhattacharya (2019).

Guillaumin (2014) busca compreender, a partir da categoria de totalidade, quais os aspectos estruturais e sistêmicos das relações sociais entre os sexos. De acordo com a autora, a apropriação das mulheres pelos homens é um fenômeno que possui uma face material e ideológica. Este fenômeno é responsável pelo processo de dominação e exploração do grupo das mulheres. Nas relações sociais entre os sexos, a apropriação do grupo das mulheres se expressa das seguintes formas: pela apropriação do tempo; apropriação do trabalho; apropriação dos produtos do corpo; pela obrigação sexual; e pelo encargo físico dos membros inválidos do grupo (Guillaumin, 2014). Em nossa análise, focamos na apropriação do tempo e do trabalho das mulheres pelos homens.

O feminismo marxista também foi utilizado para complementar nossa análise do conceito amplo de trabalho. De acordo com Vogel (2022) as opressões que recaem sobre as

mulheres estão atreladas ao capitalismo. A autora aponta que as raízes sócio materiais da opressão pela qual as mulheres estão expostas, tem relação com o capital e a necessidade do Estado em produzir uma nova geração de trabalhadores, em incentivar mulheres a gerar novos indivíduos.

Partindo dos aportes teóricos citados, realizamos no capítulo 2 uma análise sobre as narrativas de fomento ao empreendedorismo feminino. Para isso, fizemos um levantamento sobre a rede que visa fomentar o empreendedorismo no empresariado, nos estudantes e na população de maneira geral. Essa rede é formada por organismos estatais, entidades da sociedade civil e organizações multilaterais. O Sebrae é hoje o principal agente dessa rede. Finalizamos o capítulo 2 observando que as narrativas de fomento ao empreendedorismo feminino reproduzem aspectos da divisão sexual do trabalho.

No terceiro capítulo, intitulado de “Empreendedorismo e divisão sexual do trabalho: a naturalização das relações sociais de sexo”, apresentamos os dados coletados na pesquisa de campo, e buscamos discorrer, a partir de uma análise de conteúdo, sobre como os aspectos da divisão sexual do trabalho impactam de maneiras distintas a vida de mulheres e homens empreendedores. Foram realizadas 20 entrevistas, onde 10 dos entrevistados eram homens e 10 mulheres. Iniciamos o debate citando as mulheres entrevistadas, com base na fala delas, fizemos uma análise sobre como a divisão sexual do trabalho e o fenômeno da apropriação ocorre de maneira distinta em relação a situação civil, classe social e ao tipo de negócio de cada uma. Já no grupo dos homens, analisamos como independente da realidade social de cada um, todos se apropriam da materialidade de do tempo de alguma mulher para a realização das tarefas domésticas e de cuidado.

Dessa forma, relacionando a bibliografia dos capítulos anteriores com os dados coletados em pesquisa, observamos, em muitas narrativas, uma naturalização da divisão sexual do trabalho. Nessas narrativas, homens e mulheres empreendedores não reconhecem a sobrecarga imposta ao grupo das mulheres. É atribuída à mulher empreendedora a responsabilidade pelo trabalho doméstico não pago. A naturalização dessa atribuição possui relação com a ideologia empreendedora, sobretudo, com a narrativa de empoderamento feminino, que desconsidera as relações sociais entre os sexos e ressalta aspectos individuais dos sujeitos. Em suma, a análise dos dados nos mostra de que maneira a ideologia empreendedora atua na ocultação da divisão sexual do trabalho.

Metodologia

O método principal de nossa análise foi o dialético. O método dialético nos fornece uma base para interpretar a realidade a partir de sua dinâmica totalizante, ou seja, compreendemos que os fatos não devem ser entendidos de maneira isolada, devemos levar em consideração os aspectos políticos, econômicos e culturais dos fenômenos nos quais estamos analisando (Gil, 2008).

A hipótese inicial levantada nesta análise é que a divisão sexual do trabalho impacta desfavoravelmente a atividade empreendedora das mulheres. No desenvolvimento da pesquisa, observamos que o discurso da rede de fomento ao empreendedorismo apresenta uma ideologia do empoderamento feminino, com isso, a partir do trabalho de campo, compreendemos o impacto que essa ideologia causa na realidade das entrevistadas, ocultando a divisão sexual do trabalho. Como o objetivo era entender de que forma a divisão sexual do trabalho interfere no empreendedorismo feminino, buscamos, em um primeiro momento dados estatísticos, o foco foi observar como os números do empreendedorismo feminino e masculino ajudam a entender aspectos da diferenciação social entre os sexos.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), o Sebrae e a *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), foram utilizados como fontes para a obtenção de dados secundários que ajudaram a compor a análise. De acordo com Barbetta (2002) é necessário, ao desenvolver uma pesquisa, verificar os dados que já existem sobre o assunto que irá ser estudado, a utilização destes dados pode reduzir de forma drástica os custos e o tempo dedicado à pesquisa. Além dos dados estatísticos, contamos com uma pesquisa bibliográfica que foi desenvolvida a partir de livros e artigos científicos acerca do tema. A análise bibliográfica nos permite compreender aspectos mais amplos do tema que estamos analisando (Gil, 2008).

A partir da análise bibliográfica e da análise de dados secundários acerca do tema em questão, foram desenvolvidas entrevistas com 10 mulheres e 10 homens que são empreendedores. O número de entrevistados foi estabelecido com base no tempo disponível para a realização da pesquisa. O objetivo foi entrevistar empreendedora(e)s de diferentes raças e idades, que possuam rendimento mensal livre de até no máximo 9 salários mínimos, e que tenham seus negócios registrados como MEI ou Simples Nacional. De acordo com Gil (2008), a entrevista é uma técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe faz

perguntas, o objetivo central é a obtenção de dados que complementem a pesquisa desenvolvida. O diálogo desenvolvido a partir de uma entrevista é o que o autor chama de assimétrico, pois uma das partes visa coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (Gil, 2008).

As entrevistas foram estruturadas por pautas, ou seja, elas foram guiadas por pontos de interesse (Gil, 2008), a saber: dados de perfil (sexo/gênero, situação civil, idade, raça declarada, situação socioeconômica, filhos, rede de apoio), biografia, histórico de trabalho remunerado/carreira, aspectos da divisão do trabalho doméstico e de cuidado, histórico da atividade de empreendedorismo. Através de perguntas abertas, o entrevistador teve liberdade para discorrer sobre as pautas assinaladas. Essas entrevistas foram gravadas, uma vez que aspectos como o tom de voz dos entrevistados, ou alguma demonstração de emoção pode influenciar na análise dos dados que foram transcritos. Foi excluída da análise o uso de perguntas fechadas, pois a pesquisa é qualitativa, e seu objetivo é o aprofundamento das questões já levantadas. Dessa forma, as entrevistas contaram apenas com perguntas abertas.

Capítulo 1- Neoliberalismo, empreendedorismo e divisão sexual do trabalho.

Nos últimos trinta anos, o tema do empreendedorismo vem ganhando destaque tanto na área econômica quanto educacional. Em 2022, no Brasil, foram computadas cerca de 42.157.295 pessoas que se caracterizavam como empreendedores (GEM, 2023). Embora o tema empreendedorismo tenha sido historicamente vinculado ao mundo dos negócios, atualmente o termo tem sido, cada vez mais, associado às competências, habilidades e atitudes que todo indivíduo, sendo ou não empresário, deveria ter. De acordo com o Sebrae (2024) o empreendedorismo é uma manifestação da visão e da vontade de transformar pensamentos inovadores em realidade, é o processo de identificar oportunidades, assumir riscos e criar soluções inovadoras buscando a resolução de problemas. No nosso contexto atual, de política neoliberal, empreender é uma alternativa à escassez de empregos, dessa forma, para uma compreensão aprofundada acerca deste fenômeno é necessário, a priori, entendermos quais foram as mudanças sociais que impactaram diretamente na reestruturação produtiva do capital.

Os anos 80 foram marcados por mudanças e transformações tecnológicas, no contexto da crise estrutural do capital, nos meados dos anos 70. Com o avanço da tecnologia, a automação, a robótica e a microeletrônica passaram a estar presentes dentro do universo fabril (Antunes, 2006). Novos processos de trabalho surgiram, de forma que a produção em série, típica do fordismo, passou a ser substituída por uma produção flexível, que modificou os padrões de produtividade e alterou a lógica do mercado. Essa modificação foi chamada de toyotismo. Para discorrer acerca desse movimento de reestruturação produtiva, iremos utilizar o conceito de “acumulação flexível” apresentado por Harvey (1992).

O que víamos com o modo de produção fordista era uma organização do processo de trabalho pautada na produção em massa. Os trabalhadores eram responsáveis por certas tarefas no processo produtivo, possuíam postos fixos, seu tempo e movimento eram constantemente controlados. No fordismo, a exigência de uma produção em larga escala proporcionava aos trabalhadores certa estabilidade no emprego, as fábricas concentravam sua mão de obra em um só lugar, onde cada indivíduo possuía sua função e a hierarquia era bem delimitada, o processo de produção tinha uma verticalização marcante. De acordo com Ricardo Antunes (2006) o novo modelo produtivo, denominado toyotismo/acumulação flexível, foi inspirado no modo de produção japonês, que buscava uma alternativa à produção em massa, visando atender a exigências mais individualizadas do mercado, através da produção em pequenos lotes, com um

menor tempo e uma melhor qualidade. A adesão a um regime de acumulação flexível demandava do operário a necessidade de desempenhar seu trabalho em diferentes máquinas. Buscando acelerar o tempo de giro do capital, as corporações implementaram medidas que racionalizaram, reestruturaram e intensificaram o controle sobre o trabalho. (Harvey, 1992)

“É a chamada polivalência do trabalhador japonês, que mais do que expressão e exemplo de uma maior qualificação, estampa a capacidade do trabalhador em operar com várias máquinas, combinando várias tarefas simples.” (Antunes, 2006, p.34). Dessa forma, a flexibilização não ocorreu apenas no aparato produtivo, mas também na maneira com a qual o trabalho é organizado. A verticalização fordista foi substituída pela horizontalização toyotista. Essa horizontalização acarretou uma adesão a procedimentos como o *just in time*, onde a demanda de consumo passou a determinar a produção. Com isso, pretendia-se eliminar o estoque e o desperdício do processo produtivo, criando-se fábricas enxutas. Terceirização, subcontratação, controle de qualidade total, gerência participativa e sindicalismo de empresa foram outros elementos que se propagaram de maneira intensa com o toyotismo (Antunes, 2006).

A flexibilização do trabalho permitiu que, na acumulação flexível, a produção fosse estruturada com um número mínimo de trabalhadores. Os postos fixos e a especialização por tarefas presentes no fordismo foram substituídos por uma nova organização da produção que demandou trabalhadores polivalentes. A realização de horas extras e a contratação de trabalhadores temporários foram estratégias adotadas por esta nova organização da produção, diminuindo assim a quantidade numérica de mão de obra necessária. A produção se tornou difusa, e passou a se constituir através de uma rede de colaboradores, as fábricas se tornaram enxutas, e passaram a funcionar com um número reduzido de mão de obra. Trabalhando com uma quantidade menor de funcionários, as fábricas passaram a demitir muitas pessoas, dessa forma, como resultado dessas transformações tivemos o desemprego estrutural, que atingiu o mundo em escala global (Antunes, 2006).

O desemprego estrutural trouxe consigo outro fenômeno presente no toyotismo: o crescimento do setor de serviços. A expansão deste setor nos mostra o que Antunes (2006) descreve como subproletarização do trabalho. Este conceito indica que, no toyotismo expandiu-se formas de trabalho precário, que são postos vinculados à uma economia informal, podemos citar como exemplo: o trabalho parcial, temporário, subcontratado e terceirizado (Antunes, 2006). O enfraquecimento do poder sindical somado a uma grande quantidade de mão de obra

excedente, aumentou a imposição de contratos de trabalho cada vez mais flexíveis, resultando na queda do emprego regular. A quantidade de trabalhadores que possuíam cargos centrais diminuiu, e a tendência passou a ser empregar uma mão de obra facilmente descartada em períodos de queda de ganhos.

A reestruturação produtiva do capital resultou em um processo de precarização do trabalho, onde a classe trabalhadora foi atingida de maneira objetiva e subjetiva. Enquanto no fordismo a preocupação girava em torno dos movimentos corporais necessários para o aumento da produção, no toyotismo observamos a busca pela captura da subjetividade do trabalho a favor da lógica do capital (Alves, 2008). Esse fenômeno é o que Alves (2008) descreve como o espírito do toyotismo. É a busca pela mobilização total da mente e do corpo do trabalhador. Os novos dispositivos utilizados para a gestão do processo produtivo, como por exemplo: *just in time*, controle de qualidade total e gerência participativa, exigem do trabalhador um envolvimento mais intenso com suas tarefas no ambiente de trabalho.

Os trabalhadores, no toyotismo, passaram a ser tratados como “colaboradores”. Essa mudança carrega consigo a busca pela captura total da inteligência instrumental do trabalhador. Fazer com que um indivíduo que vende sua mão de obra se sinta como parte da empresa, proporciona um encorajamento na resolução de problemas no trabalho. O trabalhador é constantemente incentivado a pensar de maneira proativa e a se responsabilizar cada vez mais pelo processo produtivo ao qual está inserido. “A empresa toyotista busca hoje mobilizar conhecimento, capacidades, atitudes e valores necessários para que os trabalhadores possam intervir na produção, não apenas produzindo, mas agregando valor. Eis o significado da captura da subjetividade do trabalho” (Alves, 2008, p. 123).

A eliminação do trabalho especializado, característico do fordismo, trouxe consigo a adesão do trabalho em equipe, onde o gestor ou gerente é colocado como o líder desta equipe. Neste cenário, a subjetividade do trabalhador é capturada na figura do que Alves (2008) chama de inspetor interior. O inspetor interior é um operário que se torna patrão de si e de seus colegas de trabalho. Dessa forma, o cargo de gerência é destinado àquele trabalhador que veste de fato a “camisa da empresa” e se vê diante da captura de todo o seu saber fazer em prol do capital. Esse gerente que está integrado a sua equipe, utiliza seu olhar para avaliar e controlar o trabalho de si e dos outros.

O espírito do toyotismo disseminou, de acordo com Alves (2008) a construção de um novo modelo de subjetivação estranhada. O autor nos mostra que, junto às inovações

tecnológicas, a reestruturação produtiva nos trouxe inovações sócio metabólicas. Estas inovações fazem referência a valores, fetiches, expectativas e utopias do mercado que são disseminadas por todo o aparato midiático do capital. O mundo do trabalho passa a ser tomado por palavras como: competência, empregabilidade e empreendedorismo. Torna-se senso comum os discursos que fazem referência às inovações empresariais. Dessa forma, a captura da subjetividade do trabalhador, ocorre também no campo da reprodução social (Alves, 2008). Adiante, no debate acerca da rede de fomento ao empreendedorismo, iremos discorrer de maneira mais complexa acerca deste ponto.

Para compreendermos de maneira mais clara toda a reestruturação produtiva, é necessário abriremos um debate acerca da relação histórica do Estado com o sistema econômico capitalista. No século XVIII temos o que Dardot e Laval (2016) chamam de “primeiro liberalismo”. Também conhecido como *laissez-faire*, este modelo econômico era pautado na limitação da atuação do Estado na economia. O governo liberal seguia as seguintes leis: leis naturais, que serviam como um marco para a ação pública e determinavam o que o homem é “naturalmente”; liberdade de comércio e propriedade privada. Neste modelo, o Estado devia apenas proporcionar as condições adequadas à sobrevivência dos indivíduos, e não devia interferir na economia, pois a mesma se regulava através de uma suposta “mão invisível” do mercado (Dardot; Laval, 2016).

A defesa da mão invisível do mercado, em teoria, se pautava na busca por um mercado concorrencial que beneficiava a todos, porém na prática isso não ocorria. O surgimento de grandes grupos cartelizados, e a dominação dos monopólios e oligopólios sobre os preços destruíam a concorrência leal (Dardot; Laval, 2016). A influência e poder dos empresários frente à política e ao mercado, foram responsáveis por enfraquecer o ideal de não interferência estatal. Dardot e Laval (2016) nos mostram que a falta de regulação do Estado sobre os salários e as condições de trabalho, resultaram em um aumento da pobreza, dessa forma, foi necessário à implementação de medidas que visavam proteger de maneira coletiva todos os trabalhadores, e proporcionar aos mesmos uma segurança social.

Desde meados do século XIX, potências como Estados Unidos e Alemanha, passaram por um processo em que seu modelo de agentes econômicos independentes, que se baseavam apenas em seus próprios interesses e tinham suas decisões pautadas no mercado concorrencial, não eram mais adequados diante das práticas do sistema industrial e financeiro vigente. Dessa forma, no fim dos anos 1870 e início dos anos 1880, o que se viu foi a ascensão de

regulamentações que consolidaram direitos básicos a trabalhadores assalariados (Dardot; Laval, 2016). De acordo com Dardot e Laval (2016) dos anos de 1880 até os anos 1930 houve um processo de revisão dos dogmas liberais. Havia uma briga interna entre os autores liberais, onde uma parte, chamados de reformistas, defendiam um ideal de “bem comum”, e outra parte defendia a liberdade individual como um fim absoluto. No fim do século XIX, o movimento operário estava em pleno desenvolvimento sindical e político, dessa forma a concepção restritiva em relação à intervenção estatal se tornou defasada em relação às necessidades de organização e regulação da sociedade (Dardot; Laval, 2016).

A intervenção estatal passou a ser vista como algo legítimo e necessário na economia e na sociedade. A primeira Guerra Mundial e as crises que a sucederam foram responsáveis por acelerar uma revisão geral dos dogmas liberais do século XIX. Dessa forma, o *laissez-faire* passou a ser considerado ultrapassado e o que se viu foi a ascensão de um “novo liberalismo”. A sociedade moderna multiplicou as relações contratuais, expandindo-a do campo econômico para toda a vida social (Dardot; Laval, 2016). “O liberalismo social assegura, assim, por sua legislação, uma extensão máxima da liberdade ao maior número de indivíduos. Filosofia plenamente individualista, esse liberalismo dá ao Estado o papel essencial de assegurar a cada indivíduo os meios de realizar seu próprio projeto.” (Dardot; Laval, 2016, P.56)

O “novo liberalismo” foi, com o passar do tempo, substituído pelo neoliberalismo. Apresentado como uma nova alternativa de política de Estado, o neoliberalismo trouxe uma nova abordagem acerca do reformismo social presente no “novo liberalismo”. Dardot e Laval (2016) nos mostram que os neoliberais admitiam a necessidade de intervenção do Estado, porém eles se opunham a qualquer ação que prejudicasse o jogo da concorrência entre os interesses privados. Ou seja, a intervenção estatal “trata-se de não limitar o mercado por uma ação de correção ou compensação do Estado, mas de desenvolver e purificar o mercado concorrencial por um enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado” (Dardot; Laval, 2016, P.63).

O neoliberalismo é guiado pela necessidade constante de adaptação dos homens e das instituições a uma ordem econômica variável, pautada na permanente e generalizada concorrência (Dardot; Laval, 2016). Os autores nos mostram que a política neoliberal muda o homem, de forma que ele deve se submeter ao constante movimento da economia. A forma pela qual os indivíduos pensam e vivem deve permanecer em harmonia com as condicionantes

econômicas. É nesse cenário que o espírito toyotista se dissemina. A necessidade de trabalhadores multifuncionais e adaptáveis está baseada em uma ordem econômica flexível.

Iremos utilizar o conceito “sujeito neoliberal” (Dardot; Laval, 2016) para discorrer sobre as características requeridas pelos indivíduos/trabalhadores frente ao processo de acumulação flexível. No neoliberalismo o sujeito deve estar totalmente envolvido na atividade que realiza, o foco é em produzir “sujeitos empreendedores” que reproduzem relações de competição no ambiente de trabalho, e que se adaptem a condições de trabalho cada vez mais duras e complexas. Por estar envolvido de maneira completa em sua ocupação, o trabalhador, por vezes, é responsável por criar tais condições (Dardot; Laval, 2016).

O sujeito neoliberal está inserido no que Dardot e Laval (2016) chamam de individualismo moderno. Este individualismo está marcado pela mercantilização das relações humanas, que se materializaram na contratualização entre os indivíduos. Os contratos voluntários estabelecidos entre as pessoas, tornaram-se a medida de todas as relações. Os autores nos mostram que através dos contratos, podemos notar um arranjo de processos de normatização e técnicas disciplinares, que constituem o que Michel Foucault aponta como dispositivos de eficácia (*apud* Dardot; Laval, 2016). Para que os sujeitos fossem convertidos a trabalhadores flexíveis “era preciso pensar e implantar, por uma estratégia sem estratégias, os tipos de educação da mente, de controle do corpo, de organização do trabalho, moradia, descanso e lazer que seriam a forma institucional do novo ideal de homem” (Dardot; Laval, 2016, P.319). O foco do dispositivo de eficácia é uma gestão das mentes dos indivíduos.

No modo de produção fordista, na busca pelo aumento da produção, o que víamos era um adestramento dos corpos, os indivíduos eram disciplinados pela coerção corporal. Já na acumulação flexível o foco é governar um indivíduo que tenha toda a sua subjetividade envolvida em sua atividade laboral. O objetivo nesta nova gestão dos indivíduos é fazer com que eles trabalhem para a empresa como se estivesse trabalhando para si (Dardot; Laval, 2016). Dardot e Laval (2016) chamam este fenômeno de captura da subjetividade, de governamentalidade empresarial. Este conceito está relacionado com a chamada racionalidade neoliberal. A racionalidade neoliberal é responsável por produzir sujeitos empreendedores, que reforçarão as relações de competição entre si buscando, através da necessidade de autorrealização, se adaptar de maneira subjetiva às condições de trabalho cada vez mais duras. Condições essas que eles mesmos ajudam a produzir (Dardot; Laval, 2016).

A produção de sujeitos empreendedores perpassa pela racionalização do desejo, ou seja, o indivíduo se dispõe a maximizar seu capital humano em todos os âmbitos, ele busca trabalhar a si mesmo com o objetivo de se aprimorar, se transformar, inovar, e ser sempre muito eficaz, se tornando assim uma empresa de si (Dardot; Laval, 2016). Os objetivos pessoais dos indivíduos passam a ser os mesmos objetivos empresariais. Dessa forma, vemos o uso de técnicas como: coaching, programação neurolinguística (PNL) e análise transacional (AT), como formas de dominar a si mesmo, buscando o controle de emoções e o aumento da eficácia na relação com o outro (Dardot; Laval, 2016).

Todos os esforços aplicados no objetivo de transformar a si mesmo tendem a atribuir ao indivíduo todo o peso da competição social. Os sujeitos passam a ser inteiramente responsáveis por suas expectativas, seus comportamentos e sua realidade dentro do seu ambiente laboral. O domínio de si é posto como uma alternativa a uma situação de desemprego global que se mostra incontornável. “O domínio de si mesmo coloca-se como uma espécie de compensação ao domínio impossível do mundo” (Dardot; Laval, 2016, p.335). Dessa forma, os problemas econômicos que os indivíduos podem ou não passar, deixam de ser vistos como questões organizacionais da estrutura social, e passam a ser relacionados à capacidade individual que cada um possui de dominar e aprimorar a si mesmo.

A ideologia do empreendedorismo, associada ao desemprego estrutural que assola os países a nível global, se tornou uma justificativa para um processo de desmonte de direitos no Brasil. Houve, em nosso país, uma reformulação na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que foi responsável pelo desmonte dos direitos trabalhistas, resultando em uma desestruturação social e promoção de condições de trabalho que favoreceram os empregadores.

A estratégia de desmonte das políticas sociais e de retirada de direitos serve a dois propósitos: reduzir o tamanho do Estado na formulação e implementação de políticas públicas, reservando fatias cada vez maiores para a iniciativa privada em setores como saúde e educação, e possibilitar a privatização de empresas públicas como a Petrobras, entre outras. Com a diminuição do papel do Estado abre-se caminho para a redução da carga tributária, atendendo pleito antigo dos empresários, que pressionam por redução de impostos e pela reforma trabalhista. (Oliveira et al., 2017)

A CLT foi consolidada no dia 1 de maio de 1943. Ela foi responsável por elevar o direito dos trabalhadores à condição de direitos sociais fundamentais. As lutas dos trabalhadores que ocorreram nas primeiras décadas do século XX, foram responsáveis por produzir um modelo de leis trabalhistas muito específico em nosso país. A CLT possui um sistema híbrido, onde combina um modelo legislado às negociações coletivas. Essas negociações são consideradas

válidas desde que respeitem as regras de proteção do trabalho, dessa forma, a judicialização dos conflitos trabalhistas não eliminou a negociação direta entre empregados e empregadores (Oliveira et al., 2017).

A reforma trabalhista foi sancionada no Brasil no ano de 2017, durante o governo de Michel Temer. Uma das principais justificativas apresentadas para esta reforma foi a necessidade de uma modernização nas relações de trabalho. A reforma seria, de acordo com seus defensores, uma forma de assegurar o encontro livre das vontades individuais de empregadores e empregados, ignorando a hierarquia presente nesta relação (Oliveira et al., 2017). A “modernização” das leis trabalhistas no Brasil resultaram na adoção das seguintes medidas: substituição da lei pelo contrato; adoção de uma legislação mínima, residual, a ser complementada pela negociação/contratação; criação de diversos tipos de contrato, que são distintos do padrão de assalariamento clássico representado pelo contrato por tempo indeterminado; substituição de direitos universais por direitos diferenciados; descentralização da negociação coletiva ao âmbito da empresa; e a substituição da intervenção estatal na resolução de conflitos trabalhistas pela autocomposição das partes (Oliveira et al., 2017).

A adoção de políticas neoliberais foram responsáveis por flexibilizar as relações de trabalho. Essa flexibilização, como já citado, é uma maneira de fazer com que os trabalhadores se vejam obrigados a se adaptar e aceitar uma redução de seus direitos, legitimada através da ideologia do empreendedorismo, que veicula a ideia de que o indivíduo deve ser autônomo, resiliente e responsabilizado pelo seu sucesso/fracasso. Nesse contexto, temos o que Antunes (2006) apontou como uma subproletarização do trabalho, ou seja, expandiu-se a contratação para cargos precários com poucos direitos. A forma com a qual o mercado de trabalho se comporta influencia de maneira direta a vida da classe social que sobrevive de seu trabalho, a flexibilização das leis que resultou no desemprego estrutural, traz como consequência a pobreza e a desigualdade. “A redução dos empregos formais amplia as inseguranças e a precariedade, produzindo um forte impacto sobre o mercado de consumo, pois os trabalhadores tendem a gastar o que ganham” (Oliveira et al., 2017, p.29).

A reforma trabalhista foi responsável por promover os meios para que as empresas consigam reduzir custos nas contratações e demissões, custos estes que garantiam a estabilidade e a segurança dos trabalhadores. A reforma também foi uma maneira de desresponsabilizar as empresas sobre os trabalhadores que contrata, transformando o trabalhador no que Dardot e Laval (2016) chamaram de empreendedor de si próprio. Ele passar a ser inteiramente

responsável pela gestão de sua sobrevivência diante de uma intensa instabilidade social. Nesta análise, iremos focar em duas formas de contratação presentes na reforma trabalhista: a jornada em tempo parcial e o trabalho intermitente.

O trabalho em tempo parcial e o intermitente foram formulados em oposição aos contratos por tempo indeterminado. Essas modalidades de contratação foram desenvolvidas com o objetivo de racionalizar o uso do tempo pelos empregadores (Oliveira et al., 2017). A reforma trabalhista criou, a partir desses novos contratos de trabalho, o trabalhador *just in time*, ou seja, o trabalhador que é contratado apenas de acordo com as necessidades da empresa. No contrato de trabalho intermitente é permitido que o prestador de serviço seja contratado de forma descontínua, podendo alterar a contratação em dias e horários variados. Dessa forma, o contratante passa a ser responsável por remunerar apenas as horas trabalhadas, não sendo pré-estabelecida uma jornada de trabalho (Oliveira et al., 2017).

Por ser proporcional à quantidade de horas trabalhadas, o contrato intermitente não precisa corresponder ao salário-mínimo mensal estabelecido em lei, dessa forma o trabalhador se vê diante de um cenário de incerteza e insegurança, onde seus direitos trabalhistas são reduzidos e sua contribuição previdenciária também. Um dos argumentos utilizados pelo relator em defesa ao contrato intermitente aponta que ele pode ser uma alternativa de conciliação entre trabalho e estudo (Oliveira et al., 2017). Porém, na realidade, o trabalho intermitente nada mais é do que uma regulamentação do *free lance*. Os trabalhadores que são submetidos a este tipo de contratação se tornam reféns das empresas que o contratam, impossibilitando um planejamento da sua vida pessoal e profissional à longo prazo.

O contrato em tempo parcial é outra modalidade de precarização do trabalho regulamentada após a reforma trabalhista. A jornada de trabalho parcial é de 26 a 30 horas semanais. É permitido também a contratação por um período inferior a 26 horas, onde o salário é pago de maneira proporcional. De acordo com Oliveira et al (2017) a jornada de até 30 horas semanais representa 41,2% dos empregos das mulheres. “O elevado número de mulheres em jornadas parciais diz respeito às jornadas diferenciadas, especialmente nas áreas da educação, saúde e serviços sociais, em que as mulheres predominam” (Oliveira et al., 2017, p.35). Os contratos em tempo parcial geram uma menor proteção social, e esse viés de gênero presente no mesmo demonstra como ele estimula a flexibilização nos contratos para as mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho.

O processo de acumulação flexível promoveu uma perda progressiva no trabalho formal, e intensificou a flexibilização das relações de trabalho (Araújo; Lombardi, 2013). Araújo e Lombardi (2013) apontam que existe uma “nova informalidade”, que está relacionada com o processo de desregulamentação dos mercados de trabalho e flexibilização das relações trabalhistas. Dessa forma, o conceito de informalidade ganha amplitude, pois ele passa a se referir não apenas a postos de trabalho sem carteira assinada, mas também a contratações flexíveis que deixam os trabalhadores vulneráveis.

A migração para o trabalho informal é a realidade de muitas mulheres no Brasil. Há, por parte das mulheres, um deslocamento compulsório de empresas de grande e médio porte, onde elas ocupavam postos de baixa qualificação, em direção ao trabalho informal (Araújo; Lombardi, 2013). De acordo com as autoras, as mulheres são maioria em pequenas e microempresas em que predominam os contratos informais.

Dessa forma, diante deste cenário de acumulação flexível, onde o pleno emprego se tornou uma meta inalcançável há, por parte dos organismos estatais, entidades da sociedade civil e organizações multilaterais, um movimento de incentivo à ação empreendedora. O sentimento de insegurança e instabilidade provocado pelo desemprego foi preenchido pelo incentivo à individualização dos trabalhadores. É atribuído ao indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso e fracasso, ou seja, o discurso da responsabilização individual ganha seu espaço. Dessa forma, o empreendedorismo passa a ser apresentado pelo Estado, como uma maneira que os trabalhadores possuem de, através de sua ação individual, contornar o cenário de desemprego e precarização do trabalho. Por outro lado, do ponto de vista dos trabalhadores, a intensa precarização do mercado de trabalho e o endeusamento do empreendedorismo como estratégia de ascensão social podem servir de desestímulo ao estabelecimento de relações de emprego no mercado de trabalho.

Levando-se em conta a questão da desvalorização, da precarização e da desqualificação do trabalho das mulheres no mercado de trabalho formal/informal, buscaremos compreender como a divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2002), que atua no sentido de diferenciar e hierarquizar o trabalho de homens e mulheres, se observa no chamado “empreendedorismo feminino”.

Empreendedorismo e divisão sexual do trabalho

O trabalho é um aspecto central em nossa análise sociológica. Ele é o moderador das relações presentes entre os indivíduos e a sociedade. O trabalho organiza a nossa produção social, tornando-se central no âmbito político (Hirata, Kergoat, 2020). No capitalismo flexível o aspecto central do trabalho permanece, porém o que queremos inserir no debate é a forma com que as relações de trabalho ocorrem de maneira desigual para o grupo dos homens e das mulheres. Nesta etapa da análise buscamos discorrer sobre como o mercado de trabalho representa uma hierarquia entre os sexos. Dessa forma, através do conceito de divisão sexual do trabalho, buscamos analisar de que forma se dá essa hierarquia e como o grupo dos homens obtém, no mercado de trabalho, vantagens sobre o grupo das mulheres. Um outro ponto a ser levantado em nossa análise é como a hierarquia presente nas relações de sexo no âmbito do trabalho se dá no empreendedorismo. Visamos compreender de que forma se dá o trabalho para as mulheres empreendedoras e como a divisão sexual do trabalho se configura no empreendedorismo.

Para compreendermos de maneira mais clara o fenômeno do empreendedorismo e a divisão sexual do trabalho em nosso país, é necessário *a priori* explorarmos de que forma se dão as relações sociais na sociedade. A nossa organização social se constrói por meio das relações sociais, que podem ser assimiladas a um tipo de tensão que perpassa por todo o âmbito social. Essa tensão se cristaliza, ela é responsável por produzir uma sociedade, reproduzi-la, e modificar as formas de pensamento e ações dos indivíduos. Nós, enquanto seres humanos, estamos imersos em confrontos constantes, estamos rodeados de relações sociais, pois elas são múltiplas, ou seja, nenhuma é capaz de determinar como se dá a totalidade social. Juntas, as relações sociais tecem a trama da sociedade e são responsáveis por impulsionar e modificar toda a sua dinâmica. As relações sociais são consubstanciais, este conceito traz um aspecto importante para nossa análise, pois ele pressupõe que as relações sociais formam um único nó, ou seja, elas são coextensivas, elas se reproduzem e se co-produzem mutuamente (Kergoat, 2002).

As relações sociais organizam e hierarquizam as divisões em nossa sociedade. Elas condicionam, por exemplo, o que é considerado uma esfera pública, o que é considerado uma esfera privada e qual grupo – homens ou mulheres – é associado a cada esfera. Quando lançamos nosso olhar para as relações sociais presentes entre o grupo dos homens e das

mulheres, podemos identificar um antagonismo. As condições nas quais homens e mulheres vivem são construções sociais, ambos fazem parte da construção de grupos sociais distintos que possuem uma relação social específica: a de sexo. O grupo dos homens legisla a vida do grupo das mulheres, de forma a explorar seu trabalho profissional e doméstico (Kergoat, 2002). Esse “poder” exercido por um grupo sobre outro são construções sociais, são resultado de uma relação hierárquica entre os sexos. Essa hierarquia, no âmbito do trabalho, resulta em uma divisão sexual do trabalho, expressando de maneira clara o antagonismo presente entre o grupo dos homens e das mulheres.

As relações sociais, de acordo com Hirata e Kergoat (2002) possuem princípios que a organizam, são eles: a exploração, que ocorre na usurpação do trabalho de um grupo social por outro; a dominação, que se expressa na violência simbólica; a opressão, que envolve todas as formas de violência física; e a apropriação, disposição permanente dos corpos ao trabalho. Quando a relação social possui essas quatro propriedades, ela pode ser considerada uma relação transversal e estruturante da formação social. É nesse espectro que estão as relações sociais de sexo. (Hirata, Kergoat, 2020)

A relação social de sexo perpassa pela totalidade do espaço-tempo, e sua segregação se dá de formas particulares. A exploração do grupo dos homens sobre o grupo das mulheres inclui o trabalho profissional, seja ele assalariado ou não, e o trabalho doméstico (Kergoat, 2002). Quando estamos falando de trabalho doméstico, não estamos nos referindo apenas a tarefas domésticas de cuidado com a casa, mas também tarefas de cuidados com outros indivíduos, que podem ser os filhos, o próprio marido, ou outros familiares.

Falar em termos de divisão sexual do trabalho é ir além de uma simples constatação de desigualdades: é uma forma de articular a descrição do real a partir de uma reflexão acerca dos processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar as atividades que envolvem o mercado de trabalho. (Kergoat, 2009, p.72) O conceito de divisão sexual do trabalho é central em nossa análise, apresentado pela autora Danièle Kergoat (2002), a divisão sexual do trabalho é uma forma de dividir o trabalho social a partir das relações sociais de sexo. A principal característica dessa divisão é a destinação prioritária do grupo dos homens à esfera produtiva da nossa sociedade, e ao grupo das mulheres é destinada à esfera reprodutiva. Essa divisão é aplicada devido à ideologia naturalista, onde o gênero é reduzido ao sexo biológico, dessa forma as práticas sociais se transformam em papéis sociais sexuais, onde o sexo determina o destino natural da espécie. (Kergoat, 2009)

A divisão sexual do trabalho tem dois princípios que a organiza: separação e hierarquização (Kergoat, 2002). A separação é o que determina quais trabalhos são característicos de cada grupo social. São relacionados à figura masculina postos de trabalho que demandam aspectos como: liderança, competitividade e conhecimento científico. Já à figura das mulheres são relacionados postos de trabalhos que fazem referência a conhecimentos adquiridos no âmbito privado, como por exemplo, o cuidado. O princípio da hierarquização é o que determina quais postos de trabalho possuem mais valor social em relação a outros, dessa forma, o trabalho de um homem tem mais valor social agregado do que o de uma mulher. Para exemplificar esse antagonismo, iremos utilizar o conceito de qualificação.

A construção individual e coletiva do que é ser uma pessoa qualificada se dá de forma muito diferente entre os homens e as mulheres. Para os homens, realizar um trabalho assalariado é tido como algo natural, coextensivo a sua virilidade, já no caso das mulheres, se afirmar enquanto uma pessoa qualificada é algo muito mais complexo. O valor atribuído ao trabalho realizado por uma mulher é inferior ao de um homem, pois quanto mais o trabalho for reconhecido como o resultado de um conhecimento adquirido, mais ele é considerado fruto de qualificação. Já quando o trabalho é considerado efeito de uma capacidade natural, menos ele é qualificado (Kergoat, 2002).

As capacidades atribuídas como “naturais” são muito diferentes entre os dois grupos. Para os homens, são consideradas qualidades “naturais”: competição, agressividade, força, assertividade. Já no caso das mulheres são: meiguice, instinto materno, cuidado. As qualidades atribuídas aos homens e às mulheres são construídas socialmente, sendo que no caso das mulheres, estas são particularmente adquiridas no aprendizado que ocorre na esfera privada, familiar, doméstica. O gênero feminino sai em desvantagem nesta lógica, pois um conhecimento individual que ocorra apenas na esfera privada não possui o mesmo valor social que um conhecimento obtido na esfera pública (Kergoat, 2002).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua nos traz dados quantitativos acerca da quantidade de pessoas ocupadas em nosso país no ano de 2022. Buscando compreender de maneira mais clara o fenômeno da divisão sexual do trabalho, iremos utilizar a tabela a seguir para discorrer acerca das atividades econômicas onde predominam o grupo dos homens e das mulheres.

Tabela 1 – Pessoas ocupadas, por sexo e cor ou raça, segundo grupos de atividades econômicas e agrupamentos ocupacionais – Brasil - 2022

Grupos de atividades econômicas e grupamentos ocupacionais	Pessoas ocupadas (1 000 pessoas)										
	Total	Sexo e cor ou raça (1)									
		Homem					Mulher				
	Total	Branca	Preta	Parda	Preta ou parda	Total	Branca	Preta	Parda	Preta ou parda	
Total	96 982	55 514	23 888	6 289	24 794	31 082	41 468	19 468	4 340	17 172	21 512
Grupo de atividade econômica (2)											
Agropecuária	8 507	6 822	2 441	659	3 666	4 325	1 685	720	139	807	946
Indústria	12 327	8 196	3 804	856	3 450	4 306	4 131	2 080	374	1 638	2 012
Construção	7 253	6 948	2 312	988	3 593	4 581	306	161	28	116	144
Comércio e reparação	18 661	10 818	4 721	1 135	4 852	5 988	7 843	3 601	724	3 430	4 153
Adm. pública, educação, saúde e serv. sociais	17 163	6 298	2 993	676	2 554	3 230	10 865	5 523	1 091	4 116	5 207
Transporte, armazenagem e correio	5 227	4 651	1 972	541	2 095	2 637	575	253	64	251	315
Alojamento e alimentação	5 287	2 292	894	298	1 073	1 371	2 995	1 213	351	1 402	1 753
Informação, financeira e outras ativ. profissionais	11 489	6 652	3 608	715	2 268	2 983	4 837	2 820	432	1 517	1 949
Serviços domésticos	5 751	501	172	60	261	322	5 250	1 712	794	2 704	3 497
Outros serviços	5 284	2 315	959	357	973	1 330	2 969	1 383	343	1 186	1 529
Grupamentos ocupacionais (3)											
Diretores e gerentes	3 273	1 948	1 250	110	548	658	1 325	875	61	371	432
Profissionais das ciências e intelectuais	11 803	4 899	3 186	367	1 270	1 637	6 904	4 183	542	2 084	2 626
Técnicos e profissionais de nível médio	7 955	4 418	2 363	442	1 554	1 997	3 537	1 896	327	1 255	1 582
Trabalhadores de apoio administrativo	8 227	3 188	1 460	346	1 355	1 701	5 039	2 580	489	1 890	2 379
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	21 762	9 359	3 910	1 135	4 230	5 365	12 403	5 225	1 388	5 642	7 030
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	5 449	4 349	1 783	365	2 164	2 529	1 100	521	80	486	566
Trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e	13 029	10 897	4 212	1 397	5 182	6 579	2 132	1 001	203	916	1 119
Operadores de instalações e máquinas e montadores	8 664	7 495	3 068	836	3 535	4 371	1 170	543	102	519	620
Ocupações elementares	16 007	8 234	2 346	1 195	4 638	5 834	7 773	2 595	1 143	3 980	5 123
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	800	720	309	94	313	407	79	48	5	26	31

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022 (acumulado de quintas visitas).

Notas:

(1) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça

(2) Não são apresentados resultados para atividades mal definidas.

(3) Não são apresentados resultados para ocupações mal definidas.

Quando analisamos o atual cenário do mercado de trabalho, podemos perceber que o princípio da separação está presente de maneira muito marcante. De acordo com a Tabela 1, desenvolvida a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) as mulheres são maioria apenas na administração pública, educação, saúde, serviços sociais e serviços domésticos. Podemos identificar que, com exceção da administração, os demais grupos de atividades econômicas demandam do profissional a qualificação do cuidado, seja ele na forma física ou psicossocial.

A qualificação cobrada de um trabalho tido como feminino se dá de maneira singular. Os trabalhos de cuidado ou de limpeza, por exemplo, são profissões onde as qualidades necessárias para uma boa execução são consideradas inatas e não um conhecimento adquirido com aprendizagem. Inatas principalmente ao sexo, mas também à raça/etnia, demonstrando a consubstancialidade presente nessa relação social. Profissões como essas são consideradas de baixo valor social agregado, resultando em um pagamento pouco conveniente a quem as realizam. Dessa forma, mulheres que são babás ou diaristas são taxadas como se fossem

formadas para sua profissão não pelo aparelho escolar, mas sim pelo trabalho reprodutivo, que é de sua responsabilidade dado o seu lugar na divisão sexual do trabalho, pois a sociedade atribui ao sexo feminino o trabalho doméstico e o cuidado. (Hirata, Kergoat, 2020)

Kergoat (2002) cita o trabalho de enfermeiras como um exemplo. A enfermagem é uma profissão onde vemos um número massivo de mulheres que a compõem. De acordo com a autora, os papéis sociais que são solicitados às trabalhadoras são chamados de papéis femininos, que remetem a qualidades individuais e não a qualificações. O conceito *care* também pode ser utilizado para compor esta análise. Apresentado por Guimarães, Hirata e Sugita (2012), *care* remete ao trabalho de cuidado. Ele é o conjunto de práticas, sejam elas materiais ou emocionais, que permitem um respaldo às necessidades e vontades dos outros indivíduos. Em nosso país, o trabalho relacionado ao cuidado, seja da casa, de crianças, idosos ou pessoas que necessitem de apoio “tem sido tarefas exercidas por agentes subalternos e femininos, os quais (talvez por isso mesmo) no léxico brasileiro têm estado associados com a submissão, seja dos escravos (inicialmente), seja das mulheres, brancas ou negras (posteriormente)” (Guimarães, Hirata e Sugita, 2012, p.154).

O *care*, que também podemos chamar de cuidado, remete à questão de gênero, pois essa profissão está posta como uma capacidade natural feminina. Guimarães, Hirata e Sugita (2012) apontam que de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2002 havia 6,3 milhões de empregados domésticos em atividade no país, sendo eles mensalistas e diaristas. Deste número, somente 400 mil eram do sexo masculino. Dessa forma, ao pensar sobre o mercado de trabalho do cuidado, devemos levar em consideração que os limites entre o trabalho profissional e o trabalho doméstico remunerado são fluidos, de forma a aproximar os perfis da profissional que trabalha enquanto cuidadora, em relação à empregada doméstica da casa.

Outro aspecto dessa fluidez citada está presente nos dados da Pesquisa Emprego e Desemprego (PED) para a região metropolitana de São Paulo em 2008. Nesta pesquisa, a partir de 7 mil registros de entrevistadas, foi analisado que pessoas que exerciam a função de trabalhadoras do *care* - de acordo com a natureza do seu trabalho - se classificavam, do ponto de vista profissional, como empregada doméstica, demonstrando que as profissionais do *care* não possuem o devido reconhecimento institucional. (Guimarães, Hirata e Sugita, 2012, p.154)

Tabela 2 - Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência, por sexo e cor ou raça - Brasil – 2022

Grupos sociais	Número médio de horas semanais
Total	17,0
Homens	11,7
Mulheres	21,3
Homens brancos	11,7
Homens pretos ou pardos	11,7
Mulheres brancas	20,4
Mulheres pretas ou pardas	22,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022 (acumulado de quintas visitas).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua realizada no ano de 2022, o tempo médio - contabilizado em horas - em que os indivíduos - com 14 anos ou mais - se dedicam ao cuidado de pessoas e/ou aos afazeres domésticos é de 17 horas. Quando utilizamos um recorte de sexo, a Tabela 1 - Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, nos aponta que enquanto os homens se dedicam, em média, 11,7 horas semanais, as mulheres se dedicam 21,3 horas. Se inserirmos o recorte de raça no debate, o número de horas de dedicação de homens pretos ou pardos permanece o mesmo de homens brancos - 11,7 horas - porém o de mulheres brancas passa a ser 20,4 horas, enquanto o de mulheres pretas ou pardas é de 22 horas - quase um dia completo. Esse aspecto da raça demonstra a consubstancialidade presente nas relações sociais.

A consubstancialidade das relações sociais também nos permite compreender outros aspectos da divisão sexual do trabalho. Mulheres que estão em cargos de trabalho de alto rendimento, que necessitam dedicar muitas horas de seu dia a sua carreira, se apoiam no trabalho de empregadas domésticas e/ou cuidadoras para cumprir com o que lhe é cobrado em seu trabalho. A dedicação exclusiva à carreira demanda, geralmente, que outra mulher seja contratada para cumprir com os afazeres ligados ao trabalho doméstico (Bruschini, Lombardi, 2000).

Mulheres que compõem postos de trabalho que não possuem rendimento suficiente para a contratação de outras mulheres para a administração da casa e o cuidado de crianças e idosos, se veem diante do nomadismo de tempo. Com o processo de flexibilização trabalhista, passaram

a existir o que Kergoat (2009) caracteriza como nomadismos sexuais, ou seja, diferentes nomadismos a depender do sexo. O conceito de nomadismo pressupõe constante mudança. No grupo dos homens, o que se vê é um nomadismo de espaço, o trabalho dos homens adquiriu um aspecto de intenso deslocamento, seja dos que assumem funções em canteiros de obras públicas, até os que são altos executivos e viajam com frequência. Já no caso do grupo das mulheres, o nomadismo se dá no tempo. O que vemos é um aumento do trabalho em tempo parcial, que geralmente está relacionado com a concentração de horas de trabalho dispersas na jornada ou na semana (Kergoat, 2009).

Tabela 3 - Número médio de horas combinadas no trabalho remunerado e nos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos (carga total de trabalho) das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo e segundo cor ou raça - Brasil - 2022

Grupos sociais	Carga total de trabalho (horas)
Total	53,1
Homens	52,1
Mulheres	54,4
Homens brancos	52,6
Homens pretos ou pardos	51,7
Mulheres brancas	54,6
Mulheres pretas ou pardas	54,3

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022 (acumulado de quintas visitas).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do ano de 2022, o tempo médio em horas, que indivíduos com 14 anos ou mais se dedicam ao trabalho remunerado e ao trabalho de cuidado e/ou doméstico é de 53,1 horas semanais. Enquanto as mulheres destinam 54,4 horas de sua semana para o trabalho, os homens destinam 52,1. Quando inserimos o recorte de raça, os homens brancos gastam 52,6 horas enquanto homens pretos ou pardos 51,7 horas. No caso das mulheres, ocorre o mesmo padrão, as mulheres brancas destinam 54,6 horas enquanto as mulheres pretas ou pardas destinam 54,3 horas. Essa diferença ocorre,

pois, historicamente as pessoas negras são as mais excluídas do mercado de trabalho formal, dessa forma, o tempo dedicado ao trabalho remunerado, de maneira informal, não é computado.

Barbara Castro (2016) se dedica a compreender de maneira mais clara a relação entre o grupo das mulheres e a disponibilidade de tempo para o trabalho. Em sua análise sobre os trabalhadores de Tecnologia de Informação, também conhecidos como TI - setor em grande desenvolvimento no Brasil - a autora aponta que, devido à ascensão do capitalismo flexível, o que se viu foi o desenvolvimento de uma ideologia empreendedora, que se pauta na retórica empresarial. Passaram a ser cobrados dos trabalhadores uma capacidade de se reinventar diante das rápidas transformações tecnológicas, de se diversificar, inovar e ser atrativo ao mercado de trabalho. A auto responsabilização presente na ideologia empreendedora, ajuda na construção de trabalhadores perpétuos. A autora traz esse conceito para discorrer sobre trabalhadores que não podem e/ou não conseguem parar de trabalhar.

O trabalhador perpétuo, que aguenta uma rotina intensa de trabalho, não para e não adoece, possui um gênero e idade específicos. Quando pensamos na divisão sexual do trabalho, por exemplo, vemos que está vinculado à figura da mulher tarefas voltadas ao cuidado da casa e de outros indivíduos, dessa forma, a maior parte das mulheres não possuem disponibilidade total ao mercado de trabalho (Castro, 2016). O nomadismo de tempo proporciona um aumento das mulheres no trabalho em tempo parcial, pois elas não conseguem estar disponíveis o tempo todo para o trabalho produtivo, estando assim fora do padrão de trabalhador ideal, de trabalhador perpétuo. Por estarem excluídas do padrão de trabalhador ideal, as mulheres integram postos de trabalho que possuem um menor valor social agregado.

Tabela 4 - Pessoas ocupadas, por sexo, segundo grupos de atividades econômicas - Brasil – 2022.

Grupos de atividades econômicas (1)	Distribuição percentual das pessoas ocupadas em cargos gerenciais (%)	
	Sexo	
	Homem	Mulher
Total	60,7	39,3
Seções da CNAE Domiciliar		
A - AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	84,2	15,8
B,C,D - INDÚSTRIAS EXTRATIVAS; INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO; ELETRICIDADE E GÁS	69,0	31,0
E - ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	80,5	19,5
F - CONSTRUÇÃO	73,6	26,4
G - COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	65,1	34,9
H - TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	79,0	21,0
J - INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	70,3	29,7
K - ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	51,7	48,3
L - ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	54,7	45,3
M - ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	46,1	53,9
N - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	64,5	35,5
O - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	64,8	35,2
P - EDUCAÇÃO	30,6	69,4
Q - SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	30,0	70,0
I,R,S - ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO; ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO; OUTRAS AT	62,6	37,4

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022 (acumulado de quintas visitas).

O princípio da separação, presente na divisão sexual do trabalho, caminha de mãos dadas com o da hierarquização. Enquanto a separação condiciona quais trabalhos pertencem ao grupo dos homens e das mulheres, o princípio da hierarquização apresenta como os homens possuem maior prestígio social em seus postos de trabalho. De acordo com a Tabela 4, desenvolvida a partir da PNAD Contínua de 2022, enquanto o grupo dos homens ocupam 60,7% dos cargos gerenciais, o das mulheres ocupam apenas 39,3%. Na Tabela 4, podemos analisar que, até mesmo em cargos gerenciais, está estabelecido um padrão acerca da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Assim como apresentado na Tabela 1, as mulheres são maioria apenas na educação, saúde humana e serviços sociais. Como já citado, é atribuído ao grupo das mulheres postos de trabalho que possuam relação com o cuidado, seja ele físico ou psicossocial.

Tabela 5 - Rendimento médio do trabalho principal das pessoas ocupadas, por sexo e cor ou raça, segundo grupos de atividades econômicas e grupamentos ocupacionais - Brasil - 2022

Grupos de atividades econômicas e grupamentos ocupacionais	Rendimento médio do trabalho principal das pessoas ocupadas (R\$)						
	Total	Sexo e cor ou raça (1)					
		Homem			Mulher		
		Total	Branca	Preta ou parda	Total	Branca	Preta ou parda
Total	2 582	2 838	3 680	2 170	2 235	2 766	1 735
Grupo de atividade econômica (2)							
Agropecuária	1 713	1 772	2 625	1 288	1 372	1 945	957
Indústria	2 562	2 839	3 472	2 263	2 006	2 420	1 541
Construção	2 111	2 088	2 653	1 802	2 623	2 912	2 314
Comércio e reparação	2 158	2 399	2 913	1 970	1 820	2 195	1 491
Adm. pública, educação, saúde e serv. sociais	3 760	4 807	5 929	3 730	3 152	3 706	2 544
Transporte, armazenagem e correio	2 599	2 612	3 065	2 270	2 497	2 749	2 261
Alojamento e alimentação	1 696	1 970	2 353	1 710	1 481	1 745	1 295
Informação, financeira e outras ativ. profissionais	3 816	4 209	5 304	2 832	3 275	3 794	2 466
Serviços domésticos	1 036	1 287	1 429	1 221	1 013	1 135	954
Outros serviços	2 011	2 436	3 064	1 980	1 677	2 005	1 378
Grupamentos ocupacionais (3)							
Diretores e gerentes	6 922	7 690	8 695	5 799	5 791	6 295	4 690
Profissionais das ciências e intelectuais	5 349	6 799	7 531	5 288	4 319	4 792	3 507
Técnicos e profissionais de nível médio	3 323	3 751	4 185	3 202	2 784	3 169	2 315
Trabalhadores de apoio administrativo	2 089	2 329	2 618	2 073	1 935	2 075	1 774
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	1 878	2 329	2 794	1 982	1 534	1 790	1 338
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	1 861	1 945	2 886	1 271	1 389	1 964	850
Trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e	1 981	2 100	2 417	1 899	1 358	1 528	1 206
Operadores de instalações e máquinas e montadores	2 129	2 208	2 404	2 066	1 614	1 711	1 523
Ocupações elementares	1 225	1 301	1 498	1 223	1 145	1 279	1 078
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	5 961	5 918	6 227	5 649	6 354	6 993	5 354

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022 (acumulado de quintas visitas).

Notas: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

(1) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça

(2) Não são apresentados resultados para atividades mal definidas.

(3) Não são apresentados resultados para ocupações mal definidas.

Quando lançamos nosso olhar sobre a diferença na remuneração entre os dois grupos sociais, vemos o princípio da hierarquização de forma materializada. A Tabela 5, desenvolvida através da PNAD Contínua do ano de 2022 demonstra que o rendimento médio do grupo das mulheres é inferior ao do grupo dos homens em todos os grupos de atividades econômicas analisados. Gostaríamos de chamar atenção para dois grupos de atividade: administração pública, educação, saúde e serviços sociais; e serviços domésticos. Como analisamos na Tabela 1, esses dois grupos de atividade são os únicos nos quais as mulheres estão inseridas em maior quantidade. Por serem grupos que demandam do trabalhador contratado aspectos de cuidado, os mesmos, de acordo com o princípio da separação, são atribuídos a figura feminina. Porém, apesar de serem maioria como mão de obra nas áreas citadas, as mulheres possuem um rendimento médio inferior aos homens que compõe a mesma categoria.

Enquanto o rendimento médio de homens que trabalham no serviço doméstico é de R\$1287,00 o das mulheres é de R\$1013,00. Se inserirmos no debate o recorte de raça o valor cai para R\$954,00, pois esse é o rendimento médio de mulheres pretas ou pardas que atuam neste setor. Nos três casos citados o salário está abaixo do salário-mínimo do nosso país. No Brasil o não reconhecimento do valor monetário do trabalho doméstico é um problema constante. Já no grupo da administração pública, educação, saúde e serviços sociais, o problema

não está na desvalorização salarial do setor, mas sim na diferença de salários entre os grupos sociais. Apesar de serem minoria na área, os homens ganham em média R\$4807,00 enquanto as mulheres recebem R\$3152,00. A diferença salarial é gritante.

Tabela 6 - Rendimento médio do trabalho principal das pessoas ocupadas em cargos gerenciais, por sexo segundo grupos de atividades econômicas - Brasil - 2022

Grupos de atividades econômicas	Rendimento médio do trabalho principal das pessoas ocupadas em		
	Total	Sexo	
		Homem	Mulher
Total	7 679	8 378	6 600
Seções da CNAE Domiciliar			
A - AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	4 656	4 456	5 733
B,C,D - INDÚSTRIAS EXTRATIVAS; INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO; ELETRICIDADE E GÁS	7 578	8 103	6 411
E - ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	6 462	6 345	6 944
F - CONSTRUÇÃO	9 121	10 026	6 593
G - COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	5 982	6 007	5 936
H - TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	9 352	10 419	5 333
J - INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	11 176	11 204	11 111
K - ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	9 398	11 182	7 486
L - ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	8 470	10 202	6 377
M - ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	7 548	8 718	6 547
N - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	9 634	9 385	10 086
O - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	6 654	7 030	5 963
P - EDUCAÇÃO	6 106	7 145	5 647
Q - SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	6 231	8 564	5 213
I,R,S - ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO; ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO; OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	5 468	5 534	5 358

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022 (acumulado de quintas visitas).

Nota: Rendimentos deflacionados para reais médios de 2022.

O princípio da hierarquização presente na divisão sexual do trabalho também se reproduz em cargos de gerência no mercado de trabalho. De acordo com a Tabela 6, desenvolvida a partir da PNAD Contínua de 2022, o grupo das mulheres possui rendimento médio acima do grupo dos homens apenas no setor de Atividades administrativas e serviços complementares, em todos os outros setores o rendimento médio das mulheres é inferior. Gostaríamos de chamar atenção para dois setores citados na pesquisa: educação e saúde humana e serviços sociais. De acordo com a Tabela 4, o grupo das mulheres são maioria em cargos de gerência nessas duas áreas. Na educação as mulheres ocupam 69,4% dos cargos de gerência, já na saúde humana e serviços gerais, elas ocupam 70%. Este é, inclusive, o setor no qual as

mulheres possuem maior porcentagem. Porém, apesar de estarem em maior número, em ambas as áreas o rendimento médio das trabalhadoras é inferior ao grupo dos homens. De acordo com a Tabela 6, enquanto os homens que atuam em cargos de gerência na educação recebem em média R\$7145,00 as mulheres recebem R\$5647,00. Homens que atuam como gerentes na saúde humana e serviços sociais ganham, em média, R\$8564,00 enquanto as mulheres da mesma área têm como salário médio R\$5213,00. São mais de R\$3.000 de diferença em um setor onde 70% dos cargos são ocupados por mulheres.

A participação da mulher no mercado de trabalho aumenta, mas as segmentações, horizontais e verticais, entre empregos masculinos e femininos, perduram. As desigualdades de salário persistem, e as mulheres continuam a assumir o trabalho doméstico. A meu ver, no entanto, isso não representa nenhuma aporia ou contradição interna às relações sociais de sexo, mas aponta para o fato de que o capitalismo tem necessidade de uma mão de obra flexível, que empenhe cada vez mais sua subjetividade: o trabalho doméstico assumido pelas mulheres libera os homens e, para as mulheres de alta renda, há a possibilidade de externalização do trabalho doméstico para outras mulheres. (Kergoat, 2010, p.94)

A permanência das desigualdades salariais e das segmentações entre empregos destinados ao grupo dos homens e das mulheres demonstra como a divisão sexual do trabalho continua latente no capitalismo flexível. Quando lançamos nosso olhar para o empreendedorismo, levantamos o questionamento: a divisão sexual do trabalho se apresenta de que forma na atividade empreendedora de homens e mulheres? Como se apresentam os princípios de separação e hierarquização na seara do empreendedorismo? Iremos partir destes questionamentos para compreender as nuances presentes no ser empreendedor e o discurso perpetuado pela rede de fomento ao empreendedorismo, em específico o empreendedorismo feminino.

Empreendedorismo feminino e o princípio da separação

Neste tópico buscamos compreender de que forma o princípio da separação se apresenta no empreendedorismo. É necessário, a priori, apresentarmos como está o cenário empreendedor no nosso país, para isso utilizamos a pesquisa GEM (Global Entrepreneurship Monitor) realizada no ano de 2022. O projeto GEM avalia anualmente o nível nacional da atividade empreendedora. Ele teve início no ano de 1999, onde participaram 10 países (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido, Estados Unidos, Dinamarca, Finlândia e Israel). O

projeto se desenvolveu por meio de uma parceria entre a London Business School, da Inglaterra, e o Babson College, dos Estados Unidos. O Brasil participa desta pesquisa desde o ano de 2002. Atualmente o GEM é o maior estudo contínuo sobre a dinâmica empreendedora.

Ao determinar as taxas de empreendedores no Brasil, a GEM utiliza três categorias: empreendedores nascentes (que possuem um empreendimento a no máximo 3 meses); empreendedores novos (que possuem um empreendimento a no mínimo 3 meses e no máximo 3 anos e meio); e empreendedores estabelecidos (EBO) – que possuem um negócio a mais de 3 anos e meio. Para determinar alguns indicadores na pesquisa, temos também a soma dos empreendedores nascentes com os novos, que resultam na Taxa de Empreendedores Iniciais (TEA). (GEM, 2022)


De acordo com a GEM, no ano de 2022 a taxa de empreendedores iniciais do sexo masculino foi de 23%, enquanto as do sexo feminino era de 17,2%. No caso dos empreendedores já estabelecidos a diferença se manteve, enquanto o número de empreendedores estabelecidos do sexo masculino era de 14,2% a porcentagem do sexo feminino caiu para 6,8%. Os dados apontam que em todos os estágios, o grupo dos homens apresentam um maior envolvimento com atividades empreendedoras. Na GEM (2022) é apontado dois possíveis fatores para essa porcentagem. O primeiro fator é que as mulheres se inseriram no empreendedorismo de forma tardia, e o segundo fator é que elas, tradicionalmente, possuem uma maior dificuldade em permanecer na atividade empreendedora. Nos chama atenção a utilização do conceito “tradicionalmente”, seria essa uma forma que a pesquisa GEM (2022) encontrou para reproduzir o discurso da ideologia naturalista?

O grupo das mulheres possui uma particularidade em relação ao empreendedorismo. Assim como no mercado de trabalho formal, no empreendedorismo também temos a questão do trabalho doméstico. Muitas mulheres se veem motivadas a empreender pois possuem dificuldades em serem contratadas pelo mercado de trabalho formal, outras buscam no empreendedorismo a flexibilidade de horário necessária para conciliar o trabalho produtivo com o cuidado do lar e/ou de outros indivíduos. É neste cenário que muitas configuram o espaço de seu lar em *home office*, possibilitando a conciliação dos trabalhos (Natividade, 2009). O que a pesquisa GEM cita como uma “dificuldade tradicional”, na análise sociológica podemos citar como uma relação de hierarquia presente nas relações de sexo. A forma pela qual se dão as relações sociais, interferem de forma direta no relacionamento do grupo das mulheres com o trabalho produtivo, inclusive no âmbito do empreendedorismo.

Para compreender de maneira clara de que forma o grupo das mulheres compõem a camada de empreendedores, partiremos da pesquisa “Empreendedorismo Feminino no Brasil em 2022” desenvolvida pelo Sebrae. Esta pesquisa foi desenvolvida a partir do processamento e análise de microdados do IBGE. Consta na pesquisa dados da PNAD Contínua trimestral – desde o terceiro trimestre de 2016 até o terceiro trimestre de 2022. O termo “donos de negócio” é utilizado durante toda a análise, nele estão inseridos empreendedores que são empregadores, ou seja, que estão à frente de um empreendimento, com CNPJ ou não, e que possuem empregados; e empreendedores por conta própria, que são os indivíduos que possuem um empreendimento, com CNPJ ou não e não possuem empregados.

De acordo com o estudo, no terceiro bimestre do ano de 2022, foi atingido um recorde de mulheres que são donas do seu próprio negócio. Apresentavam-se como empreendedoras no nosso país 10.344.858 mulheres. Apesar de ser um número significativo, quando colocamos em oposição ao grupo dos homens, vemos que eles são maioria no empreendedorismo. Em 2022 o número de homens que eram donos do seu próprio negócio era 19.690.601, ou seja, são cerca de 9 milhões de indivíduos a mais. (Sebrae, 2022)

Tabela 7 – Atividades em que predominam donas de negócio mulheres

<u>Atividades onde predominam(*) DN mulheres</u>	
<ul style="list-style-type: none"> • Cabeleireiros e tratamento de beleza • Com. vestuário (complementos) • Serv. catering, bufê e serviços de comida preparada • Com. produtos farmacêuticos, cosméticos e perfumaria • Confecção, sob medida • Profissionais de saúde, exceto médicos e odontólogos • Confecção (vestuário) • Outras atividades de serviços pessoais • Outras atividades de ensino • Fabr. artefatos têxteis • Laticínios • Pré-escola e ensino fundamental • Serviços domésticos • Atividades de atenção à saúde humana • Comércio de tecidos, artefatos de tecidos e armário • Preparação de fibras, fiação e tecelagem • Atividades de assistência à saúde humana 	 <ul style="list-style-type: none"> • Fabr. de produtos cerâmicos • Fabr. de calçados e partes para calçados • Fabr. embalagens e de produtos de papel/papelão/cartolina • Lojas de departamento e outros comércios não especializados • Fabr. de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes • Creche • Seguros e previdência privada (corretoras/assistência) • Serviços auxiliares à educação

Fonte: SEBRAE (2023), “Empreendedorismo Feminino no Brasil em 2022” (com dados até III trim/22)

Tabela 8 – Atividades em que predominam donos de negócio homens

Atividades onde predominam(*) DN homens

SEBRAE

- | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> • Construção de edifícios • Transporte de passageiros • Serviços espec. p/construção • Reparação veículos automotores • Transporte de carga • Atividades de entrega • Reparação de objetos domésticos • Fabr. produtos de metal • Fabr. de móveis • Serviços de Tecn. da Informação (TI) • Comércio de veículos • Reparação de motocicletas • Serviços de limpeza • Reparação equiptos informática • Reparação de máq. e equipamentos • Atividades de vigilância • Forjaria e tratamento de metais | <ul style="list-style-type: none"> • Construção obras de infra-estrutura • Armazenamento, carga e descarga • Instalação de máq. e equiptos • Fabr. produtos minerais não-metálicos • Fabr. máquinas e equipamentos • Fabr. de cabines, carrocerias, reboques e peças para veículos • Transporte Aquaviário • Fabr. máquinas, aparelhos e materiais elétricos diversos • Fabr. e refino do açúcar • Construção de embarcações • Fabr. produtos siderúrgicos • Fabr. de produtos de borracha • Captação, tratamento e distribuição de água • Atividades de organizações patronais, empresariais e profissionais • Transporte Aéreo • Metalurgia dos metais não-ferrosos |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

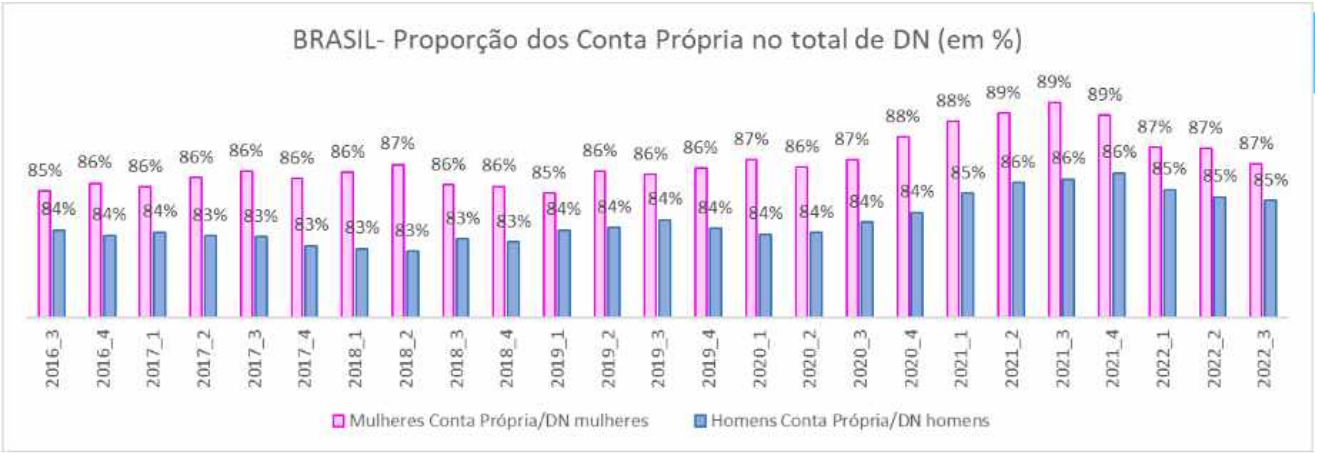
Fonte: SEBRAE (2023), “Empreendedorismo Feminino no Brasil em 2022” (com dados até III trim/22)

Com o auxílio das Tabelas 7 e 8 podemos identificar como se apresenta o cenário do empreendedorismo no Brasil. As mulheres são maioria em empreendimentos voltados a vestuários, seja confecção ou somente venda, área da saúde, com exceção de medicina e odontologia, serviços domésticos e áreas da educação. Já o grupo dos homens são maioria em empreendimentos variados, desde construção civil até atividades de vigilância. Nas Tabelas 7 e 8 os tipos de negócio apresentados são mais variados em relação as áreas apresentadas na Tabela 1 sobre o mercado de trabalho formal, apesar disso, é possível analisar uma similaridade entre as tabelas. Na Tabela 1 as mulheres são maioria em setores da educação, saúde, serviços sociais e serviços domésticos. Essa similaridade ocorre, pois, em ambos os casos – empreendedorismo e mercado de trabalho – as práticas sociais seguem sendo papéis sexuais, e a divisão sexual do trabalho se mostra presente.

Como já citado, um dos princípios da divisão sexual do trabalho é a separação. O princípio da separação é o que determina quais postos de trabalho são destinados a figura do homem e da mulher (Kergoat, 2002). Como observamos, no mercado de trabalho formal o grupo das mulheres é maioria em atividades econômicas que demandam do profissional contratado a qualificação do cuidado, seja ele o cuidado do lar ou de outros indivíduos. Isso se dá pois são consideradas qualidades naturais das mulheres conhecimentos adquiridos na esfera privada da sociedade. No empreendedorismo esse padrão se repete. Temos na Tabela 7 diversos

empreendimentos voltados para o cuidado, como: profissionais da saúde, serviços domésticos, creche e atividades de atenção e assistência à saúde humana.

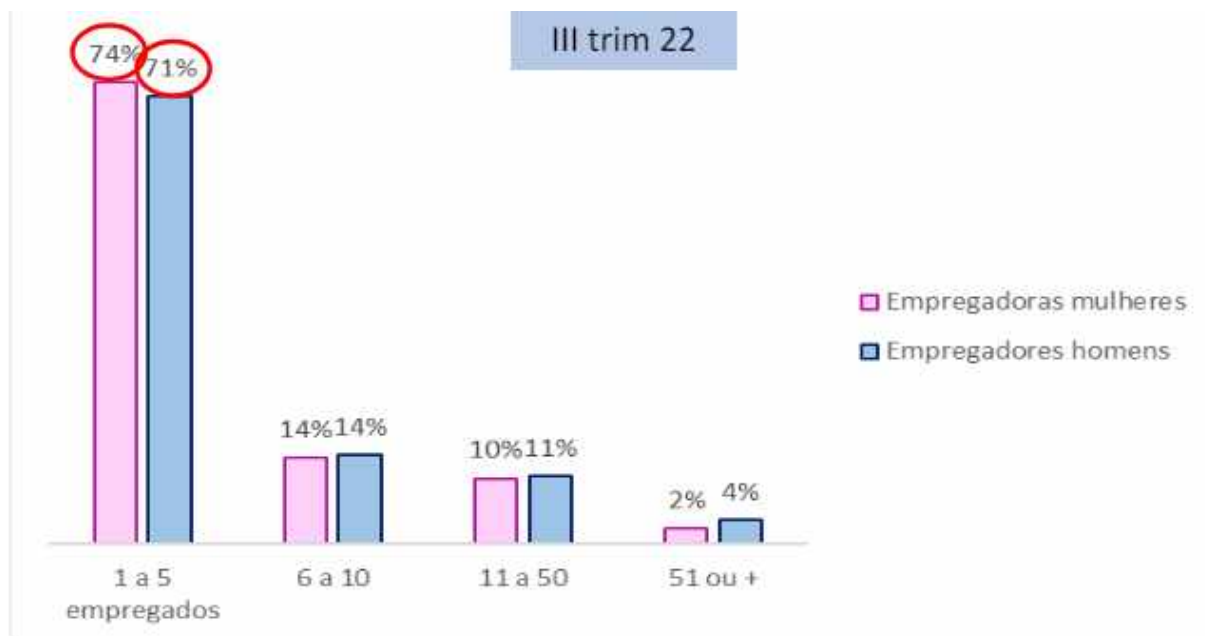
Gráfico 1 – Proporção de empreendedores por conta própria.



Fonte: SEBRAE (2023), “Empreendedorismo Feminino no Brasil em 2022” (com dados até III trim/22)

Outro dado que nos chamou atenção é a diferença de proporção entre os empreendedores do grupo dos homens e das mulheres que trabalham por conta própria, ou seja, que não possuem empregados. Desde o terceiro trimestre de 2016 até o terceiro trimestre de 2022, as mulheres empregam menos do que os homens. Em seus negócios, 87% das mulheres assumem as responsabilidades de seu empreendimento sozinhas, enquanto apenas 13% são empregadoras.

Gráfico 2 – Empregadores por faixa de empregados



Fonte: SEBRAE (2023), “Empreendedorismo Feminino no Brasil em 2022” (com dados até III trim/22)

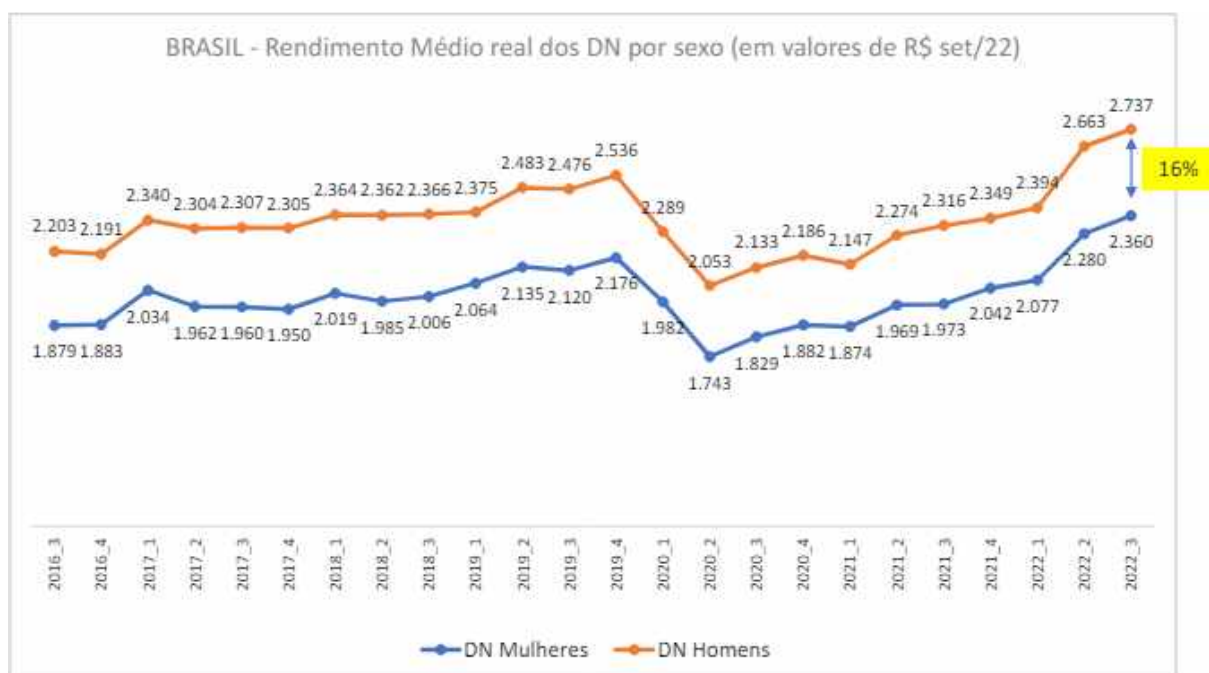
Quando lançamos nosso olhar para os empreendedores que empregam, é possível analisar, de acordo com o Gráfico 2, que as mulheres são donas de negócio menores, pois quando elas possuem empregados, eles são em menor número em relação aos homens. Mulheres empregadoras que tem de 1 a 5 empregados são maioria em relação aos homens, quando o número sobe para de 6 a 10 empregados a taxa de proporção se iguala, porém quando temos empreendimentos com mais de 11 empregados, o grupo dos homens é maioria. Dessa forma, podemos constatar que, em relação as mulheres, os homens possuem empreendimentos maiores, que demandam um quadro maior de contratação.

Apesar de 85% dos homens serem empreendedores por conta própria, os 15% que contratam possuem negócios maiores em relação às mulheres. Constatar que homens possuem empreendimento maiores nos remete ao princípio da hierarquização da divisão sexual do trabalho. No próximo tópico iremos debater as nuances deste princípio e de que forma o empreendedorismo reproduz a hierarquização dos postos de trabalho com base nas relações sociais de sexo.

Empreendedorismo feminino e o princípio da hierarquização

A hierarquização é um dos princípios da divisão sexual do trabalho. Ela está sempre de mãos dadas com o princípio da separação e juntos eles demonstram de que forma se dão as relações sociais, em específico as relações de sexo, no âmbito do trabalho. Como já citado, enquanto a separação é o que influencia quais trabalhos pertencem aos homens e as mulheres, a hierarquização é uma forma de materializar como os homens possuem maior prestígio social em seus postos de trabalho. Constatamos que no mercado de trabalho formal, a hierarquização se configura em diferenças de rendimento. As mulheres possuem salários inferiores aos homens até mesmo em postos de trabalho que elas são maioria, mas de que forma esse princípio se apresenta no empreendedorismo? Essa é a questão chave deste tópico, através da análise do rendimento das empreendedoras, do tamanho do negócio e das horas dedicadas ao trabalho, buscamos apontar de que maneira a hierarquização se apresenta no empreendedorismo.

Gráfico 3 – Rendimento médio real dos donos de negócio do Brasil por sexo (valores em R\$).

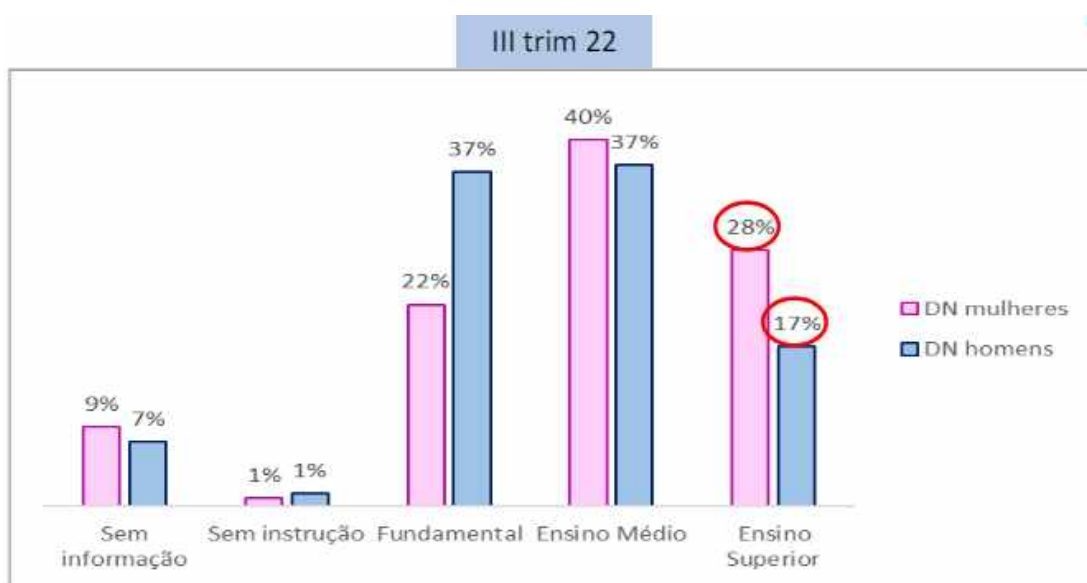


Fonte: SEBRAE (2023), “Empreendedorismo Feminino no Brasil em 2022” (com dados até III trim/22)

O primeiro ponto que discutiremos é de que maneira o princípio da hierarquização se apresenta na diferença de rendimento entre os sexos. De acordo com o Gráfico 3 podemos analisar que, do ano de 2016 até 2022 as mulheres que empreendem possuem um rendimento

menor em relação ao grupo dos homens. Em nenhum período este cenário se modificou. No terceiro trimestre de 2022, os homens empreendedores possuíam um rendimento 16% maior em relação as mulheres do mesmo setor. Essa diferença de rendimentos é um dos fatores que determinam o tamanho do empreendimento. No Gráfico 2 conseguimos analisar que, quando se trata de empregadores, o grupo dos homens necessita de uma quantidade maior de funcionários, isso demonstra que as mulheres, em sua maioria, são donas de negócios pequenos, e possuem uma remuneração menor.

Gráfico 4 – Nível de escolaridade dos donos de negócio no Brasil.

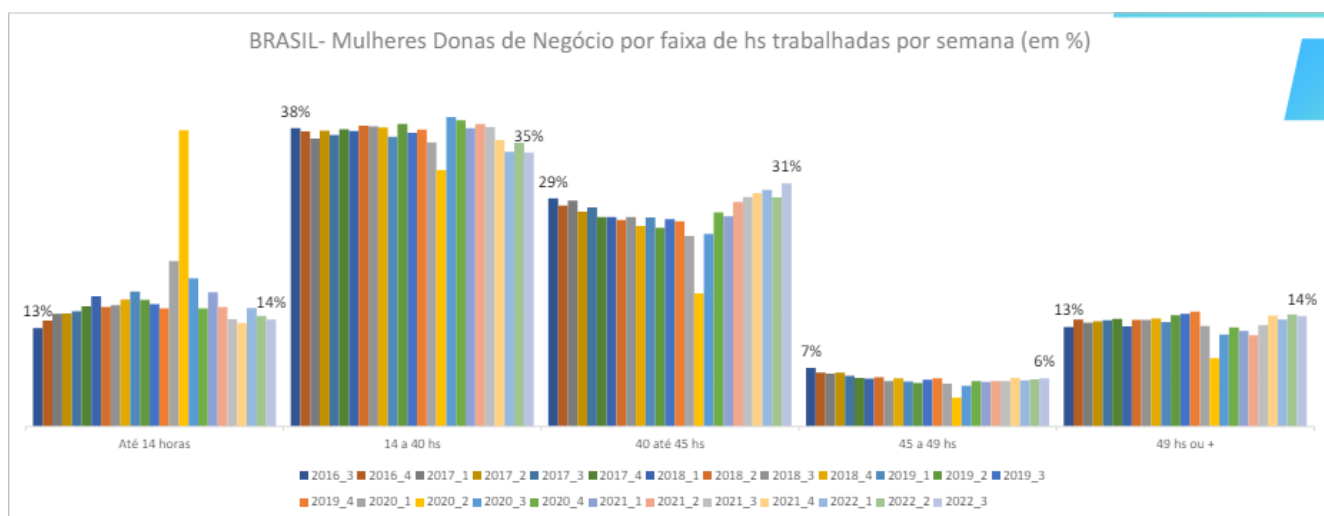


Fonte: SEBRAE (2023), “Empreendedorismo Feminino no Brasil em 2022” (com dados até III trim/22)

De acordo com o Gráfico 4, desenvolvido pelo Sebrae, no terceiro trimestre de 2022, as mulheres que são donas do seu próprio negócio, possuíam um nível de escolaridade maior em relação ao grupo dos homens. A porcentagem de mulheres empreendedoras que possuem ensino superior completo no ano de 2022 é de 28%, enquanto a de homens é de 17%. Os homens são maioria apenas na categoria “ensino fundamental”, ou seja, 37% dos empreendedores do sexo masculino não finalizaram o ensino médio, concluindo apenas o ensino fundamental. Este dado nos chama atenção, por que as mulheres possuem um rendimento menor se elas são mais qualificadas? Outros fatores, que não o nível de escolaridade, devem ser acionados para explicar essa realidade, sendo necessário discutirmos a construção social das relações sociais entre os sexos, na tentativa de melhor compreender essa realidade, o que será feito no capítulo 2.

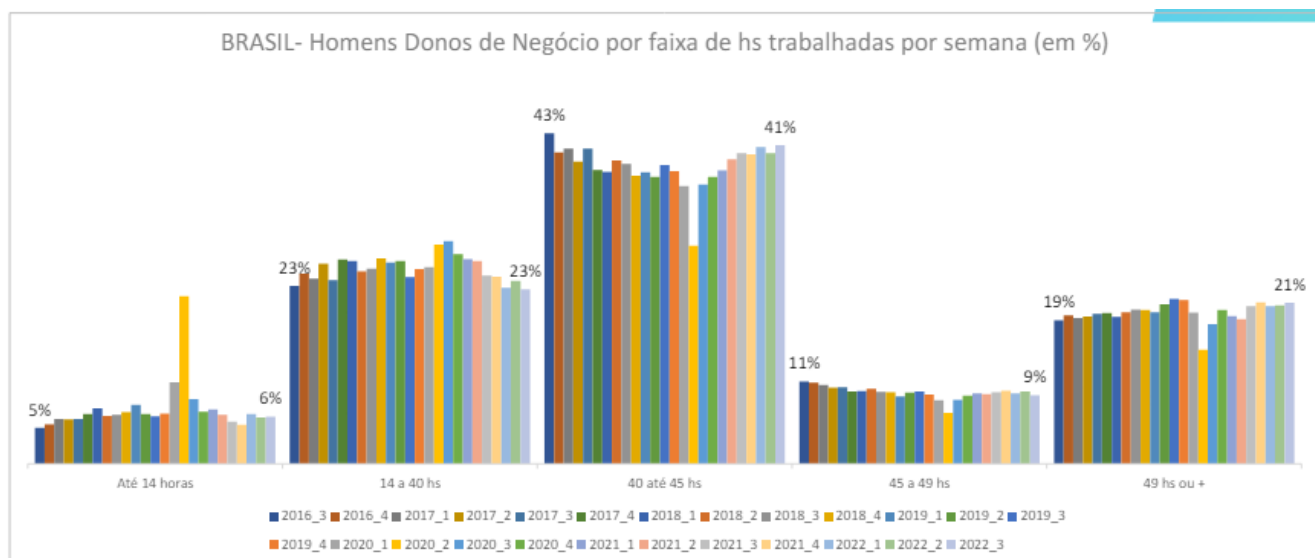
A diferença de rendimentos é resultado da segmentação horizontal e vertical que permanece entre empregos denominados masculinos e femininos. O dualismo presente no mercado de trabalho também se mostra presente na diferenciação do empreendedorismo feminino e masculino. Essa segmentação horizontal e vertical tem relação direta com a construção individual e coletiva do que é ser um trabalhador qualificado. Como já citado, a qualificação ocorre de forma muito distinta entre homens e mulheres. O valor que é atribuído a um trabalho é, em partes, o que fundamenta a qualificação, sendo assim, as qualificações exercidas por mulheres dificilmente são reconhecidas. A sociedade atribui ao sexo feminino qualidades ditas naturais - que perpassam pelo dom para o cuidado - essas qualidades são supostamente adquiridas na esfera privada, e são desvalorizadas socialmente. Dessa forma, o valor atribuído ao trabalho de uma mulher permanece inferior ao trabalho de um homem. (Kergoat, 2002)

Gráfico 5 – Quantidade de horas que Mulheres Donas de Negócio trabalham na semana.



SEBRAE (2023), “Empreendedorismo Feminino no Brasil em 2022” (com dados até III trim/22)

Gráfico 6 – Quantidade de horas que Homens Donos de Negócio trabalham na semana.



SEBRAE (2023), “Empreendedorismo Feminino no Brasil em 2022” (com dados até III trim/22)

Outro dado importante apresentado pelo Sebrae (2023) é sobre a quantidade de horas semanais que homens e mulheres se dedicam ao seu trabalho. De acordo com o Gráfico 5 e 6, os homens passam mais tempo trabalhando. No ano de 2022, 41% dos homens trabalhavam de 40 até 45 horas semanais, enquanto 31% das mulheres possuíam a mesma carga horária. Nesse mesmo ano, enquanto a porcentagem dos homens que trabalhavam 49 horas ou mais saltou para 21%, a das mulheres foi de 14%. Porém, analisando esses dados é possível questionar: nessa pesquisa o Sebrae se perguntou por que as mulheres trabalham menos em suas empresas? Foi considerado o tempo dedicado ao trabalho doméstico, ao cuidado com a casa, com os filhos e com os familiares?

O trabalho doméstico não deixa de existir, ele precisa ser realizado, e seguindo os princípios da divisão sexual do trabalho, segue ligado à figura feminina a realização do trabalho doméstico e de cuidado. Dessa forma, nos chama muita atenção, embora não nos surpreenda, o Sebrae não considerar o tempo dedicado ao trabalho realizado na esfera privada. Tudo indica que as causas estruturais não são levadas em conta. Levantamos como hipótese, a ser verificada na pesquisa de campo, que as mulheres empreendedoras dedicam uma quantidade menor de tempo ao seu negócio, pois cabe as mesmas a realização do trabalho doméstico, seja ele o cuidado com o lar, com filhos, família e outros indivíduos. Dessa forma, como já citado, se as mulheres não conseguem exercer o papel de trabalhador ideal do capitalismo flexível, não caberia a elas serem trabalhadoras perpétuas que possuem dedicação total ao seu empreendimento.

Entende-se, portanto, que, para uma melhor compreensão da atividade empreendedora exercida pelas mulheres, é necessário ampliar o foco analítico, para além do mercado de trabalho. Torna-se necessário, portanto, uma discussão sobre a construção social das relações entre os sexos, levando-se em conta teorias como a reprodução social (Thiti Bathacharya e Lisa Vogel) e a apropriação das mulheres pelos homens (Colette Guillaumin). Parte-se do pressuposto de que, para entender o trabalho contido no empreendedorismo feminino deve-se partir de um conceito ampliado de trabalho, que inclui o trabalho doméstico gratuito, não-remunerado, bem como a remuneração pelo trabalho obtida no mercado de trabalho. Estes serão os tópicos centrais do próximo capítulo, no sentido de nos aproximarmos do entendimento tanto das narrativas associadas ao empreendedorismo feminino, quanto da sua realidade material.

Capítulo 2 - Relações sociais de sexo e empreendedorismo feminino

No capítulo anterior nos aprofundamos no debate sobre o empreendedorismo, e como ele carrega consigo aspectos da divisão sexual do trabalho. Buscando uma compreensão mais complexa sobre a temática, neste capítulo o foco será em discorrer sobre a construção histórica da relação social entre os sexos. Para compreender de maneira mais clara o empreendedorismo, em específico o exercido por mulheres, iremos partir do conceito ampliado de trabalho, considerando não apenas o trabalho assalariado, mas também o trabalho doméstico gratuito. A partir de teorias como a reprodução social apresentada, principalmente, por Vogel (2022) e Bhattacharya (2019) e da apropriação das mulheres pelos homens, apresentada por Colette Guillaumin (2014), buscamos discorrer sobre como se dá a construção social das relações estabelecidas entre o grupo dos homens e das mulheres. Apesar de nenhuma autora tratar sobre o empreendedorismo, utilizaremos suas teorias para fazer um paralelo com a atividade empreendedora feminina, de forma a destacar como as relações sociais entre os sexos impactam também no mercado empreendedor.

Neste capítulo, iremos utilizar dois aportes teóricos. Um advém de formulações elaboradas por autoras vinculadas ao feminismo materialista francófono e o outro por autoras vinculadas ao feminismo marxista. Nosso objetivo ao utilizar as duas abordagens é desenvolver uma análise sobre a construção histórica das relações sociais entre os homens e as mulheres. Além disso, buscamos elaborar uma abordagem decolonial acerca dessa construção, dessa forma, visando suprir as lacunas que as teorias possuem sobre o debate de raça, iremos utilizar a autora Lélia Gonzalez (2020).

O feminismo materialista francófono ascendeu na segunda onda do movimento feminista, neste período, muitas autoras feministas estavam recorrendo ao marxismo para desenvolver suas teorias (Abreu, 2018). Durante suas análises, as autoras viram a necessidade de questionar como a esquerda estava teorizando as opressões sofridas pelas mulheres, e, na busca por elaborar novas perspectivas teóricas que conseguissem analisar de que forma se dão as relações entre os sexos, e como se estabelecem as opressões sobre as mulheres, deu-se início ao feminismo materialista (Abreu, 2018).

A principal característica dessa abordagem teórica é a negação de análises naturalistas. No feminismo materialista, parte-se do pressuposto de que não é a biologia que constitui a base de opressão das mulheres, não existe uma “natureza feminina” ou uma diferença “natural” entre

os sexos, as categorias homens e mulheres são uma construção histórica, são fruto das relações sociais (Abreu, 2018). As relações sociais não são somente relações capitalistas, pois as mulheres sofrem uma opressão específica, que não deve ser resumida à exploração presente nas relações de classe (Abreu, 2018). Dessa forma, o feminismo materialista parte do pressuposto de que existe um antagonismo entre o grupo das mulheres e dos homens.

Já “o feminismo marxista recupera a afirmação de Marx e Engels de que a primeira forma de opressão de classe foi a dos homens contra as mulheres” (Moraes, 2020). Para as feministas marxistas, a emancipação do grupo das mulheres está relacionada de maneira intrínseca à luta contra o capitalismo. Autoras como Vogel (2022) partem do princípio de que as opressões sofridas pelas mulheres estão subordinadas ao sistema capitalista, ou seja, para as feministas marxistas, a desigualdade de gênero só é compreendida quando levamos em consideração as relações de classe e a exploração econômica. Diferente do feminismo materialista, no feminismo marxista as autoras não partem do princípio de que existe um antagonismo entre os homens e as mulheres.

Guillaumin (2014), uma das referências no feminismo materialista, aponta que, quando nasce um bebê macho, ele é considerado, pela sociedade na qual estamos inseridos, um futuro sujeito, possuidor de sua própria individualidade que irá, quando se tornar um adulto, vender sua força de trabalho. Quando nasce uma bebê fêmea, a visão social sobre ela não se assemelha à do macho. A fêmea não é vista como possuidora de si, sua força de trabalho e sua individualidade não a pertence. “O que é dito, e dito unicamente a propósito dos seres humanos fêmeas, traduz a sua condição efetiva nas relações de classe: aquela de ser, em primeiro lugar e fundamentalmente, mulheres” (Guillaumin, 2014). Neste trecho a autora nos mostra que, ser mulher passa a ser considerado uma definição social, as mulheres seriam seu próprio sexo, diferente dos homens, que são possuidores de um sexo (Mano, 2018).

A partir da categoria da totalidade, recuperado da teoria marxiana, o feminismo materialista procura entender aspectos estruturais e sistêmicos das relações sociais entre os sexos. De acordo com Marx (1984) a base material que sustenta o sistema capitalista refere-se às relações econômicas de exploração, enquanto a faceta ideológica, que legitima o sistema, refere-se a um conjunto de ideias, crenças e valores impostos pela classe dominante. Para Guillaumin (2014), no caso da opressão das mulheres, o eixo central do processo de dominação e exploração, é constituído pelo fenômeno da apropriação das mulheres pelos homens, constituído, também, de uma face material e uma face ideológica. Na apropriação, a base

material está ligada às relações concretas e assimétricas, de poder, que se estabelecem entre o grupo das mulheres e dos homens. Já o aspecto ideológico está vinculado a ideia de natureza, ou seja, a visão de que as mulheres possuem características “naturais” que justificam a apropriação de sua unidade material (Guillaumin, 2014).

Dessa forma, quando analisamos a construção das relações sociais entre homens e mulheres, devemos compreender a totalidade da realidade social. Ao falar em totalidade, partimos do pressuposto de que a realidade social e econômica deve ser compreendida como um sistema interconectado, ou seja, um sistema onde todos os elementos que o compõem estão relacionados e se influenciam mutuamente (Marx, 1984). Unindo o conceito de totalidade com o de dialética, entendemos a sociedade como um conjunto de contradições e tensões, que se desenvolvem e se modificam, as partes que constituem as relações sociais estão interligadas e constituem um sistema integrado e dinâmico (Marx, 1984). Em suma, ao tratar sobre a construção das relações sociais entre os sexos, a partir de um feminismo materialista, buscamos entender a totalidade, ou seja, os aspectos materiais e ideológicos que compõem o fenômeno.

As relações sociais entre os sexos serão tratadas neste estudo como relações de sexagem (Guillaumin, 2014). Nas relações de sexagem, a apropriação do grupo das mulheres pelo grupo dos homens se expressa das seguintes formas: pela apropriação do tempo; apropriação do trabalho; apropriação dos produtos do corpo; pela obrigação sexual; e pelo encargo físico dos membros inválidos do grupo (seja por idade, deficiências ou doenças) (Guillaumin, 2014). Para compor nossa análise, iremos focar na apropriação do tempo e do trabalho das mulheres pelos homens.

O tempo das mulheres é apropriado de maneira mais explícita no contrato de casamento (Guillaumin, 2014). Em um contrato de trabalho comum, por exemplo, o que vemos é um trabalhador colocando uma parcela do seu tempo, contabilizado em horas, à disposição do empregador em troca de uma remuneração. Porém, no contrato de casamento não há nenhuma medição do tempo, não há limitação do trabalho, não há remuneração prevista (Guillaumin, 2014). Tarefas como faxina, cuidado com crianças, cuidado de idosos e/ou enfermos, preparação de comida, lavagem de roupa, organização da casa são, em sua maioria, atribuídas como responsabilidades das mulheres residentes na casa, sejam elas esposas, mães ou filhas (Guillaumin, 2014). A autora nos mostra que, a apropriação geral de um grupo por outro, faz com que as mulheres tenham seu tempo e seu trabalho, à disposição dos homens. “Sempre e em toda parte, tanto nas circunstâncias mais “familiares” como nas mais “públicas”, espera-se

que as mulheres façam a limpeza e a arrumação, vigiem e alimentem as crianças, [...] costurem o botão ou escutem as vertigens metafísicas e profissionais dos homens etc.” (Guillaumin, 2014).

Essa presença constante, resultado da apropriação, faz com que o tempo das mulheres seja absorvido, de forma importante, pelo trabalho doméstico não remunerado. O mesmo não ocorre com o grupo dos homens, os quais possuem um tempo maior, não só para atividades relacionadas ao lazer, mas também, à política e ao trabalho remunerado. Dessa forma, considerando-se o processo de apropriação, é de se esperar que as mulheres empreendedoras tenham menos tempo para se dedicar aos seus negócios do que os homens. Há que se considerar, também, que o processo de apropriação traz algumas sequelas ao processo de formação da individualidade das mulheres, em virtude da responsabilidade física constante a qual estas são submetidas, tornando-se um fator dificultador para que estas façam escolhas próprias (Guillaumin, 2014). Esta é uma outra questão a ser investigada nessa pesquisa.

O impacto mental ocasionado pela coisificação do grupo das mulheres tem relação direta com a face ideológica da apropriação. O discurso de natureza, que atribui às mulheres características concebidas socialmente como “naturais” as coloca em um lugar de objeto, um objeto que deve sempre servir à finalidade que está destinado, servir “aos outros” (cônjuge, filhos, familiares). Por outro lado, como empreendedoras, donas de um negócio, as mulheres precisam se dedicar ao seu negócio, o que pode ocasionar algum tipo de tensionamento com o processo de apropriação, pois, quanto mais se dedicam ao seu negócio, menos tempo possuem para se dedicar às atividades domésticas. É nesse sentido que, na pesquisa de campo, buscaremos comparar a rotina de trabalho de mulheres e homens empreendedores, no sentido de verificar como as atividades domésticas realizadas em casa, por homens e mulheres, interferem no tempo de dedicação à empresa.

Uma das manifestações do processo de objetificação das mulheres refere-se ao discurso sobre sua inteligência. De acordo com o discurso de natureza, as mulheres possuem uma inteligência específica, similar a uma inteligência de coisa. De acordo com a ideologia da natureza, incapazes de se desprender do mundo material, as mulheres possuem uma inteligência prática, pautada somente na realidade material (Guillaumin, 2014). Uma questão que se coloca é: até que ponto essa diferença ideológica entre uma inteligência masculina (racional, especulativa, lógica) e uma inteligência feminina (prática, operacional), interfere não só na

maneira diferencial como homens e mulheres empreendedoras são vistos, mas na maneira como estes se definem e se vêem?

Outra característica apontada pela autora como “naturalmente” feminina, pelo discurso da natureza, é a intuição. A ideologia reproduz a narrativa de que as mulheres sabem o que sabem, naturalmente, e sem razões específicas. Dessa forma, a consciência do grupo das mulheres é negada, tornando-as coisas, justificando assim sua dominação.

Esse fardo que pesa sobre nós, a imputação de que somos “naturais”, de que tudo – nossa vida, nossa morte, nossos atos – nos é ordenado por nossa mãe Natureza em pessoa (e, para rematar as coisas, ela também é uma mulher), ele se exprime em um discurso de nobre simplicidade. Se as mulheres são dominadas, é porque elas “não são semelhantes”, é porque elas são diferentes, delicadas, bonitas, intuitivas, não razoáveis, maternas, é porque não têm músculos, porque não têm temperamento organizador, porque são um pouco fúteis e porque não veem nada além do próprio nariz. E tudo isso acontece porque elas têm evidentemente o cérebro menor, o impulso nervoso mais lento, hormônios diferentes que causam instabilidades, porque pesam menos, têm menos ácido úrico e mais gordura, porque correm mais devagar e dormem mais. Porque elas têm dois cromossomos X, as burras, em vez de terem um X e um Y – que é a maneira interessante de ter cromossomos. Porque são “um homem inacabado” OU porque são “o por vir do homem”, são “um mosaico” OU são o “sexo de base”, porque elas são “mais fortes e mais resistentes” que os homens OU são o “sexo frágil”. Em suma, porque são diferentes (Guillaumin, 2014, p.79).

No que diz respeito ao âmbito ideológico, é vantajoso ao grupo dominante apontar que existem “diferenças naturais” entre mulheres e homens, pois a semelhança se torna ameaçadora. Não é viável ao grupo dos homens que as mulheres queiram ser semelhantes, que queiram ter os mesmos direitos, a mesma independência, o mesmo acesso ao mercado de trabalho, o mesmo direito de decidir por sua própria realidade material (Guillaumin, 2014). Por outro lado, é importante levar em conta que a realidade concreta das mulheres, sejam empreendedoras ou não, é atravessada por outras opressões que estruturam a realidade social, como o capitalismo e o racismo.

Quando lançamos nosso olhar para o mercado de trabalho, Guillaumin (2014) nos mostra que ele é um dos meios utilizados para legitimar a apropriação do grupo das mulheres. No âmbito do trabalho doméstico, as mulheres são não-vendedoras de sua força de trabalho, realizando assim um trabalho não pago. Porém, no mercado de trabalho formal, espaço no qual está permitido a venda da força de trabalho feminina, o que vemos é o constrangimento de todo um grupo social (Guillaumin, 2014). Ainda nos dias atuais, as mulheres recebem um valor inferior ao do grupo dos homens para executar as mesmas funções. De acordo com a Tabela 6 – apresentada no capítulo anterior - desenvolvida a partir da PNAD Contínua do ano de 2022,

o grupo das mulheres possui rendimento médio inferior ao grupo dos homens até mesmo em cargos de gerência.

De fato, historicamente, a incorporação das mulheres no mercado de trabalho foi muito desigual em relação aos homens, tanto no sentido quantitativo, como qualitativo (Saffioti, 1985). No processo de proletarização da população, parte das mulheres passaram a conciliar a jornada de trabalho fora do lar com a jornada de trabalho doméstico não pago. Outra parte das mulheres se viram confinadas ao trabalho doméstico não pago (Saffioti, 1985). Saffioti (1985) aponta que o número de brasileiras que se empregavam como domésticas, em 1920, era grande. A sociedade concedia às mulheres apenas a possibilidade de praticar, fora do seu lar, funções que seriam semelhantes às desempenhadas no interior da própria família. “Um pouco de qualificação profissional permitia prestar a outros seres humanos serviços que a mulher, em certa medida, devia oferecer aos membros de sua família” (Saffioti, 1985, p.115).

Ao pensar sobre as mulheres empreendedoras, devemos levar em consideração o trabalho doméstico não pago e como a apropriação de seu tempo impacta no desenvolvimento de seus empreendimentos. Assim como analisado no mercado de trabalho formal, no empreendedorismo, devemos pensar como as relações sociais entre os sexos condicionam o tipo de negócio, a inserção no mercado e a realidade concreta através da qual as mulheres se tornam empreendedoras. Dessa forma, análises realizadas por entidades como, por exemplo, o Sebrae – apresentadas no capítulo anterior – se tornam insuficientes, pois não há nenhuma relação estabelecida entre o empreendedorismo e o trabalho doméstico não pago.

Quando falamos sobre as opressões as quais estão submetidas o grupo das mulheres, Saffioti (2015) nos mostra a necessidade de analisar a realidade social a partir do enovelamento das subestruturas: patriarcado, capitalismo e racismo. No artigo “Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras” a autora não cita o racismo, dedicando-se, nesse momento, a discorrer acerca da necessidade de tratar o capitalismo e o patriarcado de maneira simbiótica. Dessa forma, nesse momento, ocorre uma certa homogeneização do grupo das mulheres, desconsiderando-se o fator racial. Porém, na obra “Gênero, patriarcado e violência” Saffioti insere o racismo no debate. Para a autora, devemos perceber a realidade social como uma fusão destes três eixos de opressão (patriarcado, capitalismo e racismo), os quais são vistos como interdependentes.

Esse enovelamento assume a forma de um nó frouxo, que permite a mobilidade de cada um de seus componentes, os quais não devem ser analisados de maneira isolada, mas sempre

através de sua dinâmica, que é própria deste nó (Saffioti, 2015). Cabe apontar que, por serem considerados sistemas, os três eixos de opressão, possuem dimensões ideológicas e materiais. O conceito de nó se assemelha ao de consubstancialidade apresentado por Kergoat (2002). Assim como Saffioti (2015), Kergoat (2002) aponta que para compreendermos as relações sociais, é necessário partirmos do pressuposto de que as opressões são coextensivas, ou seja, se reproduzem e se co-produzem. Em suma, as autoras trazem contribuições importantes a este estudo, pois é necessário considerarmos como as opressões estão imbricadas entre si.

O conceito de consubstancialidade, de acordo com Kergoat (2018), se diferencia do de interseccionalidade apresentado por Crenshaw. Interseccionalidade é um conceito que remete ao cruzamento das categorias raça, gênero e classe (Kergoat, 2018). Quando partimos de uma análise consubstancial, não entendemos que exista um cruzamento das categorias, mas sim que os diferentes sistemas de opressão se moldam e se influenciam de maneira conjunta.

Em outras palavras, o termo “interseccionalidade” nos incomoda quando remete ao cruzamento de categorias. Mas é absolutamente legítimo para determinados usos como, por exemplo, para demonstrar, conforme fez Crenshaw, que as mulheres negras e pobres estão na interseção de vários sistemas de dominação e que esta interseção não é considerada pelo sistema jurídico. No que nos diz respeito, não se trata de cruzar categorias, mas de partir das relações sociais que as constituem, de ver como suas múltiplas imbricações efetivamente produzem e recompõem os grupos sociais e em que medida reconfiguram, incessantemente, os sistemas de dominação e as relações de força (Kergoat, 2018, p.151).

Buscando realizar uma análise pautada na consubstancialidade presente entre as opressões, é necessário que nos debruçemos sobre a questão do racismo, e como ele está relacionado com a apropriação da materialidade das mulheres pelo grupo dos homens. De acordo com Gonzalez (2020), ideologias como a democracia racial e a miscigenação, foram utilizadas como um meio de naturalizar os efeitos da escravidão na sociedade capitalista. A título de explicação, o mito da “democracia racial” é um conceito que sugere que o Brasil, por ser um país miscigenado, possui uma convivência harmoniosa e igualitária entre os diferentes grupos raciais. A autora nos mostra que, essa ideologia ignora as desigualdades provenientes do racismo que afetam nossa sociedade.

O racismo no Brasil é uma construção ideológica vinculada a um conjunto de práticas, ele foi perpetuado após a abolição da escravatura pois beneficia determinados interesses (Gonzalez, 2020). “Vale ressaltar que a eficácia do discurso ideológico é dada pela sua

internalização por parte dos atores (tanto os beneficiários quanto os prejudicados), que o reproduzem em sua consciência e em seu comportamento imediato” (Gonzalez, 2020, p.28). A partir do mito da democracia racial, ao considerar que todos os cidadãos são iguais perante a lei, e que os negros são cidadãos iguais aos outros, se uma pessoa negra não consegue ascender socialmente e não participa de maneira direta dos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, ela passa a ser a única culpada pela sua realidade social (Gonzalez, 2020).

Quando pensamos no mercado de trabalho, por exemplo, a opressão racial faz com que os brancos possuam uma vantagem competitiva no preenchimento dos cargos disponíveis (Gonzalez, 2020). A partir da Tabela 5, desenvolvida através da PNAD Contínua do ano de 2022, e apresentada no capítulo anterior, podemos observar que a vantagem das pessoas brancas no mercado de trabalho não está somente na ocupação de cargos, mas também no seu rendimento médio. De acordo com os dados apresentados na tabela, em todas as ocupações listadas, as pessoas brancas possuem um rendimento médio mensal superior às pessoas pretas ou pardas que ocupam o mesmo cargo.

Quando interpretamos o racismo a partir de sua articulação com o sexismo, podemos observar os efeitos violentos que esta articulação produz sobre as mulheres negras (Gonzalez, 1984). Para discorrer de maneira mais detalhada sobre esses efeitos, Gonzalez (1984) realizou um estudo pautado em três imagens que recaem sobre as mulheres negras no Brasil: mucama, mulata e doméstica. No que se refere à mucama, Gonzalez (1984) cita o dicionário Aurélio, que define a palavra como “A escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que, por vezes era ama-de-leite.” (Gonzalez, 1984, p.229). Para a autora, o mito da democracia racial foi responsável pela ocultação da violência a qual estava exposta a figura da mucama.

Gonzalez (1984) aponta que, a partir da figura da mucama se deu a concepção de mulata e doméstica. Os termos “mulata” e “doméstica” dizem respeito a um mesmo sujeito, e representam duas dimensões da violência simbólica a qual estão expostas as mulheres negras, a utilização de cada um dos termos depende do cenário no qual a mulher negra é vista (Gonzalez, 1984). A doméstica é o que a autora aponta como “mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (Gonzalez, 1984, p.230). Já a mulata é o retrato da hiper sexualização das mulheres negras. É no carnaval que “a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha, na mulata deusa do meu samba, que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o

sosego da gente. É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação.” (Gonzalez, 1984, p228). Dessa forma, de um lado temos o endeusamento carnavalesco da mulher negra, explicitado no termo mulata, e de outro temos o cotidiano dessa mulher, que é vista enquanto doméstica. A hiper sexualização presente no termo mulata reduz a mulher negra ao estado de coisa, acentuando o processo de apropriação do corpo das mulheres, que as configura como seu próprio sexo, não possuidora de um (Guillaumin, 2014).

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; [...] No que se refere à discriminação da mulher, que se observem, por exemplo, as diferenças salariais no exercício de uma função com relação ao homem, e a aceitação de que “está tudo bem”. Quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca. A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação. No entanto, foi ela quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema de dupla jornada, como já vimos. Aqui também se percebe a necessidade de tirar de cena a questão crucial: a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra. (Gonzalez, 2020, p.35)

Quando Gonzalez (2020) cita a dupla jornada, ela está se referindo à conciliação, que muitas vezes, as mulheres precisam realizar entre o mercado de trabalho e o trabalho doméstico gratuito. A absorção do tempo pelo trabalho doméstico não remunerado é um dos aspectos da apropriação do grupo das mulheres. Dessa forma, para se dedicar exclusivamente ao seu trabalho, muitas mulheres optam por terceirizar, à outras mulheres, o trabalho doméstico não pago que lhes é atribuído, esse é um dos aspectos que demonstram a bipolaridade que permeia o trabalho feminino.

Uma grande quantidade de mulheres se insere no mercado de trabalho em um polo no qual encontram posições precárias em relação ao vínculo empregatício, à remuneração, aos direitos trabalhistas, à proteção social e às condições de trabalho. São postos vinculados ao trabalho doméstico (Bruschini, Lombardi, 2000). De outro lado, existe um outro polo, no qual acontece a expansão da ocupação de mulheres em profissões que possuem um nível social superior de prestígio como, por exemplo, medicina, direito, arquitetura e engenharia. Esse movimento de aumento da inserção de mulheres nas áreas científicas é reflexo da expansão da escolaridade das mesmas, que ocorreu nas décadas de 60 e 70 (Bruschini, Lombardi, 2000).

Essa bipolarização do trabalho das mulheres é atravessada pela questão racial pois os empregos mais precarizados são ocupados por mulheres negras enquanto os trabalhos mais bem remunerados são ocupados por mulheres brancas. Cabe ressaltar que as mulheres negras possuem uma construção histórica diferente das mulheres brancas. Quando pensamos no âmbito do trabalho, as mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que sempre trabalharam. Enquanto as mulheres brancas eram vistas como o sexo frágil, que precisavam de cuidados, as mulheres negras eram objetificadas e hiper sexualizadas. Quando deu-se início a luta feminista pelo direito de sair às ruas e trabalhar, as mulheres negras já estavam, durante séculos, trabalhando (Carneiro, 2020).

O trabalho doméstico remunerado é, de acordo com Bruschini e Lombardi (2000) um dos maiores guetos femininos, pois é uma ocupação na qual a maior parte de seus trabalhadores são mulheres. A divisão sexual do trabalho se mostra muito presente neste ponto, pois é atribuído à figura da mulher, postos de trabalho que façam referência a conhecimentos individuais adquiridos na esfera privada (Kergoat, 2002). Vemos como o aspecto ideológico da apropriação se faz presente, pois é vinculado ao grupo das mulheres a ideia de que elas possuem características “naturais” que justifiquem sua inserção massiva no emprego doméstico.

Quando o trabalho doméstico é realizado por mulheres no âmbito de sua própria família, ele não é considerado como trabalho nos estudos estatísticos. Nesses casos, as estatísticas computam como inatividade econômica, porém quando são realizadas por pessoas contratadas, mediante uma remuneração, eles passam a ser computados como trabalho, são considerados serviço ou emprego doméstico (Bruschini, Lombardi, 2000). Na Tabela 5, desenvolvida através da PNAD Contínua do ano de 2022 e apresentada no capítulo anterior, o conceito utilizado é de serviço doméstico. Apesar de serem maioria nesta ocupação, o rendimento médio das mulheres que trabalham neste setor é inferior ao dos homens que ocupam o mesmo cargo. Quando realizamos o recorte de raça, o valor se torna ainda menor.

O outro polo citado, é o da inserção das mulheres em nichos ocupacionais que possuem um maior prestígio social, e que são preenchidos por profissionais de nível universitário. (Bruschini, Lombardi, 2000). A inserção das mulheres em ocupações técnicas e científicas também carregam consigo aspectos da divisão sexual do trabalho. As mulheres ainda recebem um valor inferior aos homens que ocupam o mesmo cargo, de acordo com a Tabela 5 no setor “Profissionais das ciências e intelectuais” os homens possuem o rendimento médio de R\$6.799 enquanto o das mulheres é de R\$4.319.

Apesar das profissionais mulheres que estão inseridas em ocupação de maior prestígio estarem expostas a padrões diferenciados por gênero, o seu rendimento médio é infinitamente superior ao das mulheres que estão no outro polo de ocupação, o do serviço doméstico (Bruschini, Lombardi, 2000). “Ironicamente, é no trabalho das empregadas domésticas que as profissionais frequentemente irão se apoiar para poder se dedicar à própria carreira. Este é o elo que une os dois polos analisados” (Bruschini, Lombardi, 2000, p.101). A relação entre os dois polos carrega consigo aspectos do racismo, pois assim como Gonzalez (2020) apontou, a libertação da dupla jornada é, em sua maioria, a realidade de mulheres brancas. A emancipação dessas mulheres se dá devido ao serviço doméstico realizado por mulheres negras. As empregadas domésticas residentes, ou seja, aquelas que dorme em seus empregos, são em sua maioria, jovens, solteiras, pretas ou pardas (Bruschini, Lombardi, 2000). Dessa forma, é necessário que, ao analisarmos o trabalho doméstico e suas implicações na realidade do grupo das mulheres, o enovelamento das opressões seja levado em consideração.

Quando pensamos acerca do empreendedorismo, temos como um dos objetivos compreender qual é o lugar ocupado pelo trabalho doméstico não pago na vida das empreendedoras. Seriam elas adeptas da dupla jornada, onde parte de sua materialidade e seu tempo são apropriados em função do trabalho doméstico não pago? Ou elas se inserem no outro polo social, que depende do trabalho de outras mulheres para dedicação exclusiva a seus empreendimentos? Partimos do pressuposto que, a relação com o trabalho doméstico tem ligação direta com o rendimento médio de cada empreendedora, proporcionando as mesmas a possibilidade ou não dessa “libertação”. Nos capítulos seguintes, a partir dos dados coletados em pesquisa, conseguiremos debater melhor essa questão.

Para complementar nossa análise do conceito amplo de trabalho, traremos para o debate a teoria da reprodução social. De acordo com Vogel (2022) as opressões que recaem sobre as mulheres estão subordinadas ao capitalismo. Para a autora, as raízes sócio materiais da opressão pela qual as mulheres estão expostas, tem relação com o capital e a necessidade do Estado em produzir uma nova geração de trabalhadores, em incentivar mulheres a gerar novos indivíduos. A partir de uma perspectiva diferente do feminismo materialista francófono, Vogel (2022), feminista marxista, não considera a existência de antagonismo entre o grupo dos homens e das mulheres. Neste estudo partimos do princípio que há um antagonismo entre os dois grupos, dessa forma, ao considerar que a relação social entre os sexos é um dos elementos centrais para compreender a opressão sofrida pelo grupo das mulheres, entendemos que é insuficiente focar apenas no sistema capitalista. Entretanto, como estamos interessadas, nesse estudo, em

compreender aspectos da imbricação das opressões, a teoria unitária (Vogel, 2022) se torna importante para a nossa análise pois mostra como o sistema capitalista se beneficia da exploração das mulheres. A teoria da reprodução social parte do princípio de que a produção de bens e serviços está integrada com a produção da vida.

Um conceito importante para compreender a teoria da reprodução social é o trabalho necessário (Vogel, 2022). O trabalho necessário é uma característica da reprodução da força de trabalho e da opressão às mulheres, ele decorre da lógica da acumulação capitalista (Vogel, 2022). Segundo a autora, o trabalho necessário possui dois componentes: social e doméstico. O social está diretamente ligado ao trabalho excedente presente no processo de produção do sistema capitalista. A título de explicação, trabalho excedente é um conceito apresentado por Marx (1996), de acordo com o autor, a jornada de trabalho é composta por uma quantidade de tempo em que o trabalhador produz, em mercadoria, o valor equivalente ao seu salário, ou seja, o valor necessário para sua sobrevivência, no restante de sua jornada há a produção de mais-valia, de trabalho excedente, que não é pago ao trabalhador, proporcionando ao capitalista o acúmulo de capital.

O trabalho equivalente citado acima é o trabalho necessário. Apesar de desenvolver essa análise, Vogel (2022) aponta que Marx, em seu debate, considerou apenas o componente social do trabalho, e ignorou o componente doméstico. Dessa forma, quando Vogel discorre sobre o trabalho doméstico está se referindo ao mesmo como parte do trabalho necessário, que é realizado fora da esfera de produção capitalista. “Ou seja, os salários podem permitir que um trabalhador compre mercadorias, mas o trabalho adicional – o trabalho doméstico – geralmente deve ser executado antes que as mercadorias sejam consumidas” (Vogel, 2022).

A força de trabalho, em grande parte, é reproduzida por três processos interconectados: 1. Atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de outras coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra. 2. Atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção - isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego. 3. Reprodução de trabalhadores frescos, ou seja, dar à luz. (Bhattacharya, 2019, p.103)

Bhattacharya (2019) aponta que, essas atividades citadas acima, que reproduzem a força de trabalho e formam a base do sistema capitalista, são realizadas dentro do lar, sem cobrança alguma para o sistema. Se relacionarmos essa questão com as relações de sexagem, apresentada por Guillaumin (2014), podemos apontar que as mulheres carregam, de maneira

desproporcional, a responsabilidade por executar o trabalho doméstico não pago, ou seja, por cuidar da casa, preparar as refeições, cuidar de crianças, idosos e/ou enfermos.

Por serem vinculadas ao trabalho doméstico não pago, as mulheres, por vezes, são forçadas a trabalhar meio período. Apenas 9% das mulheres que são mães conseguem trabalhar, de maneira remunerada, por mais de 50 horas semanais (Bhattacharya, 2019). Por não possuírem grande parte do seu tempo disponível para o trabalho remunerado, é provável que muitas mulheres optem pelo empreendedorismo, pois ele permite uma flexibilidade horária necessária para a conciliação do trabalho produtivo com o trabalho doméstico não remunerado. Entretanto, pode ser que o trabalho doméstico que realizam em casa sejam um condicionamento para o crescimento dos seus negócios. Algumas mulheres optam por transformar o espaço de seu lar em um ambiente de trabalho, possibilitando ainda mais essa conciliação (Natividade, 2009).

A atribuição do trabalho doméstico à figura da mulher, faz com que elas possuam uma quantidade de tempo menor para se dedicar ao trabalho assalariado, dessa forma de acordo com a teoria da reprodução social, a pressão pelo aumento da acumulação capitalista, resulta em uma tendência que busca diminuir a quantidade de trabalho nas unidades domésticas (Vogel, 2022). Uma forma de diminuir este trabalho é socializando-o. As lavanderias, por exemplo, é uma maneira de socializar o trabalho doméstico. A educação e a saúde pública também são formas de transformar aspectos do trabalho doméstico em responsabilidade do Estado, de modo que os custos para a reprodução da força de trabalho passam a ser distribuídos através dos impostos (Vogel, 2022).

De acordo com a teoria da reprodução social, o trabalho doméstico apresenta um caráter muito contraditório dentro da produção capitalista. De um lado, ele é essencial para o capitalismo, pois para que a produção ocorra ela necessita de força de trabalho, e para que essa força esteja disponível para trabalhar, ela necessita da realização do trabalho doméstico. Porém, o trabalho doméstico acaba atrapalhando o acúmulo de capital, pois ele limita a disponibilidade de tempo da força de trabalho feminina. “Do ponto de vista do capital, o trabalho doméstico é simultaneamente indispensável e um obstáculo à acumulação” (Vogel, 2022).

Quando a autora discorre sobre a necessidade de socializar o trabalho doméstico, ela não leva em consideração as relações de sexagem, e aposta apenas no Estado como um caminho de, solucionar as opressões vinculadas à atribuição do trabalho doméstico não remunerado às

mulheres. Porém, será que amenizar o fardo das mulheres iria solucionar a sua posição subalterna em relação aos homens? Apostar todas as fichas deste apaziguamento no Estado é uma realidade distante. Quando pensamos no contexto do neoliberalismo, amenizar o fardo se torna uma problemática ainda mais latente, pois em um governo neoliberal há o encolhimento do apoio Estatal em relação ao trabalho doméstico, ou seja, o Estado passa a ser mínimo para o social. Dessa forma, há por parte do Estado a criação de uma rede que visa estimular o empreendedorismo feminino, pois apresentar caminhos individualizantes é uma forma de incentivar a não dependência estatal, e difundir o ideal de que a independência do apoio do Estado torna as mulheres trabalhadoras ideais.

Como já citado anteriormente, houve nas décadas de 60 e 70 uma expansão da escolaridade das mulheres, que resultou em um movimento de aumento da inserção das mesmas em áreas científicas (Bruschini, Lombardi, 2000). Junto deste movimento, ascendeu uma nova geração de diretoras-executivas que atuavam na defesa do “trabalho duro” como uma forma de libertação feminina (Bhattacharya, 2019). Este movimento evita colocar em questão as relações de sexagem, e investe apenas na ideologia da meritocracia, individualizando assim o debate. Proponho uma reflexão, levando em consideração os dois polos do trabalho feminino e a imbricação das opressões de gênero, classe e raça, não estaria esse movimento relacionado ao avanço da ideologia empreendedora? Vale lembrar que, o conceito de empreendedor ideal está relacionado a aquele indivíduo que está disposto a maximizar seu capital humano, a se aprimorar, ser eficaz, se dedicar inteiramente a seu trabalho, ser uma empresa de si mesmo (Dardot; Laval, 2016).

No próximo tópico, buscando compreender o fenômeno do empreendedorismo feminino, iremos discorrer sobre o discurso das entidades que o fomentam. Partindo do conceito de divisão sexual do trabalho e das teorias abordadas neste tópico, o foco será em identificar de que maneira o discurso das entidades reproduzem as problemáticas apontadas nas relações de sexagem.

O viés patriarcal e neoliberal das narrativas de fomento ao empreendedorismo feminino.

Para incentivar o empreendedorismo de forma satisfatória, a interferência estatal é de suma importância. No contexto do neoliberalismo, vemos que o universo das microempresas e

dos microempreendedores individuais passaram a ser importantes para o Estado. Ele tem investido em políticas que incentivam os indivíduos a se tornarem microempreendedores, ou seja, o Estado é o responsável por criar um aparato legal que permite a transformação da força de trabalho em uma empresa. No Brasil, a criação do Microempreendedor Individual (MEI) foi uma forma que o Estado encontrou de incentivar a adesão ao empreendedorismo. De acordo com a Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006 considera-se MEI o indivíduo que possua receita-bruta anual de até R\$81.000,00 (oitenta e um mil reais). A categoria MEI foi criada, de acordo com o governo federal, com o objetivo de garantir microcrédito a empresários individuais, proporcionando assim a possibilidade de sucesso em seu empreendimento. Segundo o Artigo 966 da lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, é considerado empresário o indivíduo que exerce profissionalmente uma atividade econômica que é organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços. Outra forma que o Estado possui de contribuir para a disseminação da ideologia do empreendedorismo, é através de uma socialização política de fomento à cultura empreendedora.

No Brasil é possível identificar, atualmente, a existência de uma rede que visa fomentar o empreendedorismo no empresariado, nos estudantes e na população de maneira geral. Essa rede é formada por organismos estatais, entidades da sociedade civil e organizações multilaterais. O Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) é hoje o principal agente desta rede. Em 1972, durante o II Congresso das Classes Produtoras - composto por empresários do país - nasceu o Cebrae (Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa). Considerado, na época, uma entidade pública vinculada ao governo federal, o Cebrae foi criado com o objetivo de prestar assistência e consultoria a pequenas empresas.

De acordo com a Cartilha de 40 anos do Sebrae, em 1984 o Congresso Brasileiro da Pequena Empresa aprovou o Estatuto da Microempresa. Com a criação deste estatuto o Cebrae ganhou visibilidade, e começou a ser utilizado para auxiliar microempresas em todos os estados do país. Nesse mesmo ano o Cebrae passou a compor o Ministério da Indústria e do Comércio. Já no ano de 1990, foi criada a lei nº 8.029, que transformou o Cebrae (Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa) em Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

A troca de nomenclatura marca uma mudança importante no órgão, o que tínhamos antes, com o Cebrae, era uma entidade pública, já com o Sebrae o que vemos é um serviço

social autônomo, uma instituição privada de utilidade pública, que não possui fins lucrativos e é mantida pelas maiores empresas no país. Cyrino (2021) nos mostra que, enquanto Cebrac, o foco do órgão era ofertar assessoria técnica e financeira para os empresários que possuíam financiamento no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Porém, enquanto Sebrae, houve uma reconfiguração e/ou ampliação do seu objetivo estratégico. Ao se tornar uma entidade composta por representantes do governo e representantes empresariais, o objetivo do Sebrae passou a ser, entre outros, fomentar o empreendedorismo no país (Cyrino, 2021).

Em uma entrevista com um dos gerentes do Sebrae, este afirma que o germe dessa orientação atitudinal e comportamental do Sebrae foi o programa Empretec, um programa da ONU introduzido pelo Sebrae no Brasil em 1991. Esse programa que apresentava um enfoque na atitude empreendedora e não no ensino de instrumentos de gestão mostrou que era necessário investir mais na formação comportamental do que na formação meramente técnica, ou seja, era necessário investir na educação empreendedora. (Cyrino, 2021)

O site do Sebrae possui uma estrutura composta por cursos (presenciais e *online*), palestras, consultorias e informações acerca do empreendedorismo. O site também oferece uma rede de entretenimento sobre o tema. Notícias, reportagens, fotos, programas educativos e podcasts são formas utilizadas para disseminar conteúdos sobre a gestão de negócios. Dessa forma, podemos apontar que hoje Sebrae é o principal órgão de fomento a cultura empreendedora, o foco se tornou construir uma sociedade de empreendedores. Para isso, o Sebrae busca formar sujeitos neoliberais, ou seja, indivíduos dispostos a correr riscos, que sejam proativos, autônomos, ousados e adaptáveis (Cyrino, 2021). Além de todo o aparato presente em seu site, o Sebrae também financia projetos que visam a educação empreendedora. Cyrino (2021) nos traz como exemplo a Fundação Ayrton Senna, parceria com o Senai, com a Fundação Roberto Marinho e organizações internacionais como a Junior Achievement e a Endeavor.

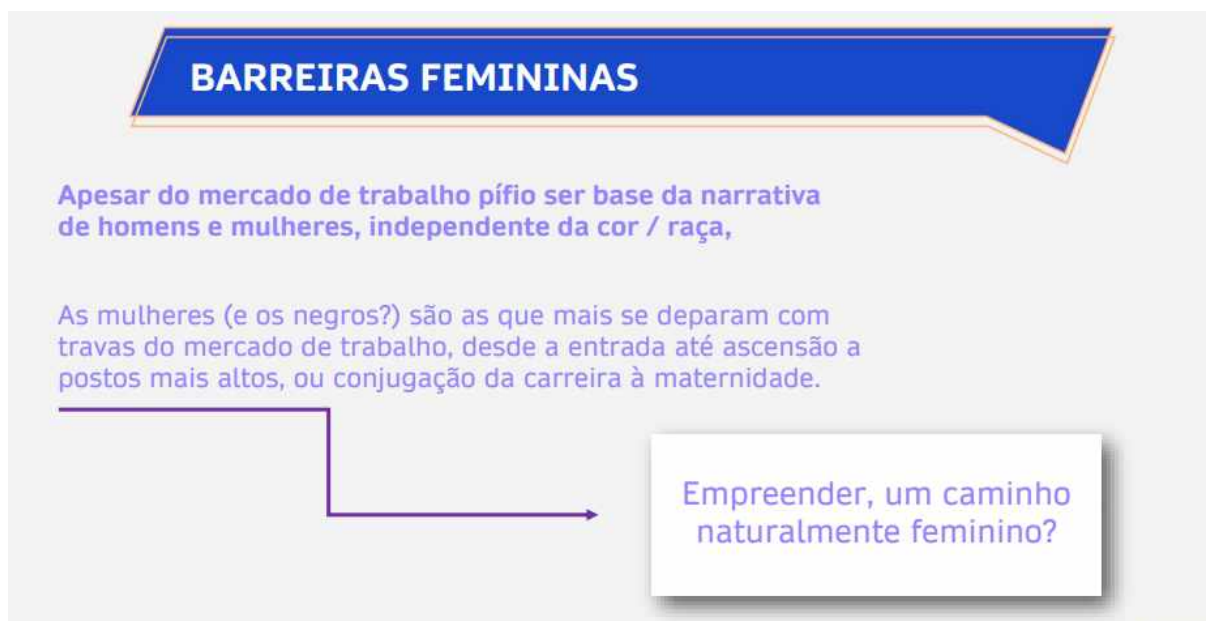
Quando lançamos nosso olhar para o empreendedorismo feminino, vemos que o Sebrae conta com o “Sebrae Delas”, um programa de incentivo ao ingresso de mulheres ao empreendedorismo. De acordo com o site do Sebrae, foram atendidas pelo programa cerca de 14.230.507 mulheres nos últimos 5 anos. Através de textos, vídeos e ebooks, o Sebrae Delas apresenta ideias para a gestão de um pequeno negócio. Por meio de mentorias, consultorias e seminários, ações são realizadas visando desenvolver competências técnicas e socioemocionais. Há também o incentivo na formação de parcerias entre as mulheres que participam do programa.

A partir do Sebrae Delas também foi criado o “Prêmio Sebrae Mulher de Negócios” que de acordo com o órgão é “uma iniciativa que valoriza e incentiva o empreendedorismo feminino no Brasil, reconhecendo o trabalho e a dedicação de mulheres empreendedoras que contribuem para o desenvolvimento do país” (SEBRAE, 2023). O prêmio existe desde o ano de 2004. As vencedoras ganham: participação em missão técnica nacional para capacitação, um celular, e a participação no curso Sebrae UpDigital. Apesar de apresentar um discurso sobre o incentivo ao empreendimento, as vencedoras não recebem nenhum valor para investir em seu negócio, o prêmio limita-se a cursos de capacitação.

Em 2023 o Sebrae publicou em seu site um relatório referente a uma pesquisa qualitativa. Nesta pesquisa foram entrevistados empreendedores - homens e mulheres. De acordo com o discurso do Sebrae, o objetivo central da pesquisa era identificar quais as principais diferenças socioculturais presentes entre os homens e as mulheres, buscando compreender o motivo pelo qual as mulheres possuem uma dificuldade maior para engajar na atividade empreendedora. Nos chama atenção o fato de que o Sebrae não deixa claro a metodologia utilizada na pesquisa, apenas aponta que ela é qualitativa, de caráter exploratório. Os entrevistados foram recrutados de uma base Sebrae, e os resultados são referentes a uma população particular, não há a promessa de gerar dados nacionais. Na finalização da explicação metodológica, o Sebrae (2023) aponta que os resultados da pesquisa fornecem pistas e insights sobre as possíveis diferenças entre homens e mulheres, porém o que vimos foi um discurso recheado de estereótipos de gênero.

O Sebrae (2023) inicia seu relatório de pesquisa citando que os entrevistados vêem o empreendedorismo como uma oportunidade, seja ela referente ao desenvolvimento de uma habilidade ou a uma disposição em aprender algo novo. A habilidade de empreender é citada como algo imprescindível, pois no capitalismo flexível “é preciso se reinventar à luz das rápidas transformações tecnológicas, é preciso criar novos produtos para se tornar atrativo ao mercado consumidor, é preciso diversificar para sobreviver (Castro, 2016).

Imagem 1 – Barreiras femininas



Fonte: SEBRAE 2023: “Empreendedorismo feminino”.¹

Um dos principais motivos citados para a adesão ao empreendedorismo é a insatisfação com o mercado de trabalho, no que tange salários baixos, desvalorização e cenário de desemprego. Apesar dessas problemáticas comporem a realidade de todos os trabalhadores, o Sebrae (2023) levanta um questionamento: Empreender, um caminho naturalmente feminino? As mulheres e a população negra são citadas como os que mais possuem dificuldades no mercado de trabalho, o empreendedorismo, neste discurso, é posto como uma maneira de driblar essa insatisfação. Nos chama atenção como o discurso propagado pelo Sebrae coloca o empreendedorismo como algo destacado das relações sociais, como se ele fosse indiferente em relação ao sexo e a raça dos indivíduos. Esse discurso atribui as barreiras sociais ao mercado de trabalho, de forma a incentivar uma visão do ser empreendedor como uma forma de romper as desigualdades sociais e ascender a partir de seu próprio mérito.

Imagem 2 – Pontos de partida

¹ Disponível em: https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2023/02/Quali_Empreendedorismo-Feminino.pdf



Fonte: SEBRAE 2023: “Empreendedorismo feminino”.

Os pontos de partida para a ação empreendedora, de acordo com o Sebrae (2023) partem de dois aspectos: internos e externos. Nos chama atenção como o ponto de partida dos homens são relacionados aos aspectos externos. Estes remetem à insatisfação com o mercado de trabalho. Já o grupo das mulheres utiliza como ponto de partida aspectos internos, que são descritos como busca por independência, sobrevivência, sustento, necessidade de prover. Nessa análise, as práticas sociais dos empreendedores entrevistados são transformadas em papéis sociais sexuados (Kergoat, 2009), é como se o sexo determinasse o destino natural de cada empreendedor.

Imagem 3 – Narrativas de lugares diferentes



Fonte: SEBRAE 2023: “Empreendedorismo feminino”.

De acordo com o Sebrae (2023), diante de um cenário de exclusão do mercado de trabalho, homens e mulheres possuem maneiras distintas de iniciarem um empreendimento. Os homens buscam oportunidades relacionadas ao mundo externo, enquanto isso, as mulheres se atentam ao mundo interno, a partir de suas habilidades, advindas de um dom e talento natural. A pesquisa encontrou essa dualidade na narrativa de homens e mulheres, mas não as problematiza. A diferença entre o grupo dos homens e das mulheres é apresentada como uma simples constatação, que serve de base para uma tipologia criada pelo Sebrae que nomeia e polariza as tais diferenças socioculturais, inscrevendo os homens de negócios no campo do “mundo externo” e as mulheres no campo do “mundo interno”.

Imagem 4 – Mundo diferentes

MUNDOS DIFERENTES

A diferença de “pontos de partida” – “narrativa”
impacta no tipo de negócio / empreendimento:

<p>As mulheres</p> <p>Mundo interno: tendência* em transformar atividades que atravessam o <u>mundo doméstico em negócios em busca de rentabilidade.</u></p>		<p>Os homens</p> <p>Mundo externo: tendência a aproveitar a experiência profissional, formação técnica / acadêmica e focar na rentabilidade, produtividade, margem, ganho de mercado.</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

*Se trata de uma tendência que pode ser enviesada pela base de dados utilizada para o recrutamento das entrevistadas. Existem percursos totalmente diferentes e distantes do universo doméstico, como escritório de contabilidade, corretoras de seguros, donas de lojas de autopeças etc.

Fonte: SEBRAE 2023: “Empreendedorismo feminino”.

Nos chama atenção a escolha de título do Sebrae (2023), a narrativa apresentada sobre o empreendedorismo feminino aponta que homens e mulheres vivem em mundos diferentes, dessa forma eles escolhem negócios distintos. Apontar essa diferenciação é uma forma de desvalorizar a ação empreendedora feminina. Para o Sebrae (2023) enquanto o grupo dos homens foca em áreas que possuam relação com sua formação, o grupo das mulheres tendem a transformar atividades do mundo doméstico em negócio. “Para as mulheres, o mundo doméstico tende a ser uma incubadora. Que se insere na necessidade de independência / autonomia econômica.” (Sebrae, 2023). Tratar o mundo doméstico como uma “incubadora” do empreendedorismo feminino, perpassa pelo conceito de dom e qualificação. A qualificação masculina é construída socialmente, enquanto a feminina remete apenas ao indivíduo, e é adquirida na esfera privada (Kergoat, 2002). Atribuir a qualificação a um dom “natural” é uma forma de desvalorizar socialmente as atividades desenvolvidas por mulheres. Como já citado, o empreendedorismo reproduz esse aspecto da divisão sexual do trabalho, e as redes de fomento intensificam esta reprodução com a propagação de seu discurso.

Imagem 5 – Relação com as tarefas domésticas

RELAÇÃO COM AS TAREFAS DOMÉSTICAS



TAREFAS DOMÉSTICAS E DE CUIDADO,

- A distribuição de tarefas domésticas e de cuidado dependem do grau de imposição “contratual” da própria mulher...
- Quanto mais consciente de seu valor enquanto empreendedora, mais fácil é a distribuição de tarefas e igualdade de direitos no âmbito do lar.
- Um dos problemas pode ser a dificuldade de delegar tarefas e a tolerância com o resultado produzido pelo cônjuge.

Fonte: SEBRAE 2023: “Empreendedorismo feminino”.

O Sebrae (2023) não problematiza a destinação do trabalho doméstico à figura da mulher, e sim naturaliza essa divisão. Como é citado acima, o trabalho doméstico apenas se torna um problema quando as mulheres possuem dificuldades em “delegar tarefas”. “Quanto mais consciente de seu valor enquanto empreendedora, mais fácil é a distribuição de tarefas e igualdade de direitos no âmbito do lar” (Sebrae, 2023). O problema enfrentado pelas empreendedoras remete, mais uma vez, à esfera individual. Neste discurso vemos a ausência do debate acerca das relações estruturais de poder, que destinam à figura da mulher o trabalho doméstico.

Outro programa de fomento ao empreendedorismo feminino é o “Brasil Pra Elas”. Este programa também pode ser utilizado como um exemplo de aparato criado pelo Estado. Implementado pelo governo de Jair Bolsonaro em março de 2022, o programa foi lançado em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres. Participam desta iniciativa o Ministério da Economia, da Mulher, da Cidadania, da Família e dos Direitos Humanos. Além dos ministérios citados, o programa também conta com a parceria do Sebrae e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

Através do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do Banco da Amazônia (Basa) as micro e pequenas empreendedoras terão acesso a linhas de crédito especiais. Além do acesso facilitado ao crédito, o programa conta também com ações que visam capacitar as

mulheres em seus empreendimentos, o Sebrae, mais uma vez, entra como o responsável por oferecer essa “educação empreendedora”.

Ainda em nível do Estado, temos a criação da Frente Parlamentar pela Mulher Empreendedora. Através de um requerimento desenvolvido pela deputada Any Ortiz - do partido Cidadania - a frente foi criada em julho de 2023. No artigo 1º do estatuto desenvolvido, consta que a Frente Parlamentar Mista pela Mulher Empreendedora é uma entidade civil de natureza política não ideológica e suprapartidária, que tem como objetivo central atuar como uma plataforma de ação política, que integre o Congresso Nacional e a sociedade. Visando desenvolver políticas públicas, a frente busca garantir um ambiente propício ao empreendedorismo feminino no país.

A deputada Lêda Borges, que é Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, apontou que estão em análise da comissão as seguintes propostas: projeto de Lei Complementar 31/2021, que cria a figura da MEI-Mulher Empreendedora, com regras diferenciadas para a microempreendedora individual do sexo feminino; projeto de Lei 1912/2022, que institui o Programa de Estímulo ao Empreendedorismo Feminino; e projeto de Lei 3342/2020, que trata de linha de crédito para a mulher empreendedora da área de beleza, estética, cosméticos, vestuário, comércio de artigos femininos, alimentos, entre outras.

Nos chama atenção como a Frente Parlamentar, através dos projetos de lei, apresentam uma discriminação positiva da mulher empreendedora, ou seja, a frente reconhece as desigualdades entre os gêneros presente no empreendedorismo. Outro ponto a ser destacado é o projeto de Lei 3342/2020, que discorre sobre a linha de crédito. Nos chama atenção como os ramos de atividade citados reproduzem aspectos de divisão sexual do trabalho. O princípio da separação se torna presente quando são atribuídas a figura da mulher, empreendimentos ligados à estética, vestuário, cosmético e afins.

Partindo para o âmbito de entidades da sociedade civil que fomentam o empreendedorismo no país, temos o projeto Rede Mulheres Empreendedoras (RME). A Rede Mulheres Empreendedoras foi fundada em 2010 por Ana Fontes, uma empreendedora brasileira. Segundo Ana Fontes, a criação deste projeto teve como principal objetivo o compartilhamento de dicas e conselhos a partir de sua vivência como empreendedora. Através de palestras e cursos gratuitos, a RME busca incentivar a adesão de mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica, ao empreendedorismo. A RME é uma forma de fomenta a educação empreendedora, porém focado ao público feminino.

Dentro do site do programa temos a RME Mentorias, um espaço onde as mulheres podem oferecer ou solicitar orientações relacionadas a ter seu próprio negócio. Os principais temas das mentorias são: finanças, marketing, modelo de negócio, vendas e redes sociais. Existem três tipos de mentorias: individual, plantão e super mentoria. A individual possui uma hora de duração, nela a pessoa que possui a dúvida encaminha sua questão previamente, a plataforma então a conecta a uma especialista da área, e essa especialista realiza uma mentoria exclusiva e gratuita.

O plantão de mentoria já ocorre durante os eventos da Rede Mulher Empreendedoras. Nesses eventos há especialistas em gestão de negócios de plantão, e elas realizam mentorias individuais de até vinte minutos. Essa modalidade também é gratuita. Já a super mentoria é um espaço coletivo aberto ao público, que ocorre em formato de live na plataforma YouTube. As lives são gratuitas e compostas por especialistas do mercado que realizam uma conversa sobre diferentes áreas e temáticas acerca do ser empreendedora.

Outra iniciativa da Rede Mulher Empreendedora é a RME Acelera. Este é um programa gratuito que se diz focado na inclusão de mulheres no ambiente do empreendedorismo. Através de palestras, ebooks e redes de divulgação, a RME Acelera promete facilitar o contato de novas empreendedoras com possíveis investidores. A busca por facilitar esse contato também está presente na RME Conecta. Essa iniciativa é voltada para empresas que sejam 51% geridas por mulheres, estejam formalizadas com CNPJ, não tenham pendências financeiras ou dívidas e possuam faturamento anual acima de 300.000.

Para participar da RME Conecta, as empresas precisam passar por uma seleção, após a seleção seus gestores devem realizar cursos e treinamentos EAD, para assim ser emitido um selo de certificação do RME Conecta. Esse selo tem duração de um ano e comprova que a empresa analisada possui estrutura para atender a demanda de grandes empresas. Os negócios que passaram por esse processo e adquiriram o selo, são divulgados no próprio site do RME.

Outro projeto, similar ao RME, é o iVitrinas. Em seu site, sua identificação está como uma rede de apoio ao empreendedorismo feminino que foi criada e desenvolvida por mulheres, buscando oferecer produtos e serviços realizados por outras mulheres. Através de um aplicativo, mulheres empreendedoras podem divulgar, de maneira gratuita, seus produtos e/ou serviços. Dessa forma, segundo o iVitrinas, as empreendedoras podem alcançar novos clientes, ganhar visibilidade e estabelecer novos contatos profissionais.

O iVitrinas também conta com um blog recheado de postagens sobre como ser uma empreendedora de “sucesso”. Diferente dos cursos oferecidos pelo Sebrae ou até mesmo pela RME, que possuem certificados de formação sobre determinada temática, no blog do iVitrinas o que vemos são textos curtos que proporcionam reflexões sobre diferentes temas. A maior parte dos posts são sobre as dificuldades em empreender. Uma temática que se repetiu entre os posts é sobre as dificuldades em conciliar empreendimento e trabalho doméstico e/ou de cuidado. Postagens como: “Como conciliar as férias escolares com a vida empreendedora”, e “O Duplo Papel das Mulheres: Cuidadoras e Empreendedoras – A Importância de uma Rede de Apoio”, demonstram que é destinada à figura da mulher a responsabilidade pelo trabalho doméstico. Neste post vemos como o duplo papel é apresentado como uma constatação à realidade social das mulheres. O blog não problematiza a temática, não desenvolve nenhuma crítica acerca do tema, apenas o apresenta enquanto um “fato”.

Vogel (2022) aponta que, uma forma de diminuir o fardo do trabalho doméstico destinado às mulheres, é a socialização dele. Creches, lar para idosos, educação e saúde pública são formas de transformar alguns aspectos característicos do trabalho doméstico em responsabilidade estatal. No discurso empreendedor, essa socialização nem sequer é considerada como uma possibilidade. Diante de um governo neoliberal, ao qual se perpetua a ideologia empreendedora, essa socialização se torna mais problemática, pois há um encolhimento do apoio do Estado às questões relacionadas ao social. Dessa forma, quando levantam essa questão, as entidades de fomento ao empreendedorismo falam sobre a necessidade de “redes de apoio”. É a individualização de uma pauta que deveria ser social.

Ainda no âmbito de entidades da sociedade civil que fomentam o empreendedorismo no país, temos o projeto Mulher Brilhante (MB). Ele é um produto mercadológico criado pela empreendedora Kênia Gama. O MB é um evento de três dias que conta com diversas palestras que visam aprimorar as habilidades necessárias para o desenvolvimento de um negócio de “sucesso”. Com valores que variam de R\$297 até R\$2997, Kênia Gama promete uma imersão que ensina - através de um direcionamento eficaz - como as mulheres devem vencer barreiras e dar o primeiro passo rumo ao sucesso definitivo.

Em seu site, Kênia Gama faz o seguinte questionamento: “Você já sentiu que, por mais que se esforce, há sempre um dilema entre seus compromissos profissionais e passar momentos com sua família?” De acordo com Kênia Gama, o evento Mulher Brilhante proporciona às empreendedoras maneiras de “dominar suas emoções” para que os desafios do dia a dia sejam

utilizados como um impulso para o sucesso. É necessário apontarmos como o discurso de controle emocional reforça a divisão: homens são ligados a razão e mulheres à emoção. Essa distinção tem relação direta com a ideologia da natureza (Guillaumin, 2014). Os homens pretendem ser identificados por sua prática, dessa forma, enquanto grupo dominante, eles são vinculados à cultura, ou seja, a técnica e ao pensamento científico, enquanto as mulheres são vinculadas à natureza, a emoção e a intuição (Guillaumin, 2014).

O evento Mulher Brilhante também conta com palestras que apresentam estratégias de gestão e marketing. Outro ponto ressaltado por Kênia Gama é a possibilidade de desenvolvimento de networking, ou seja, de parcerias estratégicas com outras empreendedoras. O evento irá ocorrer em três cidades do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Terá também um evento nos Estados Unidos, porém o site não tem especificado o local exato, apenas o país. Outro ponto que nos chama atenção é a falta de divulgação acerca de quais empreendedoras irão ministrar as palestras.

Assim como nas outras entidades da sociedade civil que fomentam o empreendedorismo feminino, no site de divulgação do Mulher Brilhante, temos o uso constante do conceito de empoderamento. No Mulher Brilhante, empoderamento é descrito como uma forma que as empreendedoras têm de contornar suas emoções e inseguranças - que são descritas como naturais das mulheres - de forma a promover a ascensão de seus empreendimentos. Essa visão retira todo o teor político do conceito de empoderamento, e reproduz a ideologia naturalista que atribui as emoções à figura da mulher.

Quando buscamos a gênese do conceito empoderamento, é possível analisar que ele foi desenvolvido pelo movimento das mulheres, especialmente as do Sul da Ásia e América Latina dos anos 1980. Ele surgiu como uma maneira de contrapor as políticas de desenvolvimento economicistas, de forma a defender uma abordagem alternativa que visava a emancipação das mulheres (Moraes, 2022). No discurso presente na divulgação do Mulher Brilhante, o que vemos é o uso mercadológico do tema empoderamento, resultando em um distanciamento do que a proposta feminista pretendia com o uso do conceito. Adiante iremos discorrer melhor sobre o tema.

O discurso da rede de fomento ao empreendedorismo apresenta que, para ser uma empreendedora de sucesso, as mulheres devem possuir a capacidade de inovar, destruir barreiras, investir em sua formação, controlar suas emoções, conciliar trabalho profissional com trabalho doméstico e assim ascender socialmente através da sua ação individual. Temos um

ponto em comum em todas as redes de fomento ao empreendedorismo feminino: a questão socioemocional. A Rede Mulher Empreendedora, O Brasil pra Elas, o iVitrinas, o Sebrae e o programa Mulher Brilhante citam, pelo menos uma vez, a necessidade que as mulheres empreendedoras têm em desenvolver questões socioemocionais, visando controlar suas emoções para assim prosperar em seu negócio.

Imagem 6 – Emoção X Razão



Fonte: SEBRAE 2023: “Empreendedorismo feminino”.

Um ponto que nos chama atenção é como as emoções se relacionam com os papéis sexuais, a meiguice, o cuidado, o instinto materno, a intensificação de emoções são aspectos considerados “naturais” ao grupo das mulheres. De acordo com Soares (2013), quando pensamos no âmbito do trabalho, existe uma divisão sexual das emoções, ou seja, “aos homens são confiadas as funções que exigem que sejam agressivos, duros, rudes, frios. O homem não tem direito de chorar ou ser carinhoso. Às mulheres são confiadas funções que demandam ternura, gentileza, delicadeza, sensibilidade, intuição” (Soares, 2013, p.163). Os estereótipos das emoções descrevem os homens como racionais, equilibrados e as mulheres como seres humanos que são psicologicamente frágeis, que possuem humor variável, são irracionais, desequilibradas e, por vezes, infantis (Soares, 2013). De acordo com o discurso propagado na rede, para ser uma empreendedora de sucesso, as mulheres devem aprender a “dominar” suas emoções, ou seja, a solução para o “problema” é o gerenciamento individual das emoções.

No Mulher Brilhante, o domínio das emoções é o primeiro tópico a ser listado sobre o que você encontra no evento. De acordo com Kênia Gama, após o evento, as mulheres serão capazes de dominar suas emoções, superar suas ansiedades e medos e serem capazes de tomar decisões mais assertivas no mercado. Ela promete contar para todas como grandes empreendedoras conseguiram conquistar sua independência emocional e financeira. O “ser empreendedora”, neste discurso, está para além de um simples posto de trabalho, Kênia aponta que a dedicação de toda a sua subjetividade a ação empreendedora é uma forma alterar a realidade material e imaterial das mulheres.

O discurso de natureza está muito presente no debate sobre o controle de emoções. As mulheres, mais uma vez, são relacionadas a natureza e os homens a cultura (Guillaumin, 2014). A ideologia do empreendedorismo se torna presente, e é atribuído ao indivíduo a necessidade de maximizar seu capital humano em todas as esferas de sua vida. Se aprimorar, se transformar, controlar suas emoções, dominar a si mesmo, utilizar técnicas para aumentar sua eficácia, é o que Dardot e Laval (2016) apontam como a produção de sujeitos empreendedores, a transformação do indivíduo em uma empresa de si mesmo.

Já no Rede Mulher Empreendedora, o debate sobre as emoções se tornou um programa de capacitação. O *Ela Pode* é um programa que conta com uma série de cursos gratuitos que são focados no desenvolvimento das “habilidades socioemocionais” descritas como essenciais para que uma mulher empreendedora se torne importante no mercado. Neste programa, o Rede Mulher Empreendedora conta com o apoio do Google. O desenvolvimento de competências socioemocionais e relacionais também é tópico de entidades governamentais, no projeto Brasil Pra Elas, elaborado durante o governo Bolsonaro, um dos pontos é este desenvolvimento e como ele está ligado a prosperidade do negócio. Proponho uma breve reflexão, é curioso pensar como para obter sucesso e valorização social as mulheres devem controlar aspectos que lhe são atribuídos como naturais e focar em adquirir qualidades atribuídas ao grupo dos homens como: competição, assertividade e força. Isso indica que o empreendedorismo é concebido como algo destinado naturalmente aos homens e, nesse sentido, se as mulheres querem empreender e adquirir sucesso em seu negócio, elas têm que controlar a sua suposta natureza feminina.

Outra pauta muito difundida por entidades de fomento ao empreendedorismo feminino é o conceito de empoderamento. Apesar deste conceito estar presente em diversos debates e falas sobre o movimento feminista, qual o seu significado? Buscando responder essa questão, iremos aprofundar o debate sobre a origem do conceito e sua modificação com o passar do

tempo. O conceito empoderamento pode ser encontrado em registros da Reforma Protestante que ocorreu na Europa e Estados Unidos. Um dos grupos protestantes formado na Inglaterra se chamava quakers, nele havia a inclusão de mulheres como pregadoras. É nesse primórdio do capitalismo, e depois mais recente no movimento Black Power, que temos os primeiros registros do conceito. Outra aparição do verbo empoderar, ocorreu no século XVII na Grã-Bretanha. Neste contexto empoderar se referia a um poder formal, que era designado por autoridades superiores. Já o conceito empoderamento, passa a ser difundido apenas no século XIX, neste contexto o conceito era utilizado para se referir ao estado de estar empoderado e a ação de atribuir algum poder (Moraes, 2022).

No final do século XX o conceito de empoderamento passou a ser difundido na sociedade civil. O movimento das mulheres que ocorreu nos Estados Unidos nos anos de 1970 utilizavam esse conceito para se referir a um processo igualitário, caracterizado pelo desenvolvimento, por parte do grupo das mulheres, de uma consciência social e crítica. O poder do empoderamento era descrito como individual e coletivo, partindo da perspectiva de uma transformação social. Dessa forma, o empoderamento utilizado no século XIX que se referia a um poder autorizado mudou seu sentido no século XX (Moraes, 2022).

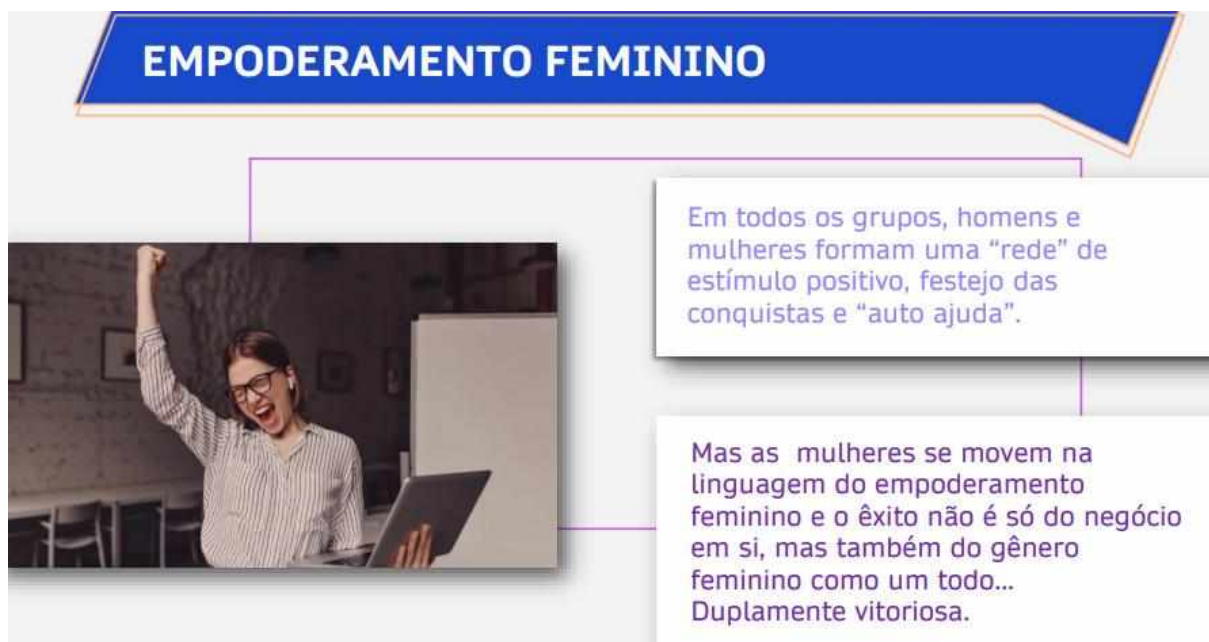
Já na década de 1980 o movimento social das mulheres se apropriou do conceito de empoderamento e o utilizava para a luta por emprego, aumento de salários, saúde, e outras pautas relevantes à época. Nesta mesma década a rede DAWN (Development Alternatives with Women for a New Era [Alternativas para o Desenvolvimento com as Mulheres para uma Nova Era]), internacionalizou o conceito, ao inseri-lo em uma reunião de trabalho de cientistas do terceiro mundo. O foco da reunião era preparar o Congresso Internacional da ONU que iria debater a realidade de mulheres em Nairobi, no Quênia. Foi elaborado então um manifesto que afirma que os requisitos para um empoderamento das mulheres é a destinação de recursos, construção de habilidades e participação política das mulheres em tomadas de decisão. Porém na década de 1990, após a internacionalização do conceito, ele passou a ser usado pela ONU e pelo Banco Mundial. Essa apropriação ocorreu para integrar o conceito ao desenvolvimento de políticas públicas. Até mesmo o mundo empresarial passou a utilizar o conceito. É nesse ponto que o empoderamento perde seu aspecto político de transformação social e se torna um empoderamento liberal (Moraes, 2022).

Agências como a ONU e o Banco Mundial veem o empoderamento das mulheres como um instrumento para o desenvolvimento, buscando a erradicação da pobreza, porém pensar em

empoderamento é almejar a conquista da autonomia feminina, da autodeterminação. O conceito é um fim em si próprio, é a libertação das amarras das opressões de gênero. As feministas latino-americanas, entendem que o objetivo central do empoderamento é a capacidade de questionar e acabar com as opressões do patriarcado, proporcionando as mulheres um controle sobre seus corpos, seu tempo e sua vida. (Sardenberg, 2006).

Apesar do discurso feminista possuir divergências em diferentes questões, no que tange o empoderamento, temos um consenso na narrativa: o caráter coletivo do mesmo. De acordo com Sardenberg (2006) o empoderamento é um processo construído de maneira individual e coletiva (Sardenberg, 2006). Essa é a principal divergência com o discurso do empoderamento difundido no empreendedorismo. Enquanto o mercado utiliza o conceito para descrever aspectos cognitivos puramente individuais, as feministas realçam o caráter coletivo do processo.

Imagem 7 – Empoderamento Feminino



Fonte: SEBRAE 2023: "Empreendedorismo feminino".

As entidades de fomento ao empreendedorismo, quando entram no debate sobre o empoderamento, chamam atenção para uma perspectiva econômica. No projeto Brasil pra Elas

o acesso a microcrédito é citado como uma maneira de empoderar as mulheres empreendedoras, isso demonstra a concepção liberal do conceito presente no discurso das entidades. O acesso a microcrédito não é uma política que resolve a condição de subordinação que está posta sobre o grupo das mulheres (Moraes, 2022). O que vemos no discurso das entidades é a despolitização do conceito. O Sebrae (2023) aponta que quando uma empreendedora ascende em seu negócio, o êxito é do gênero feminino como um todo. Como pode um gênero todo ter êxito através de uma saída individualizante que não se propõe a romper com a dominação exercida sobre o grupo das mulheres? É nesse aspecto que o conceito de empoderamento perde seu sentido coletivo e assume um caráter reformista (Moraes, 2022). Quando pensamos acerca deste conceito, devemos ressaltar que o objetivo central de ser uma mulher empoderada é o questionamento sobre as opressões e, a partir disso assumir o controle sobre nossos corpos.

Neste capítulo o foco foi em discorrer acerca da construção histórica da relação social entre os sexos. Buscamos também identificar de que maneira o discurso das entidades de fomento ao empreendedorismo reproduzem as problemáticas presentes nas relações de sexagem. Partindo do conceito de divisão sexual do trabalho e das teorias abordadas nos tópicos anteriores, no próximo capítulo serão apresentados, através da análise de conteúdo, os dados coletados a partir de entrevistas.

Capítulo 3 – Empreendedorismo e divisão sexual do trabalho: a naturalização das relações sociais de sexo

Nos capítulos anteriores desenvolvemos uma análise acerca do empreendedorismo, e de que forma ele carrega consigo aspectos da divisão sexual do trabalho. Para isso, analisamos a construção histórica das relações sociais entre os sexos, de forma a identificar a maneira pela qual as entidades de fomento ao empreendedorismo reproduzem estereótipos problemáticos presentes nas relações de sexagem. Neste capítulo, cujo foco é apresentar os dados da pesquisa de campo, partimos de um conceito ampliado de trabalho, considerando não apenas o trabalho assalariado, mas também o trabalho doméstico gratuito. A partir da técnica de análise de conteúdo, refletimos sobre como aspectos da divisão sexual do trabalho impactam de maneiras distintas o dia a dia de mulheres e homens empreendedores.

Foram realizadas 20 entrevistas, onde 10 pessoas se identificaram como homens e outras 10 como mulheres. O início das entrevistas ocorreu no dia 13 de novembro de 2024. Um pouco antes desta data, por volta do dia 02 de novembro de 2024, foi feita uma entrevista pré teste. Após a entrevista pré teste realizamos algumas alterações no formulário de perguntas, onde incluímos questões voltadas ao tempo disponível para o lazer e as atividades desenvolvidas neste período por cada empreendedor. Dessa forma, as entrevistas ocorreram de novembro de 2024 até fevereiro de 2025. A proposta inicial era que, junto as entrevistas, fosse realizado um Diário de uso do tempo. O objetivo central da utilização do Diário era a coleta de dados quantitativos acerca do tempo de dedicação dos empreendedores ao seu trabalho e ao trabalho doméstico. Porém, após a realização de 3 entrevistas, chegamos à conclusão de que o Diário do tempo não era a melhor estratégia a ser utilizada.

Por se tratar de pessoas autônomas, que possuem o próprio negócio e dedicam grande parte do seu dia a isso, os participantes se negaram a preencher o Diário, alegando não terem tempo disponível. Dessa forma, buscando nos adequar a realidade dos entrevistados, optamos por seguir apenas com o formulário de questões, realizando assim uma entrevista estruturada por pautas, a saber: dados de perfil; biografia; histórico de trabalho remunerado/carreira; histórico da atividade empreendedora e aspectos da divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidado. Foram realizadas apenas perguntas abertas, proporcionando um aprofundamento acerca das pautas já citadas.

Outra estratégia para se adequar à rotina dos entrevistados foi apresentar a eles a possibilidade de realizar entrevistas remotas. Ficou a critério de cada um escolher se a entrevista

seria presencialmente ou por vídeo chamada. A maioria optou por realizar presencialmente, mas aos que não tinham tempo disponível ou que residiam em outra cidade que não fosse Uberlândia (Minas Gerais), a entrevista foi feita de maneira remota. Um dos critérios de seleção dos entrevistados foi o rendimento mensal livre. Estabelecemos um teto de rendimento de até 9 salários-mínimos. Outro critério de seleção foi a necessidade de formalização do empreendimento, dessa forma, todos os entrevistados possuíam MEI (Microempreendedor Individual) ou Simples Nacional. Buscamos entrevistar empreendedores de diferentes raças e idades. A técnica escolhida para captar os entrevistados foi a bola de neve, dessa forma, os próprios empreendedores indicavam colegas que também possuíam seu próprio negócio.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados. Antes de dar início às questões, todos tiveram acesso a um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que continha os objetivos centrais desta pesquisa e solicitava a autorização para a gravação do áudio e para a divulgação dos resultados. Nenhum dos entrevistados recebeu remuneração pela participação na pesquisa, porém eles também não tiveram nenhum custo com os procedimentos. Todos os nomes utilizados são fictícios, visando preservar a privacidade dos entrevistados. Todos concordaram com o Termo de Consentimento e confiaram seus dados a este estudo. Após a utilização dos dados coletados, as gravações das entrevistas serão destruídas.

Ao fim da realização das entrevistas chegamos em um impasse. O objetivo inicial era fazer uma análise de comparação entre a realidade dos homens e das mulheres que empreendem, de forma a apontar como a divisão sexual do trabalho impacta na relação de cada um com o seu negócio. Porém, analisando todas as informações, percebemos que não seria possível desenvolver uma comparação entre homens e mulheres. Por utilizarmos a técnica bola de neve, o público entrevistado foi muito diverso. Dessa forma, não houve margem para comparar pessoas que possuem realidades tão distintas. Então optamos por fazer adequações no método comparativo.

Ao invés de colocar em oposição o grupo dos homens e o grupo das mulheres, se tornou mais viável e interessante para o estudo, comparar as diferentes realidades dentro do mesmo grupo. Mulheres solteiras são impactadas de maneira diferente pelas relações sociais de sexo, em relação a mulheres casadas. Mães que possuem filhos pequenos são afetadas de forma diferente pela divisão sexual do trabalho em relação a mães que possuem filhos adultos. O mesmo ocorre com o grupo dos homens. Dessa forma, optamos por desenvolver um debate sobre como a divisão sexual do trabalho se mostra de maneira distinta dentro de um mesmo

grupo social. Buscamos produzir uma análise pautada na realidade dos entrevistados, que discorra sobre esse grupo particular, o foco não é elaborar uma análise geral.

Como já citado, foram entrevistados 10 mulheres e 10 homens. No grupo das mulheres 50% são solteiras enquanto os outros 50% são casadas. Em relação a raça declarada, 60% se declararam como mulheres brancas, enquanto 40% se declararam como pretas ou pardas. Em relação ao tipo de negócio, tivemos uma grande variação. A maior parte das entrevistadas possuem empreendimentos na área da estética e beleza, porém a forma com a qual cada uma se define dentro de seu negócio foi muito plural. Na tabela abaixo está um levantamento do perfil das entrevistadas.

Tabela 9 – Dados de perfil das mulheres empreendedoras entrevistadas.

MULHERES EMPREENDEDORAS					
Nome	Idade	Situação Civil	Nível de escolaridade	Raça	Tipo de negócio
Débora	32 anos	Solteira	Ensino médio completo	Parda	Artesã
Ana Laura	48 anos	Casada	Ensino médio completo	Branca	Área da beleza
Luana	22 anos	Solteira	Ensino médio completo	Preta	Massoterapeuta
Fernanda	23 anos	Casada	Ensino médio completo	Parda	Cabeleireira
Letícia	27 anos	Casada	Ensino médio completo	Branca	Confeiteira
Rafaela	22 anos	Solteira	Ensino médio completo	Branca	Tatuadora

Patrícia	22 anos	Solteira	Ensino médio completo	Preta	<i>Nail designer</i> ²
Joana	33 anos	Casada	Superior completo	Branca	Terceirização de financeiro
Fátima	29 anos	Solteira	Ensino médio completo	Branca	Vendedora de semi joias
Maiara	49 anos	Casada	Ensino fundamental incompleto	Branca	Manicure e pedicure

Fonte: Elaboração própria (2025).

Devido a pluralidade no tipo de negócio, nos vimos diante de uma diversidade de frações de classe. Todas compõem a classe trabalhadora, porém se encontram em patamares distintos. Temos desde empreendedoras que possuem rendimento livre mensal de 1 a 3 salários mínimos, até as que possuem rendimento de 5 a 7 salários. Dessa forma, enquanto uma entrevistada relata que não possui máquina de lavar e precisa lavar suas roupas na mão, outra nos informa que possui condições materiais de contratar uma diarista para lhe auxiliar nos trabalhos domésticos de 15 em 15 dias.

A faixa etária vai de 22 anos até 49 anos. O momento da vida em que cada uma se encontra também diz muito sobre seu negócio. Das 10 entrevistadas, 4 são mães. Duas possuem filhos pequenos, que demandam cuidado constante, e outras duas já possuem filhos mais velhos. A idade de seus filhos é determinante no tempo de trabalho dedicado ao negócio, e na forma pela qual são impactadas por aspectos da divisão sexual do trabalho. Temos desde empreendedoras que dedicam 6 horas diárias ao seu negócio, até as que relatam que dedicam 15 horas do seu dia ao seu empreendimento. Dessa forma, no próximo tópico iremos discorrer sobre as semelhanças e diferenças no relato de cada entrevistada, ressaltando aspectos da divisão sexual do trabalho.

A pluralidade em relação aos tipos de negócio e a realidade social também foi observada no grupo dos homens. Dos 10 entrevistados, 70% são casados, 20% solteiros e 10% divorciado.

² Nail design, ou design de unhas, é a arte de decorar, pintar e alongar as unhas com diferentes técnicas. A nail designer é a profissional que realiza esses procedimentos.

Tivemos entrevistados na faixa de idade de 20 até 61 anos. Assim como no grupo das mulheres, no grupo dos homens, em relação a raça, 60% se declararam brancos, enquanto 40% se declararam como pretos ou pardos. Na tabela abaixo está um levantamento do perfil dos entrevistados.

Tabela 10 - Dados de perfil dos homens empreendedores entrevistados.

HOMENS EMPREENDEDORES					
Nome	Idade	Situação Civil	Nível de escolaridade	Raça	Tipo de negócio
Rafael	22 anos	Casado	Ensino médio completo	Branco	Vestuário masculino
Matheus	33 anos	Casado	Ensino médio completo	Branco	Tatuador
Rogério	55 anos	Casado	Ensino médio completo	Branco	Ferragista
Gustavo	26 anos	Solteiro	Ensino médio completo	Preto	Consultoria de tecnologia
Vitor	51 anos	Casado	Superior completo	Pardo	Consultoria de normas de certificação de segurança de alimentos.
Fabício	61 anos	Casado	Ensino médio completo	Pardo	Vendedor de semi joias
João Pedro	28 anos	Casado	Superior completo	Preto	Loja de equipamentos de proteção e ferramentas

Lucas	26 anos	Casado	Ensino médio completo	Branco	Adega e tabacaria
Guilherme	20 anos	Solteiro	Ensino médio completo	Branco	Empresa de audiovisual, consultoria esportiva e loja de suplementos.
Fábio	51 anos	Divorciado	Ensino médio completo	Branco	Venda de sanduiche

Fonte: Elaboração própria (2025).

No grupo dos homens, de 10 entrevistados, 4 possuem filhos, porém nenhum deles possui filhos pequenos. A pluralidade no tipo de negócio, no tempo que empreende, na idade, e na visão que tem acerca do empreendedorismo, colocou os entrevistados em patamares distintos. Todos compõem a classe trabalhadora, porém temos desde empreendedores que possuem rendimento livre mensal de 1 a 3 salários mínimos, até os que possuem de 7 a 9 salários. Enquanto um empreendedor relata que abriu seu negócio há pouco mais de um mês, outro aponta que empreende no mesmo ramo a 26 anos.

O tratamento analítico dos dados foi desenvolvido a partir de 5 eixos de análise: relações sociais de sexo e empreendedorismo; divisão sexual do trabalho; conciliação trabalho e família; dom e qualificação, e naturalização da divisão sexual do trabalho. Dessa forma, foi feita uma análise de conteúdo onde identificamos nas entrevistas cada trecho relacionado a estes 5 eixos. No próximo tópico iremos aprofundar no debate acerca da divisão sexual do trabalho e de que forma ela interfere no dia a dia de mulheres e homens empreendedores com realidades distintas.

A relação estabelecida entre as empreendedoras e o trabalho doméstico não pago

A construção das relações sociais de sexo produziu uma hierarquia, onde o grupo dos homens exerce “poder” sobre o grupo das mulheres. Kergoat (2002) nos mostra que, no âmbito do trabalho, isso resultou em uma divisão sexual do trabalho. Inflamada pela ideologia naturalista, que reduz o gênero dos indivíduos ao seu sexo biológico, a divisão sexual do

trabalho segmenta o trabalho, seja ele remunerado ou não, com base nas relações sociais de sexo.

Como já foi citado no capítulo anterior, a divisão sexual do trabalho destina aos homens, prioritariamente, a esfera produtiva, e às mulheres a reprodutiva de nossa sociedade. Existem dois princípios que organizam esta divisão: a separação e a hierarquização (Kergoat, 2002). O princípio da separação determina quais postos de trabalho são característicos de cada grupo social, e o da hierarquização determina quais trabalhos possuem um valor social elevado em relação a outros.

As relações de sexagem produzem um antagonismo entre o grupo dos homens e das mulheres permeado por desigualdades. Guillaumin (2014) nos mostra que a opressão sofrida pelas mulheres se constitui através do fenômeno da apropriação das mulheres pelos homens. Analisada em sua totalidade, essa apropriação possui um aspecto material e ideológico. O material se configura nas relações assimétricas entre os dois grupos, e o ideológico está relacionado a ideia de natureza, onde são atribuídas as mulheres características ditos “naturais” que buscam justificar a apropriação de seu tempo e seus corpos pelo grupo dos homens (Guillaumin, 2014).

Partindo do conceito de divisão sexual do trabalho e apropriação, iremos dar início à análise de conteúdo das entrevistas realizadas. *A priori* é necessária uma contextualização acerca da realidade do grupo entrevistado. O debate iniciará pelo grupo das mulheres, no decorrer da análise buscamos apontar como a divisão sexual do trabalho e o fenômeno da apropriação ocorre de maneira distinta em relação a situação civil, a classe social e ao tipo de negócio da entrevistada.

A primeira entrevistada que gostaríamos de chamar atenção é Débora. Ela é uma mulher parda, solteira, que possui 33 anos. Ao ser questionada sobre o que é seu negócio, Débora se declarou como artesã. O foco do seu empreendimento é a produção e venda de joias em macramê. Ela cresceu em uma pequena cidade do interior de Minas Gerais chamada de Cabeceira Grande, onde morou até seus 14 anos de idade. Com 15 anos sua mãe se mudou para Unai, Débora foi junto e permaneceu na cidade até seus 20 anos. Seu primeiro emprego formal foi por volta do ano de 2007, quando ainda era menor de idade, ela trabalhou em um hotel como recepcionista. Ela relata que antes de se tornar recepcionista já foi catadora de latas, e também auxiliava sua mãe como empregada doméstica. “Em Unai eu trabalhei como doméstica, auxiliei minha mãe como doméstica, cuidei de criança também, babá. Mas foi períodos muito curtos,

dois meses, um mês, não foi algo muito longo esse de doméstica e babá em Unai” (Débora, 2025).

Após o cargo de recepcionista, já maior de idade, Débora trabalhou em uma loja que consertava máquinas de datilografia, e em seguida foi trabalhar em um comércio de aviamentos. Nesse período, atuando na loja de aviamentos, Débora, junto de sua namorada da época, começou a vender bombons nas faculdades à noite. Era uma forma de adquirir uma renda extra. Com cerca de 21 anos, ela se mudou para Brasília, onde trabalhou por 2 anos como vendedora no shopping.

Seu interesse por artesanato iniciou quando, já em Brasília, Débora se encontrou com uma antiga amiga. Essa amiga trabalhava viajando e vendendo artesanato na rua, ela foi a responsável por ensinar Débora a produzir peças. No final do ano de 2015, Débora foi demitida de seu emprego como vendedora, dessa forma, com seu acerto rescisório em mãos e recebendo seguro desemprego, ela resolveu viajar por 5 meses vendendo seu artesanato. Dessa forma, em 2016 ela deu início ao seu negócio. Débora viajou o Brasil todo com a venda de seu produto, ela descreve que só não conheceu a região Nordeste do país, todas as outras ela visitou. Atualmente ela deixou de ser uma artesã itinerante e se estabeleceu na cidade de Uberlândia. Hoje ela trabalha sozinha e utiliza as redes sociais, em especial o Instagram para promover a venda de suas mercadorias. Além das vendas digitais, Débora também participa de feiras de artesanato que acontecem na cidade. Atualmente seu empreendimento lhe proporciona um rendimento livre de 1 a 3 salários mínimos.

Quando questionada sobre o tempo de dedicação ao seu negócio, Débora não conseguiu colocar em números, ela apenas apontou que trabalha desde o período da manhã, até o fim de tarde. Por trabalhar em sua casa, por vezes ela se vê conciliando o seu negócio com o trabalho doméstico. Como ela mora sozinha, não há divisão de funções, dessa forma, seu tempo de dedicação diário ao trabalho doméstico é em torno de 2 a 3 horas. Na segunda feira, que é o dia dedicado à limpeza da casa, ela aponta que passa o dia todo por conta deste trabalho.

Eu tiro uma vez na semana assim, que geralmente é na segunda, para limpar, organizar, tem as roupas para lavar também ne. Eu ainda não tenho máquina, então estou lavando na mão. Mas tem que ta sempre conciliando assim, vem faz o almoço, volta... Eu tento fazer marmita de arroz e feijão e já deixar pronta para só ter que complementar com salada, mas é essa jornada dupla o tempo todo assim. (Débora, 2025)

Apesar de não ser mãe e de morar sozinha, Débora aponta que realiza uma “jornada dupla o tempo todo”. Como já citado, hoje seu negócio lhe proporciona de 1 a 3 salários

mínimos, dessa forma, atualmente Débora não possui condições financeiras para comprar uma máquina de lavar, em sua entrevista ela nos relatou que lava suas roupas na mão. Isso nos mostra como a condição de classe é um fator relevante quando pensamos sobre o impacto que o trabalho doméstico tem sobre o tempo de dedicação ao negócio. Quando falamos sobre o trabalho doméstico não pago, não devemos olhar apenas para a questão de gênero, mas considerar também a questão de classe. Essa “jornada dupla” citada pela entrevistada nos mostra a imbricação de opressões as quais ela está exposta.

Assim como Débora, Patrícia também mora sozinha e lida com o trabalho doméstico sem dividir funções. Patrícia é uma mulher preta, solteira, que possui 22 anos e atualmente se declara como Nail Designer. Ela nasceu na cidade de Campinas, São Paulo, porém mora em Uberlândia, Minas Gerais, desde os seus 6 meses de vida. Sua mãe é cabeleireira e possui seu salão próprio, dessa forma, desde os 14 anos de idade ela já auxiliava nos afazeres do salão. Com 17 anos ela fez um curso de alongamento de unha com fibra de vidro, a partir deste curso de Nail Designer ela passou a atender as clientes que frequentavam o salão de sua mãe.

Hoje seu negócio lhe proporciona um rendimento livre de 1 a 3 salários mínimos. Seu tempo de dedicação é em torno de 15 horas por dia. Por morar sozinha, ela se torna a única responsável pelos afazeres domésticos. Seu tempo de dedicação diário ao trabalho doméstico é por volta de 2 horas, porém, na segunda feira, que é seu dia de folga, ela apontou que dedica cerca de 6 horas ao trabalho doméstico. Em seus momentos de lazer ela gosta de ler, jogar vôlei e ver a família.

Fátima tem uma realidade similar a Débora e Patrícia no quesito trabalho doméstico. Ela é uma mulher branca, de 29 anos, solteira, que reside na cidade de São José do Rio Preto. Fátima possui um empreendimento voltado para a fabricação e venda de semi joias. Sua família empreende nesta área desde que ela é criança. Ela diz que sempre esteve ao redor do trabalho de seus pais. Quando saiu do ensino médio, por volta dos seus 18 anos, Fátima ingressou de maneira mais presente no negócio de sua família. Responsável pela parte administrativa, ela é quem realiza as vendas e a contabilidade do empreendimento. A parte da produção fica por conta de seus pais e seu irmão.

Seu rendimento livre mensal é de cerca de 5 salários mínimos. Assim como as entrevistadas já citadas, Fátima mora sozinha, dessa forma ela é a única responsável pelo trabalho doméstico em sua casa. Quando questionada sobre o tempo de dedicação ao seu empreendimento, ela nos relata que dedica “muitas horas. Eu acordo e já vou trabalhar direto.

Não penso o dia inteiro no trabalho, mas ali das 8 às 8, pelo menos, tô focada em trabalho. Quase 12 horas” (Fátima, 2025). Já o tempo de dedicação diário ao trabalho doméstico é em torno de 2 horas por dia. Aos fins de semana, dias em que está de folga, ela se dedica por mais tempo, cerca de 4 horas.

Por serem mulheres que moram sozinhas Débora, Patrícia e Fátima não dividem o trabalho doméstico com nenhum outro indivíduo. As três dedicam a maior parte do seu dia ao seu negócio. Dessa forma, o tempo de dedicação ao trabalho doméstico diário se torna menor, com exceção aos dias de folga, onde o tempo dedicado ao lazer disputa espaço com os afazeres domésticos. Porém, quando lançamos nosso olhar para mulheres que são casadas, a realidade se apresenta de maneira diferente.

Ana Laura é uma mulher branca, casada, que tem 48 anos. Ela possui dois filhos, um menino de 16 anos e uma menina de 10 anos. Ela nasceu e cresceu em Uberlândia, Minas Gerais. Seu primeiro trabalho foi com 18 anos, onde ela atuou como recepcionista em uma escola de informática. Com 22 anos ela foi contratada por uma empresa multinacional brasileira, no setor de Telemarketing. Nesta empresa ela permaneceu por 18 anos, iniciou com um cargo administrativo, depois migrou para o cargo de analista e finalizou sua trajetória na empresa como gestora de equipe.

Após conseguir um acordo para ser demitida de seu emprego, Ana Laura permaneceu um tempo fora do mercado de trabalho. Sua principal motivação para deixar seu cargo foi a sobrecarga de conciliar o trabalho com sua família.

Quando sai de lá eu já tava no segundo filho, aí era uma sobrecarga muito grande de filho, casa, trabalho... e lá exigia muito, além da carga horária né, exigia muito físico e psicológico né, que era uma pressão muito grande, ainda mais quando você toma conta de uma equipe né, aí eu resolvi parar porque depois que a minha filha nasceu eu queria dedicar mais a ela, e mais a família né... aí eu pensei assim, eu vou parar, mas não sei o que eu vou fazer ainda, vou parar um tempo. (Ana Laura, 2025)

Quando Ana Laura decidiu que era hora de voltar ao mercado de trabalho, ela optou por empreender na área da beleza. Dessa forma, ela realizou cursos voltados a designer de sobrancelha e depilação. Seu objetivo em empreender era possuir mais autonomia em relação aos seus horários e buscar um ganho maior em relação ao que possuía como trabalhadora CLT. Hoje ela trabalha em um estúdio que fica próximo à sua casa. Quando questionada sobre o tempo de dedicação ao seu negócio, Ana Laura aponta que se dedica em média 12 horas do dia ao empreendimento. Atualmente ela trabalha sozinha e é a principal provedora de sua família, pois possui um rendimento livre de mais de 5 salários mínimos.

Em sua casa moram 5 pessoas: Ana Laura, seu marido Rogério, seus filhos e sua sogra. Quando questionada sobre o tempo de dedicação ao trabalho doméstico ela aponta que enquanto está em casa ela se dedica ao trabalho doméstico e ao cuidado dos filhos. A cada 15 dias ela conta com a ajuda de duas mulheres no trabalho doméstico. Para as empreendedoras que podem pagar, as ajudantes servem como um amortecedor da sobrecarga que elas possuem com as tarefas domésticas e de cuidado.

Eu tenho uma ajudante que vai de 15 em 15 dias, e uma passadeira que vai de 15 em 15... o dia a dia, a gente vai administrando assim né, eu faço almoço, meu filho lava a louça, meu marido quando precisa lavar banheiro e terreiro ele lava, a minha filha dobra as roupas, ela me ajuda a lavar roupa, minha sogra não faz nada (risos). Mas é assim, mas assim, eu falo que serviço de casa nunca termina né, se eu chegar lá agora tem coisa pra fazer, se eu ficar fazendo eu vou até a hora de deitar né. Eu fico responsável pela organização da casa, pela comida, lavar roupa, é isso. (Ana Laura, 2025)

A dedicação de Ana Laura ao trabalho doméstico não pago só não é maior pois seus filhos já são relativamente autônomos, e, inclusive, ajudam nas tarefas domésticas. Quando seus filhos eram pequenos, ela teve que parar de trabalhar devido a sobrecarga “filho, casa, trabalho...” Com os filhos mais velhos, ela viu a possibilidade de dedicar 12 horas do seu dia ao seu negócio, viabilizando assim a contratação de duas mulheres para auxiliá-la no trabalho doméstico.

A próxima entrevistada que gostaríamos de ressaltar é Fernanda. Nos chama atenção como o marido de Ana Laura e de Fernanda possuem a mesma tarefa na divisão do trabalho doméstico: a limpeza da área externa da casa. *A priori* cabe contextualizar que Fernanda é uma mulher preta, casada, com 23 anos e que possui um filho de um ano e oito meses.

Desde 2019 ela atua como cabeleireira especialista em cachos. Ela cresceu na cidade de Patrocínio, Minas Gerais, e é filha única de pais separados. Fernanda se mudou para Uberlândia com o objetivo de cursar Geografia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), porém ela não conclui seu curso, pois optou por focar em seu trabalho. Seu primeiro trabalho foi aos 14 anos de idade como jovem aprendiz. Ela trabalhava em uma escola como bibliotecária. Além de atuar na biblioteca, ela também auxiliava no berçário, cuidando de crianças que possuíam entre 1 e 2 anos. Após seu trabalho como menor aprendiz, já com 17 anos, ela decidiu abrir um pequeno brechó. Fernanda garimpava peças em brechós de sua cidade e as revendia através do Instagram.

No ano de 2019, quando decidiu mudar de cidade, Fernanda viu a necessidade de encontrar uma nova fonte de renda. Seu objetivo era não depender financeiramente de sua mãe,

já que ela era a única pessoa que lhe oferecia suporte financeiro. “Meu pai, ele caga pra mim. Então assim, se for pra depender da pensão, ele me fez assinar um termo que era pra ele parar de pagar pensão. Então, depois que eu conheci o meu marido e a gente começou a morar junto, meu pai me fez assinar esse termo.” (Fernanda, 2025)

Dessa forma, após 6 meses dedicados à graduação, ela resolveu realizar um curso com foco em cachos e atuar como cabeleireira. Seu primeiro trabalho na sua área de atuação foi em um salão de cabeleireiro perto da UFU. Após alguns meses, ela passou a atender em sua própria residência. Devido ao aumento de clientes, Fernanda optou por encontrar um novo espaço para seu negócio, migrando para uma casa localizada no centro de Uberlândia. Após mudar seu local de atendimento por mais 3 vezes, atualmente ela voltou a atender em sua residência.

Com uma clientela já estabelecida e um rendimento livre de mais de 5 salários mínimos, hoje ela se tornou a principal provedora de sua casa e adquiriu condições financeiras para se mudar para um sobrado de dois andares, concentrando seu salão na parte de baixo. Fernanda trabalha em parceria com mais uma cabeleireira, também especialista em cachos, e possui uma funcionária, que fica responsável pela organização de sua agenda de atendimentos. Quando questionada sobre quanto tempo se dedica ao seu negócio, ela aponta que por volta de 6 horas do dia. Já seu marido trabalha cerca de 8 horas por dia, ele atua como motorista de aplicativo e dreadmaker.

Em sua casa moram 3 pessoas: Fernanda, seu marido e seu filho. Quando questionada sobre o tempo de dedicação ao trabalho doméstico e ao trabalho de cuidado, ela aponta que gasta cerca de 7 horas do seu dia. Seu filho frequenta um hotelzinho a partir das 10 horas de manhã, o período que ele está lá é o que ela tem para se dedicar ao seu empreendimento e ao trabalho doméstico. Um ponto que nos chamou atenção é que, durante a entrevista, quando questionada sobre o tempo que seu marido dedica ao trabalho doméstico e de cuidado, ela aponta que eles dividem todas as responsabilidades pela metade. Porém enquanto realizávamos a entrevista, que foi feita de maneira remota, tivemos que interromper nossa conversa diversas vezes para que Fernanda pudesse cuidar de seu filho. Apesar de seu marido estar em casa no momento da entrevista, ela precisou: impedir que seu filho quebrasse seu carregador de celular, vestir ele pois a criança conseguiu retirar a fralda, e alimentá-lo no horário correto.

Quando questionada sobre quais tarefas cada um fica responsável, ela citou que:

Eu acho que tem coisa que eu consigo fazer, que eu tenho mais facilidade de fazer do que ele, tipo o quintal. Ele fica mais por conta do quintal, porque é um trabalho mais pesado, sabe? Eu fico mais por conta de arrumar os quartos e tal, lavar uma loucinha. Mas ele fica num trabalho que é um pouco mais pesado. (Fernanda, 2025).

Retomando o ponto que gostaríamos de destacar, assim como Rogério - marido de Ana Laura – o marido de Fernanda é responsável, principalmente, pelo cuidado com a área externa da casa. Isso nos mostra que ambos são responsáveis por tarefas que não demandam dedicação diária. Cozinhar e lavar as louças já se enquadram em atividades que precisam ser realizadas diariamente. Dessa forma, até mesmo quando existe divisão de tarefas, as mulheres se veem em desvantagem, e tem seu tempo apropriado.

Apesar de terem seu tempo apropriado pelo trabalho doméstico e exercerem tarefas que demandam mais dedicação, Ana Laura e Fernanda não encaram a divisão de tarefas em seus lares como problemática. Há um ocultamento das relações de sexagem, de forma que as entrevistadas naturalizam a divisão sexual do trabalho, ignorando a sobrecarga que ela produz. De acordo com Guillaumin (2014) a apropriação geral de um grupo por outro, faz com que as mulheres vejam seu tempo e seu trabalho à disposição dos homens, e nos casos citados, não problematizem esse fato.

Assim como Fernanda, Joana também é mãe. Seu filho possui 7 anos de idade. Joana é uma mulher branca, casada, de 33 anos. Ela nasceu e cresceu em São José do Rio Preto, interior de São Paulo. Começou a trabalhar com 15 anos de idade, como estagiária em uma empresa. Durante 3 anos ela permaneceu como estagiária, e após a finalização do seu ensino médio, ela foi efetivada. Ao todo foram 14 anos trabalhando na mesma empresa. Já como efetiva, Joana passou a atuar no setor financeiro, logo após foi para o departamento de qualidade, e em seguida para o departamento de controladoria, onde ela era responsável por todo o financeiro. O dono da empresa em que Joana atuava possuía cinco fazendas no Mato Grosso, dessa forma, além de ser responsável pelo financeiro da empresa, ela passou a fazer o controle dos gados e dos equipamentos presentes nestas fazendas.

Quando ainda trabalhava nesta empresa, ela recebeu uma proposta de uma amiga. Essa amiga terceirizava trabalhos do setor de marketing para diversas empresas. Vendo que muitas empresas necessitavam de um suporte no setor financeiro, ela propôs a Joana iniciar nesse ramo da terceirização. O primeiro cliente de Joana foi indicação de sua amiga. Ela atendia esse cliente no seu horário de almoço, uma vez por semana. Vendo a possibilidade de um negócio rentável, que suprisse o seu salário atual, Joana optou por sair da empresa que estava a 14 anos e iniciar seu próprio negócio.

Na época, o meu filho era pequeno e uma das coisas que estavam me desanimando lá na empresa era que, como as fazendas eram no Mato Grosso, eu tinha que viajar. E às vezes, eu ficava dois, três dias longe dele, porque ele tinha dois aninhos e aquilo me

cortava o coração. Então, eu já estava procurando algo aqui em Rio Preto, mas que eu não precisasse viajar. E aí, surgiu essa oportunidade de empreender. E aí, aceitei e já está indo... Eu acho que esse agora é o meu terceiro ano já, trabalhando para mim mesmo, na minha própria empresa. (Joana, 2025)

A conciliação entre trabalho e cuidado com os filhos é um tópico citado por todas as entrevistadas que são mães. Ana Laura, por exemplo, permaneceu por 6 anos atendendo suas clientes em sua casa, e um dos principais motivos foi a necessidade de estar perto de seus filhos. Na época em que iniciou seu negócio, sua filha possuía 2 anos.

Eu fui atender em casa também, um dos motivos de atender em casa, era estar perto das crianças, porque a minha filha tinha 2 aninhos então ela não podia ficar sozinha, então eu atendia lá no espaço de casa e ao mesmo tempo ficava de olho nela, fazia as duas coisas ao mesmo tempo. Ai hoje ela com 10 anos né, com 7 anos mais ou menos, 7 ou 6 que eu vim pra cá, eu pensei assim, agora a minha filha já cresceu, o meu filho já ta grande, já posso sair né, porque eu queria buscar outras formas de agregar, que ai eu trouxe o laser, que lá em casa eu ficava meio sem agregar nada, foi onde eu vim pra cá. (Ana Laura, 2025)

Enquanto a preocupação em não deixar a filha sozinha faz parte do passado de Ana Laura, para Fernanda isto diz respeito ao seu presente. Quando questionada sobre quanto tempo ela dedica ao seu empreendimento, ela aponta que atualmente seu ritmo de trabalho diminuiu, pois estar com seu filho se tornou sua prioridade.

Olha, eu já reduzi muito por causa do meu filho. Porque ele é pequeno, né? Então, assim, ele vai ficar pequeno desse jeito muito pouco tempo. Então, assim, antigamente eu ia pro salão 9, saía meia-noite. Então, eu não tava muito ligando pra isso. Mas, hoje em dia, eu acho que eu posso colocar em umas... Ah, vamos colocar umas 6 horas. Seis horas do dia, assim. Assim, às vezes dá mais, mas... Vamos deixar seis, na média. (Fernanda, 2025)

Em nenhum dos relatos onde os filhos são citados, as entrevistadas falam que seus maridos precisaram diminuir o ritmo de trabalho, assim como elas fizeram. Há uma naturalização no movimento de assumir de maneira integral a responsabilidade pelo cuidado com os filhos. Adiante traremos o relato de Rogério, marido de Ana Laura, para exemplificar como o cuidado com os filhos não é pauta no seu discurso. A apropriação do tempo e dos corpos das mulheres, traz sequelas ao processo de formação de suas individualidades. Por estarem de maneira constante submetidas a responsabilidades físicas, as mulheres possuem uma dificuldade em realizar escolhas próprias, pautadas apenas em si. Sempre é considerado o cuidado que o outro necessita. Nos casos citados, os filhos se tornam pauta central.

Como já citado, um dos fatores centrais que motivaram Joana a empreender, foi a possibilidade de deixar de viajar a trabalho, e ter mais tempo de dedicação ao cuidado com seu

filho. Quando questionada sobre quais são os maiores desafios que ela enfrentou durante sua vivência como empreendedora, ela descreve que:

Às vezes, você tem que trabalhar até 10 horas da noite, né? Então, só que por outro lado, assim, uma coisa que eu gosto muito no empreendedorismo é que deu poder fazer meus horários, né? Deu poder estar mais próximo do meu filho. Então, hoje eu levo ele na escola, eu busco ele na escola. Uma coisa que se eu estivesse trabalhando onde eu trabalhava, ficaria mais complicado, né? (Joana, 2025)

Joana ressalta, durante toda a entrevista, como a flexibilidade de horário é um dos fatores que mais lhe agrada em empreender. Ter a possibilidade de realizar outras atividades durante seu expediente é descrito como uma grande vantagem. Mais uma vez a divisão sexual do trabalho é naturalizada, pois em nenhum momento ela cita que seu marido, que também é empreendedor, faz o mesmo movimento. Quando questionada sobre quanto tempo ela se dedica diariamente ao trabalho doméstico e de cuidado, ela aponta que em torno de 4 a 5 horas. Já seu marido é cerca de 2 horas diárias. Enquanto seu marido trabalha de segunda a sexta o dia todo, totalizando cerca de 40 horas semanais, Joana dedica, em média, 7 horas diárias ao seu negócio. E enquanto trabalha, ela diz que realiza tarefas domésticas em sua casa.

O relato de Joana, que exalta a flexibilização e a possibilidade de conciliar trabalho assalariado e trabalho doméstico e de cuidado, é muito similar ao de sua mãe, Maiara, que se viu diante da mesma problemática, porém em épocas distintas. *A priori*, cabe contextualizar quem é Maiara e qual a sua história, para materializarmos de que maneira a divisão sexual do trabalho interfere na sua vivência.

Maiara é uma mulher branca, de 49 anos, casada. Ela possui duas filhas, Joana de 33 anos, e outra de 29 anos. Maiara nasceu e cresceu em São José do Rio Preto, veio de uma família com 5 irmãos e relata que teve uma infância um pouco difícil. Seu primeiro trabalho foi com 10 anos de idade como empregada doméstica, pois ela precisava ajudar sua mãe a conseguir dinheiro para sustentar sua família. Com 15 anos ela engravidou de sua primeira filha, dessa forma, ela se mudou para a casa da família de seu atual esposo. Com 16 anos, 6 meses após ter sua primeira filha, Maiara teve seu primeiro emprego CLT, porém 4 anos depois ela engravidou novamente e optou por deixar de trabalhar.

Fiquei 2 anos sem trabalho cuidando das minhas filhas e das coisas de casa. Costumava por lazer fazer unha de algumas amigas e de pessoas da família. Como eu precisava ganhar dinheiro e fazia bem, elas começaram a me incentivar a virar manicure profissional, eu decidi começar atender em casa e deu muito certo. Também aprendi algumas coisas como cabelereira, mas por gostar mais de fazer unha decidi me dedicar a isso, e fazem 27 anos que sou manicure. Também faço alguns serviços de cabeleireira, mas é bem pouco. (Maiara, 2025)

Quando questionada sobre qual o principal motivo para empreender, Maiara apontou que “Eu tinha duas filhas pequenas, precisava trabalhar e ao mesmo tempo cuidar delas. Como manicure eu conseguia fazer as duas coisas, ter minha própria agenda e conciliar meu trabalho com cuidar das minhas filhas e da casa” (Maiara, 2025). Hoje seu negócio lhe proporciona um rendimento livre de 1 a 3 salários mínimos. Como suas duas filhas já são mulheres adultas, Maiara não precisa mais adequar sua rotina ao cuidado delas, porém apesar de morar junto de seu marido e sua filha mais nova, ela ainda é a única a realizar as tarefas domésticas. Quando questionada sobre quais tarefas ela fica responsável na divisão do trabalho doméstico, ela aponta que

Por todas, principalmente lavar a roupa e fazer comida. Meu esposo ajuda bem pouco, eu tenho que pedir. Minha filha ajuda com faxina as vezes nos finais de semana, com a louça e tenta me ajudar a manter a casa em ordem durante a semana (Maiara, 2025).

Nos intervalos entre uma cliente e outra, ela se dedica, ao todo, cerca de 5 horas por dia ao trabalho doméstico. Quando questionada sobre o que gosta de fazer nos momentos de lazer, Maiara aponta que não costuma aproveitar muito seus momentos de lazer, porém, ama estar com seu neto, filho de Joana, sempre que pode. Apesar de não precisar dedicar tempo de cuidado a suas filhas, Maiara faz questão de dedicar tempo de cuidado a seu neto.

Com base nos relatos citados, devemos considerar que, quando pensamos em mulheres empreendedoras, o trabalho doméstico não pago impacta diretamente no desenvolvimento de seus empreendimentos. As relações sociais entre os sexos são responsáveis por condicionar a realidade concreta através da qual as mulheres se tornam empreendedoras. Um dos motivadores para mulheres como Maiara, Joana e Ana Laura darem início ao seu empreendimento é a necessidade de conciliar o trabalho remunerado com o cuidado com seus filhos. E no caso de Fernanda, que já possuía um empreendimento antes de engravidar, o tempo de dedicação ao seu trabalho se torna menor. Não observamos o mesmo entre as empreendedoras solteiras que não possuem filhos. Débora, Fátima e Patrícia, por exemplo, são impactadas de forma significativa pelo trabalho doméstico apenas no seu tempo de dedicação ao lazer. No dia a dia, elas conseguem dedicar a maior parte do seu tempo ao seu negócio, trabalhando de 12 a 15 horas por dia.

A questão de classe, assim como a de gênero, também nos auxilia a compreender o impacto do trabalho doméstico nos empreendimentos das mulheres entrevistadas. Empreendedoras que possuem um rendimento mensal mais alto, e que tem condições de realizar

a contratação de outras mulheres para o trabalho doméstico que lhes é atribuído, possuem mais tempo disponível ao seu negócio. Dessa forma, no próximo tópico iremos discorrer sobre como a divisão sexual do trabalho impacta na realidade de homens empreendedores. O foco é compreender se no grupo dos homens existe uma diferença de impacto entre o trabalho doméstico não pago e o desenvolvimento de seus empreendimentos.

A relação estabelecida entre os empreendedores e o trabalho doméstico não pago

Como observamos no tópico anterior, a divisão sexual do trabalho, e a apropriação do tempo do grupo das mulheres pelo grupo dos homens, impactam de maneira significativa na relação de mulheres empreendedoras com o seu negócio. Durante a análise percebemos que, a depender da realidade da mulher, o impacto se apresenta de maneiras distintas. Nos exemplos citados, vimos que mulheres que são solteiras e moram sozinha possuem mais tempo para se dedicar ao seu empreendimento, enquanto mulheres casadas que possuem filhos, precisam conciliar diariamente o trabalho doméstico e de cuidado com seu negócio. Dessa forma, nosso foco neste capítulo é observar se o mesmo se aplica ao grupo dos homens. Vamos discorrer sobre a realidade de alguns entrevistados, optamos por trazer homens com realidades distintas: solteiro, casado, casado com filhos e divorciado, de forma a analisar como a relação com o trabalho doméstico se mostra em cada um dos casos.

Para iniciar a análise, vamos falar sobre Gustavo. Ele é um homem preto, de 26 anos, solteiro, que atua como Consultor de Tecnologias. Nascido em São José do Rio Pardo, interior de São Paulo, Gustavo começou a trabalhar quando tinha 12 anos. Seu primeiro emprego foi como cortador de frango em um restaurante. Após esse trabalho, com 15 anos, ele atuou como instalador de filtro de água na parte da tarde, e como auxiliar em uma pizzaria a noite. Com 17 anos ele começou a trabalhar como entregador. No ano de 2019 ele passou na Universidade Federal de Uberlândia para o curso de Sistema da Informação. Chegando em Uberlândia (Minas Gerais), ele começou a trabalhar como suporte técnico em uma empresa. Em 2021 ele já atuava como desenvolvedor júnior e em 2022 como desenvolvedor pleno. Durante seu trabalho como CLT, ele percebeu que através de um negócio próprio ele poderia aumentar sua renda, dessa forma, hoje ele possui um empreendimento como Consultor de Tecnologias. Seu negócio lhe proporciona um rendimento livre mensal de 3 a 5 salários mínimos.

Gustavo trabalha em horário comercial e também na parte da noite, das 20h até cerca de 2 horas da madrugada. Somando podemos apontar que ele dedica em média de 12 a 13 horas

do dia para seu trabalho. Quando questionado sobre como ele realiza a manutenção do trabalho doméstico, Gustavo apontou que a cada 15 dias ele contrata uma “mulher” para limpar sua casa.

A cada 15 dias eu chamo uma mulher para vir limpar aqui. Porque assim, minha casa junta muita poeira e aí fica difícil. E aí eu prefiro pagar uma pessoa que compra os produtos e dá um grauzão mesmo, porque aí vai mantendo a qualidade da casa. Só que eu mantenho, faço comida, passo pano no chão aqui, organizo as coisas. Então, eu vou mantendo até dar essa ajuda aí, quando alguém vem aqui me ajudar. (Gustavo, 2025)

Por contratar uma pessoa para realizar a limpeza de sua casa, ele aponta que seu tempo de dedicação diário ao trabalho doméstico é “no máximo 40 minutos. Porque assim, às vezes eu faço comida para a semana, no domingo. Então, eu só pego e esquento. E aí o meu problema é louça ou lavar roupa, entendeu? E passar uma vassoura aqui no chão. Então, não demora muito. Eu já pego e já faço rapidão” (Gustavo, 2025). Ele mantém seu ritmo de trabalho de segunda a sexta, os fins de semana ficam reservados para o lazer, e ocasionalmente, para cozinhar as suas refeições da semana. Por não possuir filhos, o tempo dedicado ao cuidado de outros não foi uma pauta na entrevista.

Assim como Gustavo, Guilherme também é um homem solteiro. Ele é branco, possui 20 anos, e mora em Jundiaí, São Paulo. Com 13 anos de idade ele começou a trabalhar com edição de vídeos e permaneceu até os 18 anos, quando formalizou seu negócio. Atualmente, ele é estudante de Nutrição, o que o encaminhou a abrir uma consultoria esportiva e uma loja de suprimentos. Hoje Guilherme atua em 3 segmentos diferentes e possui um rendimento livre mensal de 3 a 5 salários mínimos. Seu tempo de dedicação diário ao seu negócio é de 10 horas.

Guilherme mora com seus pais, dessa forma, há uma divisão do trabalho doméstico entre os três. Quando questionado sobre como é feita essa divisão, ele aponta que fica responsável pela preparação dos alimentos e pela organização de seu quarto, isso demanda cerca de 2 horas do seu dia. Seu pai, de acordo com ele, também possui o mesmo tempo de dedicação, porém sua mãe dedica cerca de 5 horas do seu dia com os cuidados com a casa. Guilherme acha a divisão justa pois é um acordo interno e confortável a todos.

Apesar de serem homens solteiros, Gustavo e Guilherme se apropriam do tempo de mulheres para a execução do trabalho doméstico. A principal diferença é que, em um cenário a realização do trabalho é remunerada e em outro não. Enquanto Gustavo, por morar sozinho, contrata uma mulher para a realização das tarefas domésticas, Guilherme se apropria do trabalho doméstico não pago de sua mãe. Descrever como justo e confortável a diferença de 3

horas de dedicação diárias as tarefas da casa em relação a sua mãe, aponta uma naturalização da atribuição do trabalho doméstico à figura da mulher.

Outro entrevistado que gostaríamos de chamar atenção é Rafael. Diferente de Gustavo e Guilherme, Rafael é um homem casado. Ele é branco, possui 22 anos. Rafael nasceu e cresceu em Uberlândia. Seu primeiro emprego foi com 17 anos, ele realizava panfletagem no centro de sua cidade. Após 1 ano nesse emprego, ele começou a vender roupas do seu acervo pessoal, dessa forma Rafael percebeu que poderia iniciar um negócio de venda de roupas usadas, ou como ele diz, Second-hand. Seu empreendimento é focado em camisetas de time. Ele faz o processo de compra e curadoria das peças antes de revende-las. Seu negócio lhe proporciona um rendimento mensal de cerca de 8 salários mínimos.

Rafael é casado, e atualmente mora com sua esposa e seu cachorro. Quando questionado sobre quando tempo ele se dedica a seu empreendimento, ele apontou que cerca de 10 horas por dia. Já ao trabalho doméstico seu tempo diário de dedicação é de no máximo 2 horas, enquanto, de acordo com ele, sua esposa se dedica em torno de 4 horas. A entrevista de Rafael nos chamou atenção pois ele nos conta que, quando casou, o combinado era que sua esposa não trabalhasse e ficasse apenas por conta do trabalho doméstico, enquanto ele seria o responsável por prover a casa. Porém, ela se viu diante de uma oportunidade de trabalho, então atualmente ela dedica em média 5 horas de seu dia ao seu trabalho. Gostaríamos de destacar uma fala de Rafael:

Por exemplo, a questão doméstica. Eu não cuido muito da casa, eu faço uma coisa ou outra. Agora minha esposa não trabalhava, eu provia a casa toda. Mas aí apareceu essa oportunidade, ela falou olha, vou ganhar bem e tal, não vou trabalhar tanto, não vai ficar tão exaustivo na minha rotina, então eu vou pegar. Eu falei, pega mesmo, a gente faz a reorganização da casa, mas mesmo assim ela ainda faz muito mais coisa do que eu. Então assim, por mais que ela trabalhe menos, eu trabalho tipo assim, se deixar o dia todo, todos os dias, de domingo a domingo. Então pra mim é mais corrido. Só que essa é uma questão cultural, querendo ou não, o homem sempre faz menos dentro de casa do que a mulher. Como a gente não tem filhos, é mais tranquilo, mas por exemplo, cozinhar é só ela. Ela não gostava de lavar louça, então eu lavava, só que aí tava tomando meu tempo, eu também não gostava muito de lavar louça, aí eu fui comprar uma máquina, a lava-louça. Então é assim, tudo que eu posso fazer pra facilitar a vida dela, doméstica, eu faço, mas sempre fica mais com ela do que comigo. (Rafael, 2025).

Guillaumin (2014) nos mostra que o tempo das mulheres é apropriado de maneira mais explícita no contrato de casamento. No contrato de casamento não há limitação de horas para o trabalho doméstico e também não há remuneração prevista. O cuidado com a casa, lavagem de roupa, preparo de alimentos são, em sua maioria, atribuídos como responsabilidade das mulheres. A apropriação do grupo das mulheres pelo grupo dos homens faz com que elas

tenham seu tempo e sua força de trabalho sempre à disposição. No trecho: “Só que essa é uma questão cultural, querendo ou não, o homem sempre faz menos dentro de casa do que a mulher”, Rafael nos mostra que o discurso da natureza é utilizado como uma forma de justificar a quantidade de trabalho doméstico não pago realizado por sua esposa, é uma maneira de colocá-la em um lugar de objeto que deve sempre servir aos outros.

Quando questionado se ele achava a divisão do trabalho doméstico justa, ele disse que:

Na verdade, entre eu e ela, eu acho justo. Porque é um combinado nosso. Antes da gente casar, ela cuidava da casa que ela morava, mas eu não cuidava tanto da casa que eu morava. Como eu morava com a minha avó, ela fazia comida, ela cuidava de mim, das minhas irmãs, então, meio assim, tudo ficou com ela, eu não fazia muita coisa. Ai, antes da gente casar, eu sentei e falei, ó, eu não sei fazer isso e isso, mas eu posso aprender. Eu já sei fazer isso, isso e isso. Só cozinhar que eu não me arrisco muito ainda. Mas com as outras coisas, tipo, passar um pano na casa, lavar um banheiro, essas coisas, é tranquilo pra mim. Só cozinhar que não é minha praia. Mas como a gente combinou antes, tipo, ó, eu vou cuidar... ela não trabalhava. Então eu falei, ó, eu vou prover a casa toda, eu vou cuidar de todo o dinheiro, todas as contas, tudo, vou te dar um dinheiro, sei lá, quer ir no shopping, fazer uma compra, alguma coisa assim, é comigo, e você cuida da casa. Então essa parte estava tranquila pra gente. Agora que ela tá trabalhando, tá demandando um tempo mais fora de casa, a gente tá tendo uns reajustes ainda, tá fazendo a reorganização. Mas assim, em questão de combinado, sempre foi... Sim, sempre foi muito bem conversado. (Rafael, 2025)

Rafael naturaliza a atribuição do trabalho doméstico à figura da mulher. Antes de casar, ele se apropriava do tempo e do trabalho de sua avó, e hoje ele faz o mesmo com sua esposa. O entrevistado segue a ideia de natureza que coloca o homem como o provedor da casa e a mulher como a responsável pelas tarefas do lar. Apesar de sua esposa possuir um emprego que demanda parte do seu tempo diário, é atribuída a ela todos os afazeres da casa. Dessa forma, proponho uma reflexão, o que faz ele conseguir dedicar 10 horas do dia ao seu empreendimento? Pois se Rafael não cozinha, não limpa e não lava, alguém está sendo responsável por realizar as tarefas necessárias para sua subsistência.

Assim como Rafael, Fábio também se descreve como o provedor da casa. Ele é um homem branco, de 51 anos e possui um empreendimento de venda de sanduíches a 26 anos. Fábio possui 3 filhos, um homem de 22 anos e duas mulheres, uma de 33 e outra de 18. Ele é divorciado, porém ainda mora na mesma casa que sua ex mulher e seus dois filhos mais novos. Seu negócio lhe proporciona o rendimento livre mensal de 7 a 9 salários mínimos.

Um ponto que nos chamou atenção na entrevista de Fábio, foi sobre o tempo que ele dedica ao seu trabalho. De segunda a quarta ele dedica cerca de 10 horas do dia ao seu negócio, porém aos finais de semana o tempo de dedicação salta para cerca de 18 horas diárias, divididas entre fazer compras de mercadoria, limpeza do trailer onde trabalha e atendimento e preparação dos sanduíches. Por dedicar a maior parte do seu dia a seu empreendimento, Fábio aponta que

seu tempo de dedicação diário ao trabalho doméstico é de mais ou menos 1 hora. Quando questionado sobre como é feita a divisão do trabalho doméstico em sua casa, ele aponta que:

É bem dividido aqui. Ela talvez até mais, porque ela cuida da roupa. Ela que lava a roupa. Lava na máquina, mas ela que lava. Eu sou o provedor e ela faz a comida. Eu cuido da minha parte, ela cuida da dela. O que fica mais pra ela é a comida, né? (Fábio, 2025).

No trecho “lava na máquina” percebi que Fábio ficou um pouco desconfortável com o que iria falar, ele gaguejou e reformulou com “mas ela que lava”. Proponho a seguinte reflexão: se o trabalho doméstico é bem dividido, como Fábio consegue, em um dia que tem 24 horas, trabalhar em seu negócio por 18 horas? Se seu tempo de dedicação ao trabalho doméstico é de 1 hora diária, de que maneira é feita a manutenção da sua subsistência? Se é a máquina quem faz a limpeza da roupa, porque ele não assume a responsabilidade por essa tarefa? Entendo que Fábio só consegue ser um trabalhador perpétuo, que aguenta uma rotina intensa e cansativa de trabalho, pois as tarefas de cuidado da sua casa são responsabilidades de sua ex esposa.

A naturalização da divisão sexual do trabalho também está presente na fala de outro entrevistado, Rogério, o marido de Ana Laura. Rogério é um homem branco, de 55 anos, casado, que possui dois filhos, uma menina de 10 anos e um menino de 16 anos. Ele nasceu em Uberlândia (Minas Gerais) e mora na cidade até hoje. Rogério trabalhou como bancário por 35 anos e hoje é um homem aposentado. Após sua aposentadoria ele decidiu empreender no ramo de ferramentas, pois sempre teve identificação com essa área. A 6 anos ele possui uma ferragista, e seu negócio lhe proporciona um rendimento livre mensal de 3 a 5 salários mínimos. Seu tempo de dedicação ao trabalho é de 10 horas por dia.

A entrevista de Rogério e Ana Laura ocorreram de maneira individual em dias diferentes, dessa forma, conseguimos observar algumas inconsistências nas respostas das questões. Rogério aponta que na sua casa moram apenas ele, sua esposa e seu dois filhos, enquanto Ana Laura também cita sua sogra como moradora. Rogério aponta que sua esposa, assim como ele, se dedica cerca de 10 horas por dia ao seu negócio, porém ela nos fala que seu tempo diário de dedicação ao seu empreendimento é de 12 horas.

Quando questionado sobre como é feita a divisão do trabalho doméstico em sua casa, Rogério diz que “O almoço é dela, a lavada de louça é minha e do meu menino. Entendeu? E eu lavo a área externa, ela limpa a parte interna. Desse jeito.” (Rogério, 2025) Nesse ponto os dois descreveram a mesma coisa, porém Rogério nos diz que ele e sua esposa dedicam a mesma quantidade de tempo ao trabalho doméstico, cerca de 2 horas por dia. Na fala de Ana Laura ela aponta que enquanto está em casa, está cuidando do lar. “Geralmente nas horas de lazer eu

gosto de assistir filme, ir no cinema, passear ne, sair de casa, porque se você fica em casa você fica trabalhando né (risos)” (Ana Laura, 2025).

Um ponto que nos chamou atenção é que na entrevista de Ana Laura ela fala sobre os filhos como a principal motivação para pedir demissão de seu emprego, e futuramente, começar a empreender. Já Rogério não precisou mudar sua realidade profissional em função dos filhos em nenhuma etapa de seu histórico de trabalho. Ele ingressou e aposentou no mesmo ramo de atividade. Porém, independente das inconsistências nas falas, ambos descrevem a divisão do trabalho doméstico e de cuidado como justa. Assim como citado por Rafael, o que está posto na realidade de Rogério e Ana Laura é o que foi combinado entre os dois, não há consciência da apropriação que ocorre.

Em suma, um ponto em comum entre os homens entrevistados é que, independentemente se eles são solteiros, casados, divorciados, com filhos ou não, todos se apropriam da materialidade e do tempo de uma mulher para a realização das tarefas domésticas. Com exceção de Gustavo, que paga pelos serviços prestados, o restante se beneficia do trabalho doméstico não pago. A naturalização dessa divisão acaba por subestimar a quantidade de tempo que as mulheres gastam com essas tarefas domésticas e superestimar a quantidade de tempo que os homens se dedicam a isto. Nos cenários citados, o que vemos é como as relações sociais entre os sexos são ocultadas pela naturalização da divisão sexual do trabalho, de forma que, a sobrecarga imposta sobre as mulheres não é reconhecida.

A naturalização da sobrecarga possui relação, como veremos a seguir, com a narrativa de empoderamento feminino e o ocultamento das relações de sexagem. Observamos nas falas dos entrevistados trechos que reproduzem a ideologia do empoderamento, dessa forma, buscando discorrer sobre quais são os efeitos dessa reprodução. Para isso, no próximo tópico traremos a resposta dos entrevistados diante da questão “Você acha que a mulher empreendedora tem mais dificuldades de ter sucesso no seu empreendimento do que um homem?”

O ocultamento das relações de sexagem e a narrativa do empoderamento feminino

No tópico anterior observamos como a relação como o trabalho doméstico não pago impacta a vida de homens que possuem realidades distintas. Com base nas falas dos entrevistados, observamos que há, por parte deles, uma naturalização da divisão sexual do trabalho e da apropriação da materialidade e do tempo das mulheres pelo trabalho doméstico.

Entretanto, observou-se que essa naturalização da divisão sexual do trabalho ocorre também no discurso das mulheres empreendedoras. Dessa forma, vimos a necessidade de discutir sobre como essa naturalização tem relação com a ideologia do empoderamento, que afirma que as mulheres são capazes de aguentar todas as responsabilidades que lhe são impostas, ignorando as relações de sexagem.

Como já citado no capítulo 2, nos anos de 1970 o movimento das mulheres dos Estados Unidos passou a utilizar o conceito empoderamento como uma forma de se referir a processos igualitários, que visavam o desenvolvimento de uma consciência social e crítica. Se empoderar era uma forma de, através de um movimento individual e coletivo, proporcionar uma transformação social. Com a internacionalização do conceito, a ONU e o Banco Mundial se apropriaram dele para integrá-lo ao desenvolvimento de políticas públicas, dessa forma, o conceito empoderamento perdeu seu aspecto político e assumiu uma ótica liberal.

Dentro da lógica do empreendedorismo, o conceito de empoderamento é utilizado como uma forma de descrever aspectos individuais. As entidades de fomento ao empreendedorismo não fogem desse padrão. O Sebrae, por exemplo, despolitiza o conceito e o coloca dentro de uma perspectiva econômica, apontando que, quando uma mulher empreendedora ascende em seu negócio, quem vence é o gênero feminino como um todo. Quando analisamos as entrevistas realizadas, um ponto nos chamou atenção, as respostas de alguns entrevistados diante da questão “Você acha que a mulher empreendedora tem mais dificuldades de ter sucesso no seu empreendimento do que um homem?” ressaltaram aspectos deste empoderamento que evidencia características individuais e desconsidera as relações sociais de sexo.

Uma forma de negar que as relações sociais de sexo possam interferir negativamente nos negócios das mulheres é considerar que tudo depende do tipo de negócio escolhido. Como se as mulheres, assim como os homens, tivessem “facilidade” para determinados tipos de negócio. E essa “facilidade”, nessa narrativa, seria o suficiente para que tanto as mulheres quanto os homens prosperem. O primeiro entrevistado que gostaríamos de destacar é Fabrício. Ele é um homem pardo, casado, que possui 61 anos. Fabrício trabalha desde os 12 anos de idade no ramo de joias. Atualmente ele possui um empreendimento focado em fabricação e venda de semi joias. De acordo com Fabrício, o sucesso de uma mulher em seu empreendimento tem relação direta com o tipo de negócio.

Eu acho que depende do ramo. Tem mulher que para certos ramos é até mais fácil para ela, né? E para o homem é para certos ramos. Por exemplo, no ramo de Semi Joia, por exemplo, tanto o homem quanto a mulher, é a mesma coisa. Até talvez a mulher, por ser do ramo de Joia, talvez ela até tenha mais facilidade. Na hora de vender

ou de montar uma loja, de escolher modelo. Então eu acho que no ramo, talvez de moda, de roupa, talvez para a mulher seja melhor. (Fabrício, 2025).

Fátima, que empreende no mesmo ramo de Fabrício, apresenta uma visão distinta sobre a mesma questão.

Olha... Eu acho que sim, porque... Não é muito meu lugar, né? Mas eu acho que... É porque eu tive muito as coisas... Não é fácil, mas, por exemplo, eu não tenho um filho pra criar. Eu não tinha uma casa pra cuidar, né? Fui ter agora. E a gente sabe que a mulher sempre acaba sobrecarregando mais do que o homem. Mesmo se o cara tenha um filho. Então, eu acho que sim. No meu ramo... Por incrível que pareça, por mais que seja joia, né? Que normalmente a gente já atribui à mulher. Tipo, só mulheres usam joia. Sei lá, 90% dos meus clientes que eu tenho contato direto, são homens. Não sei se trabalham mulheres juntos, se é coisa familiar ou não. Mas 90% são homens mesmo. Então, eu tenho mais contato com clientes, empreendedores, no caso, né? Homens, porque a gente vende pra lojista. Também tem isso, eu esqueci de falar. Então, eles também são empreendedores. E a maioria é homem. (Fátima, 2025).

Nos chama atenção como Fabrício incorpora em seu discurso um dos princípios da divisão sexual do trabalho: a separação. O princípio da separação determina quais postos de trabalho são vinculados à figura do homem e da mulher. Às mulheres são relacionados postos de trabalho que ressaltem suas capacidades e preferências típicas da “natureza” feminina. Fabrício reproduz o discurso da rede de fomento ao empreendedorismo, em específico, ao do Sebrae, que aponta que mulheres e homens vivem em mundos diferentes, resultando em uma escolha por negócios distintos. No exemplo citado, o empreendimento está voltado a venda de acessórios, que por vezes são relacionados a figura feminina, porém Fátima, empreendedora do mesmo ramo de atividade, aponta que, 90% de seus clientes são homens. O consumidor final de seu produto pode até, em sua maioria, ser mulheres, porém os donos das lojas, que compram das fábricas no atacado e revendem no varejo são, neste caso, homens.

Outra fala que nos chamou atenção foi a de Gustavo. Trabalhador do ramo da tecnologia, ele aponta que o mercado de TI é composto, majoritariamente, por homens.

Então, pensando como um todo, a questão da mulher ser empreendedora vai muito no momento da vida que ela está. Às vezes eu penso em diferentes tipos de situações que as pessoas estão pra abrir um negócio. Porque tem toda a questão do CNPJ, as vezes a questão de se é a área que você quer. Porque muita gente abre um negócio e as vezes é só pra juntar mais grana e depois investir em outra coisa. Então, eu vejo que a mulher tem uma dificuldade, tanto social quanto financeira mesmo, e quanto burocrática pra ingressar no mercado. Por exemplo, no mercado de TI não tem mulher. Uma porque quando tem as empresas pagam muito bem, porque não querem tirar a mulher de lá. Porque normalmente a mulher é mais analítica, ela é mais organizada e isso em TI é muito importante. Então, quando tem alguma mulher fazendo algum serviço de TI, você pode ter certeza que ela vai ficar numa empresa e ela não vai sair. Porque ela está subindo de cargo e a empresa vai dar conforto pra ela. E é difícil você achar a mulher em TI, porque é difícil até se interessar pelo assunto. Então, eu vejo que é mais difícil, porque as vezes a mulher ou ela teve algum filho, então ela tem que cuidar,

tem que prover uma família, cuidar do filho. Então, isso vai impactar muito na vida profissional dela. (Gustavo, 2025)

Gustavo reconhece que as mulheres estão socialmente em desvantagem em relação aos homens. No trecho “Então eu vejo que é mais difícil, porque as vezes a mulher ou ela teve algum filho, então ela tem que cuidar, tem que prover uma família, cuidar do filho” (Gustavo, 2025), o entrevistado aponta que devido ao trabalho de cuidado, fica mais difícil para o grupo das mulheres assumir postos de trabalho que, assim como o TI, demanda trabalhadores perpétuos. Este conceito é desenvolvido por Bárbara Castro (2016) em uma análise sobre os trabalhadores de TI. O trabalhador perpétuo é aquele que aguenta uma rotina intensa de trabalho, não adoece e não para de trabalhar. O grupo das mulheres, em sua maioria, não possui disponibilidade total para o trabalho, não consegue ser um trabalhador perpétuo, pois a elas está destinado a responsabilização pelas tarefas domésticas e de cuidado.

Em outro trecho da entrevista citada, Gustavo aponta que, as poucas mulheres que estão em seu ramo de atividade, possuem estabilidade no mercado de trabalho, pois de acordo com ele as mulheres são mais analíticas e organizadas. Essa fala de Gustavo se reproduz no discurso de outros entrevistados, como por exemplo João Pedro e Joana. Quando questionada, Joana aponta que:

Eu, porque assim, pra mim, é que assim, igual eu te falei, cai meio de paraquedas, tudo foi dando certo, né, mas assim, pra mim não, eu acho que quem quer, né, a pessoa que quer, ela vai lá e faz. Mas na minha área, principalmente, eu acho que assim, pra mulher é até mais fácil, porque é uma área que exige muito, é muito detalhe, tem que ser um negócio muito minucioso, eu acho que a mulher, ela tem esse perfil, né, mais detalhista, mais caprichoso pra poder fazer as coisas. Então eu acho que nessa, pelo menos na minha área, eu acho que é bem mais tranquilo. Às vezes pode ser que sim, dependendo da área, a mulher ela tenha mais dificuldade, mas na minha área específica, eu acredito que não. (Joana, 2025).

João Pedro também segue a mesma linha de raciocínio. Ele é um homem preto, casado, com 28 anos, que mora na cidade de Palmas. Ele é formado em Engenharia Civil e possui uma loja de equipamentos de proteção e ferramentas. Assim como Gustavo, a área que João Pedro está inserido é composta, majoritariamente, por homens. Quando questionado se ele acredita que uma mulher empreendedora possui mais dificuldades em obter sucesso em seu negócio do que um homem, ele diz:

Porque eu acho que depende do segmento. Não pelo fato da capacidade de gerir ou de administrar e tudo mais. Porque eu acredito que na maior parte das funções administrativas a mulher se destaca mais do que o homem. O homem é mais prático, ele é mais objetivo. A mulher tende a ser mais analítica. Lógico, tem as suas exceções,

né? Mulheres práticas também. Mas na maioria das vezes em que eu trabalhei com mulheres, e eu trabalhei muito com mulheres, eu percebia que elas eram bem mais analíticas do que os homens. Tanto que nos cargos que era preciso que isso seja tido como uma qualidade essencial, ser mais analítico, a maior parte da equipe, se não a totalidade da equipe, eram de mulheres. Então eu acredito que depende muito do segmento para a parte do empreendedorismo. Vou te dar um exemplo. Logicamente que tem as suas exceções, toda regra tem as suas exceções, mas no todo eu, na minha visão, acredito que, por exemplo, mulheres conseguem ter mais facilidade para gerir e administrar segmentos onde elas têm mais familiaridade. Seja em familiaridade de uso, por exemplo, cosméticos, área da beleza, estética, alguma coisa nesse sentido. Estou falando de produtos, tá? Do que homens, por exemplo. Lógico, se essa mulher teve uma convivência maior com, sei lá, vamos supor que ela seja filha de dono de loja de material de construção. Então, logicamente, ela vai ter muito mais familiaridade para lidar com o varejista naquele setor, naquele segmento. Então eu acho que depende muito do segmento. Não é uma resposta fixa. A mulher vai ter mais dificuldades ou não? Eu acredito que não. Eu acredito que depende, não do gênero, mas depende da vivência daquele ser humano. Se aquele ser humano tem aquela vivência, ele vai ter mais facilidade em determinados setores. (João Pedro, 2025)

João Pedro reproduz o princípio da separação, e assim como Fabrício, ele acredita que as dificuldades dependem do segmento em que as mulheres empreendem. João Pedro cita as mulheres como analíticas, e coloca os homens no papel de práticos. Nos chama atenção como o discurso do entrevistado vai na contra mão da ideologia da natureza apresentado por Guillaumin (2014). Segundo a autora, de acordo com a ideologia da natureza, as mulheres são incapazes de se desprender do mundo material, e possuem uma inteligência prática, enquanto os homens são mais racionais e lógicos. O que justifica essa “inversão de papéis” a partir da visão dos empreendedores? Para aprofundarmos o debate, gostaríamos de citar outros dois entrevistados: Ana Laura e Rogério. Ana Laura, em sua resposta, apontou que:

Eu acho que ela tem mais facilidade... não sei, eu acho que a mulher ela encara mais fácil, tipo assim, a mulher parece que ela não tem dificuldade, se ela não tem um emprego aqui ela vai procurar outras formas, outras áreas né, eu acho que o homem fica muito agarrado ao que ele faz somente. É igual quando a gente fala assim, a mulher faz um milhão de coisas ao mesmo tempo, o homem não, o homem consegue fazer uma. Eu falo assim, se hoje eu ficar sem trabalho, sem esse trabalho aqui, eu vou fazer outro trabalho, agora eu não sei se o meu marido ficasse sem a área de vendas, o que que ele vai fazer entendeu? Eu acho que a mulher é mais fácil de aprender, a gente se vira melhor (Ana Laura, 2025).

Seu marido, Rogério, responde seguindo a mesma lógica:

Eu acho porque a mulher tem uma coisa que chama disciplina. E o homem, muitas vezes, não tem a mesma disciplina. Mesmo ele sendo disciplinado, a mulher é mais disciplinada. Disciplinada em organizar, em tirar do papel as coisas mesmo. Entendeu? Por para agir mesmo. O homem fica só esperando, esperando (Rogério, 2025).

Assim como na inversão de papéis presentes na fala de João Pedro, nos discursos acima vemos uma reprodução da ideologia do empoderamento. Nas falas são descritos aspectos individuais das mulheres, enquanto um grupo social, que as colocam em um patamar acima dos homens. Essa exaltação da figura da mulher empreendedora desconsidera as relações sociais de sexo e ressalta a ideologia do empreendedorismo. Dessa forma, o sucesso ou fracasso do negócio deixa de ser analisado com base na organização da estrutura social, e passa a ser relacionado à capacidade individual de se aprimorar, inovar e ser eficaz.

Para negar as desvantagens sofridas pelas mulheres empreendedoras, os entrevistados, muitas vezes, elogiam as mulheres, destacando algumas qualidades que lhe seriam intrínsecas, ou seja, “naturais”. Nessa narrativa as mulheres são descritas como mais caprichosas, detalhistas, disciplinadas, organizadas e capazes de “se virar”. Quando Ana Laura cita que “a mulher faz um milhão de coisas ao mesmo tempo”, ela deixa de problematizar a sobrecarga a qual está exposta, naturalizando assim as relações sociais de sexo. Rogério faz o mesmo, ele naturaliza o fato de sua esposa trabalhar em média 12 horas por dia, e ainda sim, ser a responsável pela maior parte das tarefas de casa, colocando-a num local de disciplinada, ignorando a apropriação que ele faz sobre a materialidade e o tempo dela. Me parece que, aqui, a ideologia da natureza continua atuante, ao considerar que a mulher tem mesmo uma natureza feminina, mas agora essa natureza não serve para confiná-la ao espaço doméstico, e sim para projetá-la como empreendedora.

Esse discurso presente nas falas dos entrevistados se assemelha ao propagado pelas redes de fomento ao empreendedorismo, em específico, à narrativa do Sebrae. De acordo com o Sebrae, o mundo doméstico tende a ser uma “incubadora” para as mulheres. Enquanto o grupo dos homens busca empreender em negócios que façam referência a sua formação, ou seja, a sua qualificação adquirida na esfera pública, a qualificação feminina é descrita como um “dom natural”, que é aprimorada na esfera privada. O Sebrae coloca o empreendedorismo como algo que está além das relações sociais, como uma forma de romper a desigualdade presente no mercado de trabalho formal, se tornando uma alternativa que equipara os gêneros, coloca todos no mesmo patamar, possibilitando uma ascensão social a partir de seu próprio mérito. Porém, observamos que alguns entrevistados discordam deste discurso. Letícia, Matheus e Débora apresentam outra visão sobre a dificuldade que as mulheres possuem ao empreender.

Quando questionada se uma mulher tem mais dificuldade de ter sucesso em seu empreendimento do que um homem, Letícia apontou que:

Ah, eu acho que sim. Olha... Porque eu acho que, tipo... Pra mulher, eu acho que as pessoas não levam muito a sério, sabe? Por exemplo, assim, ah... Eu vou falar assim, mas no meu ramo, assim... De confeitaria. É, ah... Você começa a fazer um bolo, um doce... Tipo, a menina do bolo, a menina do doce, a pessoa ali, a boleira do bairro, sabe? Então, tipo, eles não enxergam a gente como uma profissão, sabe? Então, eu acho que essa questão, eu acho que é difícil mesmo. E também apoio, né, tem muitos homens que não apoiam as esposas. Aqui em casa o Matheus super me apoia, mas eu vejo assim, de colegas confeitadeiras que eu... Eu tô assim, em vários grupos de confeitaria e eu vejo, tipo, também os homens não apoiando, não levando a sério, o que as esposas estão fazendo e é isso. (Letícia, 2025).

Matheus, marido de Letícia, apresenta uma fala similar:

Eu, assim, eu gosto de enxergar que é óbvio que vai ter pela nossa sociedade, né, pela visão da nossa sociedade, o jeito da nossa sociedade encarar as mulheres, em geral, assim, né, tem muito essa coisa, né, até dentro de casa, né, a gente vê muito isso, esse estigma de, ah, vamos comprar o docinho pra ajudar a menina do doce, entendeu? (Matheus, 2025).

Na fala de ambos vemos a exacerbação da desvalorização do trabalho da mulher. Letícia empreende no ramo da confeitaria, um tipo de negócio visto, a partir do princípio da separação, como tipicamente feminino. A entrevistada cita que, por vezes, as pessoas não enxergam seu negócio como uma profissão. Cabe ressaltar que Letícia é uma mulher branca, de 27 anos. Seu amor pela gastronomia veio após sua experiência saindo da casa de seus pais. Quando começou a cozinhar para si, ela despertou um desejo em trabalhar na área. Dessa forma, Letícia realizou um curso de alta gastronomia. Formada na área, ela deixou de trabalhar como vendedora no shopping e passou a atuar em restaurantes. Sua experiência como trabalhadora assalariada fez com que ela se identificasse com a confeitaria, optando por empreender para ter uma flexibilidade de tempo. Dessa forma, Letícia não é apenas uma mulher que possui um “dom natural” para cozinhar, ela é qualificada na área, possui experiência acadêmica e profissional, mesmo assim ela é, por vezes, classificada como a “menina do doce”.

A desvalorização do trabalho da mulher empreendedora também é pauta na fala de Débora. Quando questionada sobre quais os desafios enfrentados para empreender, ela aponta que:

Então eu acho que o desafio maior é sempre ser mulher. Ainda mais assim que eu comecei é... trabalhando... meu trabalho é um trabalho itinerante e é na rua assim, eu comecei viajando como hippie mesmo... então eu acho que minha maior dificuldade... tanto que hoje em dia, assim... na época eu não percebia muito, mas a primeira vez que eu raspei minha cabeça eu já trabalhava com artesanato, e hoje eu vejo que talvez tenha sido mais para me impor de alguma forma, ali naquele meio, do que outro motivo sabe. Mas eu acho o preconceito da gente ser mulher e ser sapatão, na br que a gente fala né, na rua, é o maior desafio. Por que até então eu tinha o respaldo do seguro desemprego que eu estava recebendo, estava tranquilo assim, na

medida sabe... mas eu acho que o preconceito de ser mulher e o preconceito das pessoas com quem trabalha rua também... (Débora, 2025)

De acordo com a entrevistada, as pessoas que trabalham com artesanato, em especial as mulheres, sofrem muito preconceito e veem seu trabalho sendo desvalorizado por terceiros.

A sociedade coloca a gente nesse lugar, todo artesão, e se você é mulher é pior ainda... é sempre, ai coitada né, ta ali porque não tem... ou porque é do lar, é um quebra galho... eu não, é minha renda principal, é meu trabalho, eu tenho que estar no instagram, vendedora, marketing, não sei o que... é tanta coisa para fazer que eu até me perco no tanto de coisa. Mas é isso, o empreendedorismo feminino, principalmente ligado ao MEI assim, é sempre nesse lugar de coitada, porque teve filhos, ai ta ali, renda extra. E na verdade a maioria que eu conheço não, é o trabalho principal e apesar que muitas tem, assim... tem muita gente que ta nessa posição de posso fazer isso porque tenho um marido, e realmente isso acontece... tem um marido que tem a renda maior, ou porque já é aposentado, tem muito disso também... mas principalmente quem é mais jovem como eu, os artesãos mais jovens estão ali buscando mesmo algo, um trabalho, um sustento. (Débora, 2025)

Letícia, Débora e Matheus possuem um ponto em comum, eles têm o rendimento livre mensal de 1 a 3 salários mínimos. Isso nos mostra como a questão de classe deve ser levada em consideração no debate sobre a naturalização das relações sociais de sexo. Para mulheres que compõem postos de trabalho mais desvalorizados socialmente, o princípio da hierarquização se torna notável. O princípio da hierarquização determina quais postos de trabalho possuem mais valor social em relação a outros. Débora aponta em sua fala que, por ser uma artesã, ela é colocada em um papel de coitada, que necessita de ajuda, e seu negócio, assim como o de Letícia, por vezes, não é visto como um trabalho. Assim como Ana Laura, Débora dedica a maior parte do seu dia ao seu empreendimento, porém a realidade social entre as duas é muito dispare. Enquanto Ana Laura possui condições financeiras para contratar duas mulheres, de 15 em 15 dias, para auxiliá-la no trabalho doméstico, Débora descreve, em seu relato, que não possui máquina de lavar, e atualmente lava todas as suas roupas na mão. Naturalizar as relações sociais de sexo frente a desvalorização constante de seu negócio se torna mais difícil, dessa forma, entre o grupo de entrevistados, temos empreendedoras que rompem com a ideologia do empreendedorismo e demonstram que a divisão sexual do trabalho também está presente na lógica empreendedora.

Considerações finais

A reestruturação produtiva e o neoliberalismo contribuíram para o acirramento do fenômeno da precarização do trabalho. Acompanhando o movimento de retirada de direitos, ideologias são criadas, visando capturar a subjetividade dos trabalhadores. No neoliberalismo, o que se espera é que o trabalhador reproduza relações de competição e se adapte a condições de trabalho cada vez mais duras. Ao se projetarem como sujeitos neoliberais, os trabalhadores se veem inseridos em um individualismo moderno, que é marcado pela mercantilização das relações humanas. A busca dos trabalhadores por uma maximização do seu capital humano, faz com que os mesmos, muitas vezes, se comportem como sujeitos empreendedores, que focam em se transformar, inovar e ser uma empresa de si. Dessa forma, a ideologia do empreendedorismo oculta as questões organizacionais da estrutura social e atribui ao indivíduo toda a responsabilidade por suas expectativas e comportamentos, seu sucesso e seu fracasso no seu ambiente laboral.

A acumulação flexível resultou em uma perda de direitos da classe trabalhadora, dessa forma, diante de um cenário de desemprego estrutural e ascensão da ideologia do empreendedorismo, há por parte dos organismos estatais, de entidades da sociedade civil e de organizações multilaterais a criação de uma rede de incentivo à ação empreendedora. O Sebrae é hoje o principal agente dessa rede. Com base em dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE 2022, observamos que o empreendedorismo carrega consigo, aspectos da divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2002). A divisão sexual do trabalho, como já citado, possui dois princípios: separação e hierarquização, ambos foram observados no cenário do empreendedorismo em nosso país. São vinculados à figura das mulheres, postos de trabalho que demandam características tidas como “naturais” ao gênero, e negócios descritos como “tipicamente femininos” possuem um menor prestígio social.

Para compreender de maneira mais clara o fenômeno da divisão sexual do trabalho e sua relação com o empreendedorismo, partimos do conceito ampliado de trabalho, considerando não apenas o assalariado, mas também o trabalho doméstico não pago. Dessa forma, incorporamos na análise um debate sobre a construção histórica das relações sociais entre os sexos. A partir de uma abordagem que compõem o feminismo materialista francófono, Guillaumin (2014) nos mostra que há, por parte do grupo dos homens, uma apropriação da materialidade e do tempo das mulheres, produzindo um antagonismo entre os grupos.

A dominação e exploração de um grupo sobre outro possui uma face material e ideológica. A base material da exploração está ligada às relações assimétricas de poder dos homens sobre as mulheres. Já o aspecto ideológico tem relação com a ideia de natureza, que atribui às mulheres características “naturais” que justificam sua apropriação. Estabelecendo um paralelo entre a abordagem citada e a atividade empreendedora feminina, observamos que as relações sociais entre os sexos também impactam o mercado empreendedor.

A partir do levantamento bibliográfico, iniciamos as entrevistas com o objetivo de compreender de que maneira a divisão sexual do trabalho impacta na atividade empreendedora das mulheres. Com o andamento da pesquisa de campo, reconfiguramos os objetivos da dissertação, de forma que, aspectos que antes eram considerados acessórios, passaram a adquirir relevância. A divisão sexual do trabalho segue sendo o fio condutor da análise, partimos desse conceito e suas nuances, porém expandimos o olhar, deixando de focar apenas na materialidade dessa divisão, mas se atentando para as ideologias de suporte como, por exemplo, a narrativa do empoderamento feminino como um fundamento importante da ideologia do empreendedorismo.

As relações sociais entre os sexos são responsáveis, de acordo com os relatos citados, por condicionar as mulheres a se tornarem empreendedoras. A possibilidade de conciliar trabalho remunerado e cuidado com os filhos foi citado como um fator motivador para Maiara, Joana e Ana Laura iniciarem seu empreendimento. As três entrevistadas são mães. O mesmo não ocorreu nos homens que são empreendedores e possuem filhos. Nenhum entrevistado citou a conciliação do trabalho assalariado com o cuidado com os filhos como um motivador para empreender, os filhos não são pauta em seus relatos. Porém, além da questão de gênero, a condição de classe também se torna um fator relevante na relação das empreendedoras com o trabalho doméstico não pago, para as empreendedoras que podem pagar, contratar alguém para realizar o trabalho doméstico é uma forma de diminuir a sobrecarga a qual elas estão expostas.

Os homens entrevistados possuíam um ponto em comum: todos se apropriam da materialidade e do tempo de uma mulher para a realização das tarefas domésticas. A naturalização da divisão sexual do trabalho subestima a quantidade de tempo que as mulheres gastam com as tarefas domésticas e superestima a quantidade de tempo que os homens se dedicam a isto. As relações sociais de sexo são ocultadas no discurso dos entrevistados, e o que ganha destaque é a narrativa do empoderamento feminino.

Como resultado, temos a confirmação da hipótese inicial, a divisão sexual do trabalho impacta desfavoravelmente a atividade empreendedora das mulheres, porém houve um avanço no debate, de forma que, discutimos como a narrativa do empoderamento é um desserviço que cria a imagem de uma mulher poderosa, dedicada, destemida, que precisa contar apenas consigo mesmo e com uma suposta natureza feminina que sopra a seu favor. Com a ideologia do empreendedorismo, características “naturais” das mulheres são apontadas como incubadoras que às projetam a ter seu próprio negócio ocultando assim a divisão sexual do trabalho e naturalizando as relações sociais de sexo. Dessa forma, este estudo é uma contribuição para a discussão sobre divisão sexual do trabalho e o empreendedorismo no campo das Ciências Sociais.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maira Luisa Gonçalves. Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 26, n. 3, 2018. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/54237>. Acesso em: 31 ago. 2024.

AGUIAR, Neuma. “**Metodologias para o levantamento do uso do tempo na vida cotidiana do Brasil**”. Revista Econômica, Rio de Janeiro, v 12, n 1, junho 2010.

ALVES, Giovanni Antônio Pinto. **Trabalho e subjetividade: o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital**. Boitempo: São Paulo, 2008

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 11.ed. São Paulo: editora Cortez, Campinas, SP, 2006.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 149, p. 452-477, maio/ago. 2013.

BABBIE, Earl. *Métodos de pesquisas de Survey/ Earl Babbie*; tradução de Guilherme Cezarino - Belo Horizonte: Ed, UFMG, 2003.

BARBETTA, PA. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

BHATTACHARYA, T. “O que é a teoria da reprodução social?”. Originalmente publicado em 10 set. 2013 no periódico **Socialist Worker**. Tradução para o português em Revista Outubro, n.32, 1º semestre, 2019.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 110, p. 67–104, 2000. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/643>. Acesso em: 24 jul. 2024.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *NEABI*, 2020. Disponível em: http://www.unicap.br/neabi/?page_id=137. Acesso em: 02 out. 2024.

CASTRO, Bárbara. **Trabalho Perpétuo: O viés de gênero e o ideal de juventude no capitalismo flexível**. Lua Nova, São Paulo, 99: 169-199, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/bC4XqJHF8pPHby6H8mRKQ9F/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 22 de jul. 2024.

CYRINO, Rafaela. **Estado “sem partido”, neoliberalismo e socialização política rumo a uma sociedade de empreendedores**; In: LIMA, Idalice Ribeiro Silva;

OLIVEIRA, Régia Cristina. (Org.). A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio. 1ed. Porto Alegre: Editora Zouki, 2021, v., p 20-45.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GEM - Global Entrepreneurship Monitor Empreendedorismo no Brasil: 2022. Coord. Simara Maria de Souza Silveira Greco; diversos autores. Curitiba: IBQP, 2023.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Flávia Rios e Márcia Lima (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, p. 223-244, 1984.

GUILLAUMIN, Colette. **Prática de poder e ideia de natureza**. In: FALQUET, Jules (et.al.). O patriarcado desvendado: teoria de três feministas materialistas. Recife: SOS Corpo, 2014.

GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S.; SUGITA, K. **Cuidado e cuidadoras: o trabalho do care no Brasil, França e Japão**. Sociologia & Antropologia, Rio de Janeiro, v. 1, p. 151-180, 2012.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1992.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. ATUALIDADE DA DIVISÃO SEXUAL E CENTRALIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES. **Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho**, [S.L.], n. 53, p. 22-34, 23 dez. 2020. Portal de Periódicos UFPB. <http://dx.doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n53.50869>.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, Brasil, v. 37, n. 132, p. 595-609, nov. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 25 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KERGOAT, Danièle. **A Relação Social De Sexo: Da Reprodução das Relações Sociais à sua Subversão**. Pro-Posições, Campinas, v.13, n.1 (37), p.47-59, jan.-abr. 2002.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual o trabalho e relações sociais o sexo**. In: HIRATA, Helena (Org.); LABORIE, Françoise (Org.); LE DOARÉ, Hélène (Org.); SENOTIER, Danièle (Org.) Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Unesp, 2009. p.67-75.

KERGOAT, Danièle. *Lutar, dizem elas...* Coordenação editorial Maria Betânia Avila e Verônica Ferreira; tradução Eliana Aguiar. Recife: SOS Corpo, 2018.

MANO, Maíra Kubik. *Classe de Sexo: Reflexões Sobre Uma Categoria de Análise*. [s.l.], 2018.

MARX, Karl. (1867). **O Capital: Crítica da Economia Política**. vol. I, T 1, São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Coleção os Economistas).

MELO, Hildete Pereira de, CONSIDERA, Claudio Monteiro, SABBATO, Alberto Di, “Os afazeres domésticos Contam”, *Economia e Sociedade*, IE/UNICAMP, v. 16, n. 3 (31), pp. 435-454, dezembro 2007.

MORAES, Livia de Cássia Godoi. EMPODERAMENTO: fundamentos históricos e ideológicos e práxis política feminista. *Revista de Políticas Públicas*, v.26, n. 1, p. 311-329, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865>.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Breve história do feminismo marxista. In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico (Org.). *Os desafios do feminismo marxista na atualidade*. 1. ed. Chapecó: Coleção Marxismo21, 2020. p. 129-138.

NATIVIDADE, D. R. da. Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 231 a 256, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6686>. Acesso em: 24 jul. 2024.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, 151p.

SAFFIOTI, H. I. B. *Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. Perspectivas*, São Paulo, v. 8, p. 95-141, 1985.

SARDENBERG, Cecília M. B. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. *NEIM/UFBA*, 2006. Disponível em: [Conceituando Empoderamento na Perspectiva Feminista.pdf](#). Acesso em: 02/10/2024.

SEBRAE. Cartilha do SEBRAE 40 anos. São Paulo: SEBRAE, 2012.

SEBRAE, Empreendedorismo feminino. São Paulo: Sebrae, 2023. Disponível em: https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2023/02/Quali_Empreendedorismo-Feminino.pdf, acesso em: setembro/2024

SEBRAE, Empreendedorismo Feminino no Brasil em 2022. São Paulo: Sebrae, 2022. Disponível em: https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2023/03/Empreendedorismo-Feminino-ate-III-trim_2022_v5.pdf, acesso em: setembro/2024

SOARES, A. **Como Segredos: As Lágrimas no Trabalho**. In: Lima, JC (Ed.). Outras Sociologias do Trabalho: flexibilidades, emoções e mobilidades (pp. 161-182). Editora UFSCar: São Carlos. 2013

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de *et al.* **Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista**. 2017. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/06/Dossie-14set2017.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária**, São Paulo, Editora Expressão Popular, 2022.

Anexos

Anexo I - Termo de consentimento livre e esclarecido

Convido você a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que não consiga entender, estou disponível, como pesquisadora do estudo, para conversar com você.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é aprofundar na temática do empreendedorismo no nosso país, fazendo um levantamento sobre a realidade dos empreendedores.

Caso aceite participar da pesquisa, haverá uma entrevista. Sua colaboração na pesquisa não é obrigatória. Caso você aceite participar, pode, a qualquer momento, desistir e interromper a sua participação.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa. Você não terá, também, nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos.

Solicito a sua autorização para gravar a entrevista e esclareço que, após a utilização dos dados para a pesquisa, a gravação será destruída.

Finalmente, informo que em qualquer apresentação dos resultados deste estudo, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Caso tenha alguma dúvida, poderá entrar em contato comigo, Maria Mariana Cardoso Teixeira, pelo telefone (17)991685466 e/ou pelo e-mail maria.teixeir3@gmail.

Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo.

<hr/> Nome do participante ou responsável <hr/> Assinatura do participante ou responsável	 Data: ____/____/____
--------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------

Anexo II - Roteiro de entrevista

Dados de perfil

- 1) Sexo/gênero:
- 2) Situação civil:
Se for casada:
- 3) Qual é a ocupação do companheiro(a)?
- 4) O(a) companheira trabalha? Se sim: onde trabalha e quantas horas semanais dedica ao trabalho remunerado?
- 5) Data de nascimento?
- 6) Bairro onde mora?
- 7) Raça declarada?
- 8) Nível de escolaridade?
- 9) Possui algum curso técnico? Se sim, qual (quais) curso(s) técnico(s)?
- 10) Possui filhos? Se sim, qual é a idade?

Biografia (fale um pouco da sua história de vida)

Fale um pouco de você, da sua história de vida, da sua família, onde você nasceu e cresceu, da sua infância, dos seus valores, do que você gosta de fazer nos seus momentos de lazer.

Histórico de trabalho remunerado/carreira,

Quando começou a trabalhar? (Histórico profissional, desde o primeiro trabalho). Identificar em qual momento decidiu ser empreendedora.

Histórico da atividade de empreendedorismo

- 1) Qual é o seu negócio?
- 2) Por que decidiu empreender? (identificar se teve vários tipos de negócio, data de início do primeiro negócio).
- 3) Porque escolheu esse tipo de negócio. Quais foram os maiores desafios enfrentados?
- 4) Você possui algum funcionário? Quantos? Qual a função deles?
- 5) Tem algum sócio ou membro da família que trabalha com você ou que ajuda? Quem?
- 6) Você é o principal provedor da família?

- 7) Teve ajuda de alguém ou alguma empresa para abrir ou negócio? Se sim, quem ou qual empresa te ajudou?
- 8) Fez algum curso de gestão ou algum curso técnico relacionado ao seu negócio?
- 9) Conhece o Sebrae? Já acessou algum material? Qual(uais)? Recebeu algum tipo de consultoria do SEBRAE ou fez algum curso?
- 10) Conhece nas redes blogs ou sites que ajudam quem está empreendendo? Segue algum(alguns)? Se sim: qual (quais)?
- 11) Participa de algum grupo de whatsapp voltado para empreendedores em geral ou para mulheres empreendedoras? Se si, qual(quais)?
- 12) Você acha que uma mulher empreendedora tem mais dificuldades de ter sucesso no empreendimento do que um homem? Porque?
- 13) Se você tivesse oportunidade de um trabalho de carteira assinada com benefícios e plano de carreira, você trocaria o seu empreendimento por ele? Porque?
- 14) Em termos de lucro, rendimento mensal livre, hoje sua empresa está em qual patamar?
() de 1 a 3 SM () de 3 a 5 SM
- 14) Você paga a complementação de 15% para previdência? Porque?
- 15) Quanto tempo do dia você dedica a sua empresa?
- 16) O seu negócio funciona onde? Se funciona em casa, realiza alguma tarefa domésticas quando está em casa trabalhando? Se sim, qual (ou quais)?

Aspectos da divisão do trabalho doméstico e de cuidado

- 1) Quantas pessoas moram na sua casa? Quem são?
- 2) Como vocês dividem o trabalho doméstico e de cuidado?
- 3) Quais as tarefas que geralmente você fica responsável? E seu companheiro? E seus filhos?
- 4) Quanto tempo você acha que dedica ao trabalho doméstico e cuidado por dia? E o seu companheiro?
- 5) Você acha essa divisão justa? Porque?
- 6) Quanto tempo você dedica ao lazer? Quais atividades você faz em momentos de lazer?